



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Diogo Jorge Tomaz Ferreira

A ATIVIDADE TURÍSTICA E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**CASO DE ESTUDO: PREST - PROGRAMA REGIONAL
PARA O ECOTURISMO E SUSTENTABILIDADE NO
TURISMO - REGIÃO DO ALENTEJO E RIBATEJO**

**Relatório de Estágio do Mestrado em Turismo Território e Patrimónios, orientado pelo
Professor Doutor Norberto Nuno Pinto dos Santos e pela Professora Ana Moita
Francisco, apresentado ao Departamento Geografia e Turismo da Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra**

Setembro de 2023

FACULDADE DE LETRAS

A Atividade Turística e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Caso De Estudo: PREST – Programa Regional para o Ecoturismo e Sustentabilidade no Turismo - Região do Alentejo e Ribatejo

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Relatório de Estágio
Título	A Atividade Turística e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
Subtítulo	Caso De Estudo: PREST – Programa Regional para o Ecoturismo e Sustentabilidade no Turismo - Região do Alentejo e Ribatejo
Autor	Diogo Jorge Tomaz Ferreira
Orientador	Doutor Norberto Nuno Pinto dos Santos Professora Ana Moita Francisco
Júri	Presidente: Doutora Claudete Carla Oliveira Moreira Vogais: I. Doutor Carlos Manuel Batista Cardoso Ferreira II. Doutor Norberto Nuno Pinto dos Santos
Identificação do Curso	2º Ciclo em Turismo, Território e Patrimónios
Data da Defesa	23-10-2023
Classificação do Relatório	18 Valores
Classificação do Estágio e Relatório	18 Valores



Agradecimentos

O presente Relatório de Estágio culmina além de um enorme desafio, uma oportunidade única de me cruzar com inúmeras pessoas, nos mais diversos ambientes. Desta forma gostaria de prestar a minha gratidão.

Ao Professor Norberto Santos, pela orientação e disponibilidade demonstrada constantemente, agradeço também à Professora Ana Moita pela partilha de conhecimentos e recomendações ao longo da realização do Estágio Curricular.

À *Biosphere* Portugal pelo acolhimento, e a todos os colaboradores que sempre se prestaram disponíveis para me ajudar com as mais variadas tarefas que tive oportunidade de desempenhar.

A toda a minha família, em especial à minha mãe, pelo apoio constante e suporte a todos os níveis, sobretudo, durante a construção do presente relatório.

Aos verdadeiros amigos, pela companhia e apoio constante, acima de tudo por acreditarem em mim sempre, nos bons e maus momentos.

Muito obrigado.

Resumo

O turismo é uma atividade de grande impacto nas regiões, o seu crescimento e consequentes efeitos, positivos e negativos, são objeto de estudo constante nas Ciências Sociais. Recentemente, assiste-se a uma crescente preocupação com os impactos do setor do turismo na economia, sociedade e ambiente, que podem variar dependendo do contexto, destino e consciência das partes envolvidas. Uma estratégia que tem sido adotada para abordar esta problemática envolve a implementação de programas de certificação de turismo sustentável. Estes programas, alinhados com a Agenda 2030 e outras ferramentas de desenvolvimento, fornecem uma série de diretrizes e respetivo enquadramento às entidades durante o processo de certificação. A certificação em Sustentabilidade consiste na avaliação e otimização de benefícios económico-sociais e ambientais, através do estudo dos impactos da atividade turística num determinado território, bem como o desenvolvimento e implementação de um conjunto de ações que garantam a mitigação de impactos negativos e maximização dos efeitos positivos. A promoção de um território enquanto destino turístico sustentável tem mostrado reiteradamente resultados positivos na melhoria da imagem e atratividade do mesmo.

Neste contexto, a presente investigação procura analisar de forma holística os benefícios da criação de Programas Regionais para o Ecoturismo, tendo por base o Caso de Estudo PREST – Programa Regional para o Ecoturismo e Sustentabilidade no Turismo da Região do Alentejo e Ribatejo, executado pela ERT do Alentejo e Ribatejo com o apoio da *Biosphere* Portugal. Simultaneamente, procura-se analisar e descrever um conjunto iniciativas operacionais de sustentabilidade tendo por base a interpretação de um diagnóstico exaustivo da região.

As iniciativas mencionadas podem contribuir notavelmente como ferramenta de tomada de decisão para entidades públicas responsáveis pela gestão e planeamento de destinos turísticos. A análise e adaptação desses contextos por parte de outros organismos de gestão do território pode resultar em inúmeros benefícios para as comunidades locais e visitantes.

Do ponto visto científico, este trabalho contribui de forma significativa para a ciência ao aprofundar temáticas como o turismo, a sustentabilidade, mecanismos de gestão e planeamento do turismo, programas de certificação, entre outros. Estes assuntos são de grande relevância e atualidade, considerando a importância da sustentabilidade aplicada ao turismo para aumentar a competitividade de territórios com baixa densidade, como é caso da região do Alentejo e Ribatejo.

Palavras-Chave: Alentejo e Ribatejo; Sustentabilidade; Estratégia; Competitividade; *Biosphere*

Abstract

Tourism is an activity that has a major impact on regions, and its growth and consequent effects, both positive and negative, are the subject of constant study in the social sciences. Recently, there has been growing concern about the impacts of the tourism sector on the economy, society and the environment, which can vary depending on the context, destination and awareness of the parties involved. One strategy that has been adopted to address this issue involves the implementation of sustainable tourism certification programs. These programs, aligned with the 2030 Agenda and other development tools, provide a series of guidelines and respective frameworks for entities during the certification process. Sustainability certification consists of assessing and optimizing economic, social and environmental benefits by studying the impacts of tourism activity in a given territory, as well as developing and implementing a set of actions that guarantee the mitigation of negative impacts and the maximization of positive effects. Promoting a territory as a sustainable tourist destination has repeatedly shown positive results in improving its image and attractiveness.

In this context, this research seeks to holistically analyse the benefits of creating Regional Programs for Ecotourism, based on the PREST Case Study - Regional Program for Ecotourism and Sustainability in Tourism in the Alentejo and Ribatejo Region, implemented by ERT do Alentejo e Ribatejo with the support of Biosphere Portugal. At the same time, it seeks to analyse and describe a set of operational sustainability initiatives based on the interpretation of an exhaustive diagnosis of the region.

These initiatives can make a significant contribution as a decision-making tool for public bodies responsible for managing and planning tourist destinations. The analysis and adaptation of these contexts by other land management bodies can result in numerous benefits for local communities and visitors.

From a scientific point of view, this work makes a significant contribution to science by delving into topics such as tourism, sustainability, tourism management and planning mechanisms, certification programs, among others. These issues are highly relevant and topical, considering the importance of sustainability applied to tourism to increase the competitiveness of low-density territories, such as the Alentejo and Ribatejo region.

Keywords: Alentejo & Ribatejo; Sustainability; Strategy; Competitiveness; *Biosphere*

Índice Geral

I. Agradecimentos	2
II. Resumo	3
III. Abstract	4
IV. Índice Geral	5
VI. Índice de Figuras	8
VII. Índice de Tabelas	9
VII. Índice de Gráficos	10
VIII. Introdução	12
Capítulo I - O paradigma da sustentabilidade aplicada à atividade turística	14
1.1 Turismo e desenvolvimento	14
1.1.2 Dimensões económicas	17
1.1.2 Dimensões socioculturais.....	19
1.1.3 Dimensões ambientais	20
1.2 Desenvolvimento sustentável na atividade turística	21
1.2.1 Dimensões da sustentabilidade aplicado aos destinos turísticos	25
1.2.2 Políticas de gestão para destinos sustentáveis	28
1.2.2.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	29
1.2.2.2 Indicadores de Desempenho de Sustentabilidade – Critérios GSTC	31
1.3 O Ecoturismo e a sustentabilidade	34
1.3.1 Papel do ecoturismo como ferramenta para a conservação e preservação da natureza e biodiversidade	37
1.3.2 O perfil do ecoturista	38
Capítulo II - Mecanismos de planeamento e gestão integrada de destinos turísticos	40
2.1 Conceitualização de governança	40
2.2 A introdução do Estado na indução de políticas de redes turísticas	42
2.3 O planeamento do turismo no âmbito nacional	44

2.3.1 Lei de Bases das Políticas Públicas de Turismo	45
2.3.2 PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo	46
2.3.3 Estratégia Turismo 2027	47
2.3.3.1 Visão e metas da Estratégia de Turismo 2027	50
2.3.4 Plano de Turismo + Sustentável 20-23	51
2.3.4.1 Visão e metas do Plano de Turismo + Sustentável 20-23	53
2.4 Planeamento do turismo no âmbito regional	54
2.4.1 Estratégia Regional de Desenvolvimento Turístico do Alentejo e Ribatejo [2021-2027].....	56
2.5 A competitividade nos destinos turísticos.....	57
2.6 Os destinos turísticos inteligentes	60
2.6.1 O papel dos observatórios de turismo sustentável.....	64
Capítulo III – Caraterização do território em estudo – a região do Alentejo e Ribatejo	67
3.1 Enquadramento geográfico e demográfico	67
3.2 Enquadramento socioeconómico	70
3.3 Enquadramento histórico-cultural.....	71
3.4 O ecoturismo na região do Alentejo e Ribatejo.....	72
3.4.1 O setor do Turismo	74
3.4.2 Oferta de alojamento.....	77
3.5 Análise SWOT do território.....	80
3.5.1 Pontos fortes.....	81
3.5.2 Pontos fracos	81
3.5.3 Oportunidades	82
3.5.4 Ameaças	83
Capítulo IV - Metodologia de investigação e Estágio Curricular	84
4.1 Objetivos da investigação.....	84
4.1.1 Abordagem metodológica: Caso de Estudo	85

4.2 A Entidade de acolhimento - <i>Biosphere Portugal</i>	88
4.3 Certificação <i>Biosphere Responsible Tourism (BRT)</i>	89
4.4 Análise de tarefas desempenhadas durante o estágio curricular	91
4.4.1 Realização de um <i>benchmarking</i> sobre novas tendências emergentes no setor do turismo aplicados a destinos sustentáveis internacionais	92
4.4.2 Realização de levantamentos de boas práticas de sustentabilidade aplicadas em empresas e operadores turísticos para a proliferação do ecoturismo	93
4.4.3 Análise e implementação do referencial para a certificação de destinos – <i>Biosphere Destination</i>	94
4.4.4 Elaboração de questionários e tratamento de dados - PREST - Programa Regional para o Ecoturismo e Sustentabilidade no Turismo Alentejo e Ribatejo	96
Capítulo V – Caso de Estudo: PREST – Programa Regional de Ecoturismo e Sustentabilidade no Turismo - Região do Alentejo e Ribatejo	98
5.1 Introdução e objetivos do programa	98
5.1.1 Etapas e principais atividades.....	98
5.2 Análise contextual da sustentabilidade na região do Alentejo e Ribatejo	100
5.3 Plano de Ação Estratégico para o Ecoturismo e Sustentabilidade no Turismo 23-30 da região do Alentejo e Ribatejo	101
5.3.1 Iniciativas implementadas	102
5.3.1.1 Área de governança e economia	103
5.3.1.2 Área de sociedade e cultura	106
5.3.1.3 Área de ambiente e alterações climáticas	107
Capítulo VI: Considerações finais	112
Referências Bibliográficas	120
Anexo A – Questionário - requisitos PRE para elaboração do projeto PREST	124

Índice de Figuras

Figura 1: Modelo tripla hélice (Universidade, Governo, Indústria).....	22
Figura 2: Modelo conceitual do ecossistema de inovação.....	23
Figura 3: Parâmetros de avaliação da sustentabilidade territorial.....	25
Figura 4: Mapa de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	29
Figura 5: Logótipo da Organização Global Sustainable Tourism Council.....	31
Figura 6: Enquadramento turismo alternativo (ecoturismo).....	35
Figura 7: Modelo de ecoturismo sustentável: recursos administrativos, residentes e turistas.....	36
Figura 8: Princípios constitucionais da governança	41
Figura 9: Road map – Estratégia de Turismo 2027	48
Figura 10: Ativos estratégicos - Estratégia de Turismo 2027	49
Figura 11: Objetivos e metas (económicas, sociais e ambientais) - Estratégia de Turismo 2027 ..	51
Figura 12: Objetivos (económicos, sociais e ambientais) - Plano Turismo + Sustentável 20-23..	53
Figura 13: Modelo de competitividade de destinos turísticos	59
Figura 14: Vantagens da aplicação das TIC em destinos turísticos	60
Figura 15: Padrões espaciais de tendências de viagem	61
Figura 16: Divisão territorial por NUTS II, NUTS III e Município (Região do Alentejo e Ribatejo).....	67
Figura 17: Framework para análise do Caso de Estudo	87
Figura 18: Organização do Referencial de Certificação <i>Biosphere Destination</i>	96
Figura 19: Roadmap para a elaboração do PREST	99
Figura 20: Racional estratégico PREST do Alentejo e Ribatejo.....	102

Índice de Tabelas

Tabela 1: Impactos positivos e negativos do turismo em destinos	17
Tabela 2: Artigos do Código Mundial de Ética do Turismo.....	28
Tabela 3: Estrutura dos critérios GSTC para destinos.....	33
Tabela 4: Conceitos de destinos turísticos inteligentes	63
Tabela 5: Caracterização demográfica da região do Alentejo e Ribatejo.....	68
Tabela 6: Comparação de Indicadores Socioeconómicos	70
Tabela 7: Indicadores de desempenho do turismo na região do Alentejo e Ribatejo«.....	75
Tabela 8: Tipos de certificações de sustentabilidade – <i>Biosphere</i>	90

Índice de Gráficos

Gráfico 1: N.º Total de Empresas de Animação Turística por sub-região	76
Gráfico 2: N.º Total de atividades por tipologia, fornecido por empresas de Animação Turística	76
Gráfico 3: N.º Total da Oferta de Empreendimentos Turísticos por sub-região.....	77
Gráfico 4: Total da capacidade (n.º de camas) por sub-região	78
Gráfico 5: N.º Total de Alojamentos Certificados por tipologia	79
Gráfico 6: N.º Total de Alojamentos Certificados por Entidade por sub-região	80

Abreviaturas e Siglas

BRT – *Biosphere* Responsible Tourism

CIM – Comunidade Intermunicipal

GSTC – Global Sustainable Tourism Council

ERT – Entidade Regional de Turismo

PREST – Programa Regional para o Ecoturismo e Sustentabilidade no Turismo

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

RTI – Responsible Tourism Institute

PRE – Programas Regionais para o Ecoturismo

CTD – Competitividade de Destinos Turísticos

DTI – Destino Turístico Inteligente

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

CCDR – Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional

ERT – Entidade Regional de Turismo

NUT - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

LAEE - Linha de Ação Estratégica Específica

DMO - Destination Management Organization

SWOT – Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats)

UNEP - United Nations Environment Programme

PME's – Pequenas e médias empresas

ONG's – Organizações Não Governamentais

UNTWO - The World Tourism Organization

Introdução

O presente trabalho faz parte integrante do 2º Ano do Mestrado em Turismo Território e Patrimónios, lecionado pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O Relatório de Estágio que se segue procura justificar e analisar quatro meses de atividade prática com um total de 672 horas de atividade laboral, realizadas na empresa *Biosphere* Portugal.

A investigação empírica relativa ao turismo tem crescido consideravelmente nos últimos anos, devido à expansão do setor e à necessidade de produzir materiais que apoiem o desenvolvimento de serviços e mercados turísticos. Nos últimos anos, tem-se assistido a um interesse cada vez mais ativo no desenvolvimento de questões operacionais do setor, sendo a sustentabilidade identificada como um fator de grande importância para o desenvolvimento futuro da atividade turística.

Para atingir os objetivos definidos, na primeira fase do trabalho foi realizada uma revisão literária com o objetivo de criar um modelo teórico e uma análise concetual do turismo e da sustentabilidade. Utilizaram-se dados primários e secundários para caracterizar a região do Alentejo e Ribatejo com base em documentação e dados estatísticos oficiais, bem como para a caracterização do Caso de Estudo, o PREST - Programa Regional de Ecoturismo e Sustentabilidade no Turismo da Região do Alentejo e Ribatejo.

O relatório de estágio que se segue, é composto por cinco capítulos:

No capítulo I é realizada uma extensa revisão literária sobre o paradigma da Sustentabilidade aplicado à atividade turística, através da análise do desenvolvimento do turismo ao nível económico, sociocultural e ambiental. Além disso, são discutidos alguns mecanismos de gestão sustentável que podem ser aplicados por DMO's e é caracterizado o Ecoturismo enquanto atividade propulsora de turismo sustentável, bem como o perfil de turistas que procuram esta atividade.

O capítulo II procura dar continuidade à revisão da literatura, com foco na exploração de mecanismos de planeamento, gestão e operacionalização do turismo em destinos turísticos. É discutida a evolução das redes turísticas, a introdução do papel do Estado enquanto responsável pelo planeamento da atividade no setor e são analisados os principais instrumentos de gestão e planificação do turismo a nível nacional e regional: PENT, ET2027; PT + Sustentável 20-23 e a ERDT Alentejo e Ribatejo (21-27), respetivamente. Posteriormente, é debatida a importância da

competitividade entre destinos, as suas vantagens e impactos, assim como a implementação de mecanismos de operacionalização das TIC aplicado ao setor.

No capítulo III procede-se à caracterização das dinâmicas gerais da região do Alentejo e Ribatejo, tanto numa perspetiva geral como no caso específico do turismo. É feito um enquadramento demográfico, socioeconómico e histórico-cultural, bem como um enquadramento do ecoturismo na região, com base num levantamento exaustivo de recursos, infraestruturas e equipamentos adequados para a prática desta atividade. Por fim, é realizada uma análise SWOT do território, procurando enaltecer vantagens e identificar obstáculos enfrentados pela região.

No Capítulo IV descreve-se a metodologia de investigação e o estágio curricular desempenhado. São apresentados os objetivos da investigação, incluindo questões gerais e objetivos específicos. É feita uma breve revisão literária sobre a metodologia aplicada, denominada “Caso de Estudo”. De seguida, é feita uma descrição detalhada sobre a empresa onde o estágio curricular foi realizado. São ainda descritos os objetivos e as responsabilidades que me foram atribuídas durante o decorrer desta etapa.

Por fim, no Capítulo V, introduz-se o Caso de Estudo – PREST - Programa Regional de Ecoturismo e Sustentabilidade no Turismo da Região do Alentejo e Ribatejo, um projeto de grande dimensão em que tive a oportunidade de participar no processo de execução por meio da *Biosphere* Portugal. Neste capítulo é descrito o processo de execução do projeto, desde as reuniões iniciais com os principais *stakeholders* da região até à construção do Plano de Ação para a Sustentabilidade 23-30 como ferramenta estratégica de resposta às principais debilidades, identificadas a partir da análise do diagnóstico de sustentabilidade do território.

Capítulo I - O paradigma da sustentabilidade aplicada à atividade turística

1.1 Turismo e desenvolvimento

O Turismo é uma atividade profundamente interligada com diversas outras áreas de atividade, sejam estas sociais, políticas, lúdicas ou culturais. Compreendendo que as interpretações necessitam de ser valorizadas de forma sistémica, devido a múltiplas interdependências e conexões, é fácil integrar o turismo como uma das principais atividades capazes de harmonizar o aspeto económico com o social, enquanto preserva o meio ambiente e incentiva o surgimento de atividades económicas, sociais e culturais que sejam viáveis, justas e sustentáveis (Soares, 1993).

A atividade turística posiciona-se como um motor de redistribuição de riqueza entre territórios em diferentes escalas e, mesmo, em situações de sincronia e diacronia, pode também ser perspetivado como um instrumento político que visa a mitigação de assimetrias regionais, impulsionando a criação de emprego e mobilizando outros setores económicos que beneficiem a comunidade local e as suas necessidades (Inskeep, 1991). De acordo com Velasco (2004), as políticas aplicadas ao Turismo podem ser divididas em 5 objetivos principais

1. Estimular o crescimento e a competitividade do turismo através da promoção eficaz do destino, bem como da consciencialização de instituições públicas e privadas para o crescimento sustentável do turismo;
2. Gerir eficazmente o uso dos solos alocados para o desenvolvimento turístico, incluindo a formulação de estratégias e programas para a restauração e recuperação do património material e natural, envolvendo a comunidade local nos processos de tomada de decisão futuros;
3. Proporcionar experiências seguras e gratificantes a quem visita o destino;
4. Coordenar atores de diferentes origens e subsetores através da criação de Organizações de Gestão de Destinos capazes de envolver o setor público e privado, estimulando a criação de *clusters* que permitam maior competitividade entre destinos;
5. Investir na pesquisa e produção de conhecimento sobre o desenvolvimento da atividade turística, permitindo ajudar empresas a tomarem melhores decisões, apoiando processo de inovação no setor.

Segundo um relatório da OECD (2009), a área da cultura desempenha um papel crucial no desenvolvimento do turismo, pois é através da criação e manutenção de uma sinergia positiva entre

a cultura local e a atividade turística que se consegue alcançar um destino atrativo e competitivo. Segundo Greffe (2005), existem 4 critérios que devem ser alcançados para desenvolver uma relação simbiótica entre o desenvolvimento do turismo e da cultura:

1. A realização de atividades culturais ao longo de todo o ano;
2. O elevado grau de interesse e participação das comunidades locais;
3. A capacidade do território em fornecer produtos ajustados à procura;
4. A interdependência das várias atividades que fomentem “efeitos de agrupamento”.

A cultura, em todas as suas formas, desempenha um papel fundamental na criação de produtos turísticos e na promoção dos destinos, mesmo aqueles tradicionalmente baseados em recursos naturais. De acordo com um relatório sobre o impacto da cultura no turismo (OECD, 2009), verifica-se uma tendência no desenvolvimento de novos produtos, como produtos intangíveis relacionados com a cultura e criatividade, incluindo eventos relacionados com gastronomia, artesanato e folclore local. É, no entanto, fundamental que os destinos desenvolvam este tipo de atividades por meio de mecanismos de gestão e planeamento estratégico eficaz (Inskeep, 1991). Numa perspetiva menos otimista, o turismo pode originar problemas socioeconómicos graves, incluindo distorções económicas, degradação dos recursos naturais e perda de identidade local, entre outros.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), o número de trabalhadores empregados no setor do turismo em Portugal em 2022 foi de 1.165.700, o que representa 22,5% do total de empregos no país. O setor arrecadou 32,9 mil milhões de euros em 2022, o que representa 14,9% do PIB nacional, um aumento de 10,6% em relação a 2018. O aumento da atividade turística nos últimos anos deve-se, entre outros fatores, às iniciativas empreendedoras aplicadas, bem como às condições naturais oferecidas pelo território (Moreira, 2018). Segundo Cunha (1995), poucas são as atividades económicas que oferecem as possibilidades de desenvolvimento integral de uma região como as que a atividade turística fornece. Embora o turismo seja capaz de produzir benefícios económicos, sociais e ambientais, nenhum território deve recair exclusivamente na atividade turístico, porque, como se pode observar durante o período de pandemia COVID-19, os problemas podem ser múltiplos (Santos e Moreira, 2021; McTeigue eal., 2021, Almeida e Silva, 2020, Seabra e Bhatt, 2022). A pandemia Covid-19 originou um forte impacto em toda a cadeia de valor do turismo, destacando-se as perdas no setor da aviação comercial e hotelaria, resultando em perdas de capitais e desemprego em larga escala (ILO, 2020). A pandemia Covid-19 criou vários desafios, mas também deu azo ao reconhecimento

de vantagens competitivas. De acordo com Almeida & Silva (2020) foram identificados 4 grupos de oportunidades para o destino Portugal:

1. A percepção de um destino como sanitário e seguro;
2. A existência de oferta turística diversificada que combina componentes de sustentabilidade social e ambiental;
3. Elevada atratividade perante a população idosa;
4. Elevada aceleração na digitalização das operações turísticas.

O World Bank Group & IFC (2017) mencionou algumas razões pelas quais o turismo pode contribuir para o desenvolvimento sustentado dos destinos, nomeadamente o estímulo ao crescimento económico, o aumento das trocas comerciais nacionais e internacionais, o desenvolvimento de infraestrutura e o investimento internacional. A nível social, o turismo apoia e desenvolve pequenas economias, fortalece as comunidades locais e revitaliza áreas e locais de interesse. No âmbito ambiental, pode contribuir para aumentar a consciência sobre as alterações climáticas e impulsionar a economia azul, entre outros benefícios.

De acordo com Oliveira & Salazar (2011), o turismo é fruto da interação entre visitantes e destinos turístico, os impactos desta relação, são por norma, consequência direta/indireta das relações estabelecidas entre as comunidades locais e o território (Haralambopoulos & Pizam, 1996). Esses impactos podem variar em termos de natureza, intensidade, direção e magnitude. Porém, os resultados geralmente interagem e são irreversíveis, especialmente quando afetam o meio ambiente natural (Baldissera & Bahl, 2012). Embora existam estudos que sustentem os impactos do turismo nos destinos, bem como a disponibilização de ferramentas estratégicas que incentivem a adoção de comportamentos sustentáveis por parte dos visitantes, existe ainda um vasto desconhecimento sobre o assunto devido à falta de comunicação entre as entidades locais, comunidades e os visitantes. De acordo com Gao, Huang, & Zhang (2017), a percepção dos impactos negativos do turismo tem influência positiva na adoção de novos comportamentos por parte dos visitantes. Por outro lado, esses mesmos comportamentos são apenas adotados quando o turista atribui valor ao destino em causa (Joo, Cho, & Woosnam, 2019). Isto porque, segundo Joo et al. (2019), os turistas criam laços emocionais com os destinos que visitam, sendo que esses afetam de forma positiva as percepções em relação aos impactos do turismo num destino. Os gestores de destinos turísticos devem ter em consideração não apenas a percepção dos impactos dos turistas, mas também a opinião dos residentes (Joo et al., 2019). É importante que sejam

implementadas estratégias que permitam aumentar a consciência dos turistas sobre os impactos negativos do turismo, estimulando a adoção de comportamentos responsáveis durante a visita ao destino.

1.1.2 Dimensões económicas

As dimensões económicas do turismo podem ser analisadas sob duas perspetivas: efeitos positivos e efeitos negativos. Conforme destacado por Oliveira & Salazar (2011), o turismo é uma ferramenta capaz de gerar crescimento e desenvolvimento económico para um país. A atividade turística proporciona um vasto leque de oportunidades de emprego para as comunidades locais estimula novos serviços que fomentam um maior número de oportunidades e áreas de negócio, contribuindo para a dinamização das localidades (OMT, 2020).

Tabela 1: Impactos positivos e negativos do turismo em destinos

Impactos Positivos	Impactos Negativos
Aumento de oportunidades de negócio para as empresas existentes na região	Diminuição de atividades económicas que utilizam os mesmos recursos que a atividades turística
Desenvolvimento do sector/ turismo rural	Impacte negativo sobre o meio ambiente (poluição, destruição de ecossistemas, congestionamento)
Aumento das exportações	Aumento da inflação dos preços
Aumento das receitas do Estado através da coleta de impostos resultantes da atividade turística	Aumento da despesa pública (manutenção de infraestruturas, transportes e segurança)
Diversificação da estrutura produtiva da região	Aumento das importações de bens e serviços essenciais
Aumento da procura por bens e serviços na região	Falsa sensação de empregabilidade (trabalhos temporários) associados á componente sazonal
Proteção de recursos naturais e culturais, com o objetivo de desenvolver novos segmentos de turismo	Alterações ou perda de identidade e de valores, em termos de autenticidade da região

Fonte: Elaboração própria baseada em Eusébio (2001), Eusébio (2006), Barbosa (2002) e Cassim et. al (2004)

Para se conseguir avaliar o impacto económico do turismo numa determinada região é necessário considerar o total de despesas realizadas pelos visitantes. Segundo Neves (2009), os bens e serviços adquiridos pelos visitantes num determinado destino, independentemente da atividade económica em questão, estão automaticamente a contribuir para a economia dessa

região, tornando-se cada vez mais importante identificar e avaliar os principais efeitos e a sua relação com o desenvolvimento do turismo.

Tendo em conta os impactos económicos positivos, Brida, Osti & Faccioli (2011) destacam a influência do turismo na criação e desenvolvimento de bens e serviços locais. Quadros (2017) destaca a criação de novos postos de trabalho e o aumento das exportações, que consequentemente levam ao aumento das receitas do Estado, conforme observado por Mathieson e Wall (1982), Dwyer e Forsyth (1993). Os principais benefícios económicos do turismo podem ser sumarizados em 12 pontos segundo Silva (2009):

1. Promoção do crescimento económico através do aumento da produção real de bens e serviços;
2. Diversificação das economias locais;
3. Forte efeito multiplicador dos recursos existentes;
4. Desenvolvimento de outros setores económicos;
5. Consumo *in situ* sem possibilidade de deslocalização;
6. Fomento ao emprego;
7. Estímulo ao desenvolvimento das PME's;
8. Estímulo ao investimento estrangeiro/externo;
9. Aumento das receitas fiscais provenientes do setor empresarial;
10. Valorização económica dos recursos (naturais e culturais) que integram os produtos turísticos;
11. Desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação (em função das características da oferta e da procura: realidade virtual/aumentada, *videomapping*, entre outras);
12. Aumento das acessibilidades e das redes de transporte, com reflexo no desempenho económico dos setores.

Contudo nem todos os impactos económicos do turismo são positivos, sendo fundamental a implementação de uma visão de desenvolvimento estratégico para o destino, criada com base nas necessidades específicas do território. De acordo com Mathieson e Wall (1982), alguns dos impactos negativos prendem-se com o aumento da despesa pública, como observado por Souza (2009), e com o aumento dos impostos. Além disso, o excesso de turismo pode resultar na inflação e especulação dos preços, conforme apontado por Vareiro, Remoaldo e Cadima Ribeiro (2013). Essa especulação pode afetar diretamente os preços de imóveis e outros bens e serviços fundamentais à comunidade local. Também Silva (2009) identifica alguns impactos, como a falta de ordenamento do território, levando à maximização da capacidade de carga de muitos territórios; a falta de um planeamento participativo que integre um conjunto diversificado de agentes,

organizações e empresas do setor; a transferência de lucros empresariais para o estrangeiro (externalização dos lucros) e a inexistência de políticas distributivas do rendimento orientadas para os *stakeholders* locais.

1.1.2 Dimensões socioculturais

As dimensões sociais e culturais têm impactos distintos nas comunidades locais (Talavera, 2002). No espectro social, esses impactos podem refletir-se na mudança da estrutura social, na qualidade de vida e nas relações sociais das comunidades locais. Já no âmbito cultural, esses impactos podem ser mais graduais e processuais, como a aculturação turística e as mudanças nas normas culturais locais. Esses impactos resultam das relações estabelecidas entre os residentes e os turistas, podendo variar em intensidade e forma.

Os impactos socioculturais do turismo resultam das relações sociais estabelecidas entre os residentes e os visitantes e podem variar em termos de intensidade e forma (Talavera, 2002). Pinteus (2017), destaca a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais como um dos maiores benefícios socioculturais, através do investimento e criação de infraestruturas que promovam a cultura e o património local. O aumento da oferta de eventos culturais no destino é destacado como um dos principais benefícios por Eusébio & Carneiro (2012), promovendo a compreensão de novas culturas e modos de vida (Brida et al., 2011). Outros efeitos incluem o desenvolvimento das próprias capacidades linguísticas dos residentes (Renda, 2012), bem como uma melhor aceitação de novas culturas por parte das comunidades (Souza, 2009; OMT, 2020).

Na verdade, uma abordagem adequada para compreender como os processos turísticos ocorrem passa pela solicitação de participação de todos os grupos ativos e intervenientes nos territórios em questão. Efetivamente, importa saber a opinião de todos, identificar tendências, abordar desafios prementes e perceber os propósitos de forma sistémica. Para isso, é importante recorrer à teoria de hélices, que, nesta altura, melhor responde às necessidades de perceção e satisfação de todos os envolvidos na gestão, utilização ou planeamento do território.

De acordo com Johnson, Snepenger e Akis (1994) e Keogh (1990), o turismo pode ter impactos negativos que afetam tendencialmente as tradições, a cultura e a matriz local de destinos menos desenvolvidos. A sobrecarga regular da capacidade do destino é também identificada por Silva (2011) como um efeito sociocultural negativo, potenciando problemas como o aumento da criminalidade, a redução da qualidade da visita e a incapacidade de desfruto pleno dos atrativos do destino. Importa, pois, que a capacidade de carga (turística), ou seja, o nível de atividade

humana que um território acomoda, não contribua para a sua deterioração e que salvguarde a comunidade residente, enquanto valoriza a qualidade da experiência dos visitantes. Outras consequências incluem limitações e constrangimentos no acesso a serviços e espaços de lazer devido ao aumento do fluxo turístico, a infanção dos produtos e serviços (Renda e Souza, 2009). Assiste-se, também, à perturbação da rotina diária, devido ao aumento de ruído e congestionamento rodoviário. Além disso, observa-se uma tendência para o aumento do consumo de drogas, criminalidade e prostituição (OMT, 2020; Renda, 2012; Souza, 2009), embora, muitas vezes, a relação não seja direta.

Por estas razões, é essencial um adequado planeamento e gestão da capacidade de carga de forma a minimizar os impactos socioculturais do turismo, que deve ser um elemento-chave da gestão responsável e sustentável em todos os níveis: económico, sociocultural, político e ambiental. Portanto, é essencial que os gestores de destinos turísticos atribuam a devida importância à gestão da capacidade de carga (Eusébio et al., 2018).

1.1.3 Dimensões ambientais

Segundo Almeida (2021), existe uma ligação direta entre o turismo e os efeitos causados no meio ambiente, visto que o turismo, enquanto atividade, assenta na exploração dos recursos naturais de um determinado destino. Como resultado, o impacto ambiental é inevitável e deve ser considerado quando se planeiam e executam atividades turísticas. A fraca gestão e planeamento no desenvolvimento do turismo têm efeitos determinantes nos destinos, uma vez que a exploração descontrolada da atividade tende a exercer pressão sobre o ambiente e os recursos naturalmente presentes no território (Ferreira, 2009). No entanto, grande parte das atrações do destino baseiam-se nos recursos patrimoniais ambientais e naturais (Starr, 2003). Segundo Silva (2011), as áreas protegidas desempenham um papel fundamental na proteção do património natural, que é uma atração principal para os turistas. Por essa razão, é importante preservar essas áreas para garantir que possam continuar a ser apreciadas pelos turistas. Souza (2009) também destaca que a conservação das áreas naturais é um dos maiores impactos positivos do turismo em relação ao meio ambiente. O turismo pode, portanto, incentivar a conservação e proteção de áreas naturais valiosas, permitindo que as gerações futuras possam desfrutar desses recursos.

Contudo, os impactos negativos causados pelo turismo são evidentes. Middleton e Hawkins (1998) acreditam que o turismo é a primeira causa de poluição e degradação ambiental. No entanto, a avaliação dos impactos ambientais é difícil de medir (Ruschmann, 1999). Segundo a UNEP (2000), o desenvolvimento do turismo pode resultar em danos irreparáveis para os

recursos naturais locais, sendo que alguns destes impactos estão diretamente relacionados com construção de infraestruturas, tais como estradas, aeroportos e instalações turísticas. Alvarez (1996) considera que a fase de exploração das instalações turísticas regista uma série de impactos ambientais sobre diferentes elementos, tais como água, resíduos, contaminação e sistemas naturais. Importa ainda referir que os impactos produzidos na fase da construção podem perdurar e agravar-se na fase da exploração, se não forem tomadas as medidas adequadas (Martí e Ragué, 1994).

Segundo Morey (1991), é possível identificar outros impactos negativos do turismo no ambiente, como o aumento da produção de resíduos sólidos e águas residuais, o aumento do consumo de água potável pelos empreendimentos turísticos, a poluição sonora causada pelo aumento do tráfego rodoviário nas áreas turísticas, bem como um aumento na incidência de incêndios, muitas vezes causados por comportamentos inadequados dos visitantes. Embora os impactos ambientais negativos sejam difíceis de controlar, são possíveis de minimizar, através de planeamento e gestão eficazes, contribuindo para a preservação do meio ambiente (Quadros, 2017).

Uma atividade turística responsável e consciente tem de ser capaz de contribuir para atenuar os impactos negativos causados no meio ambiente. É de extrema importância que tanto os residentes como os visitantes tenham consciência da necessidade de conservação da biodiversidade e de um uso racional dos recursos naturais. A educação e motivação das pessoas são fundamentais para garantir a satisfação dos visitantes e a preservação do meio ambiente (Correia, 2020). A nível da gestão territorial, é através da consciencialização dos impactos que podem ser estudados e planeados mecanismos que contribuam para a mitigação destes resultados, realizando *benchmarkings* e outros mecanismos fundamentais para estudar e criar iniciativas que promovam o desenvolvimento sustentável de um destino.

1.2 Desenvolvimento sustentável na atividade turística

O Desenvolvimento Sustentável de um destino é alcançado através da conjugação de diferentes variáveis (Santos, 2017). Para Brandão (2014), os destinos turísticos consistem em experiências integradas que exigem a coordenação de vários elementos (trabalho em rede). A criação de experiências inovadoras é fundamental para assegurar a atração de novos turistas e assegurar a revisitação do destino.

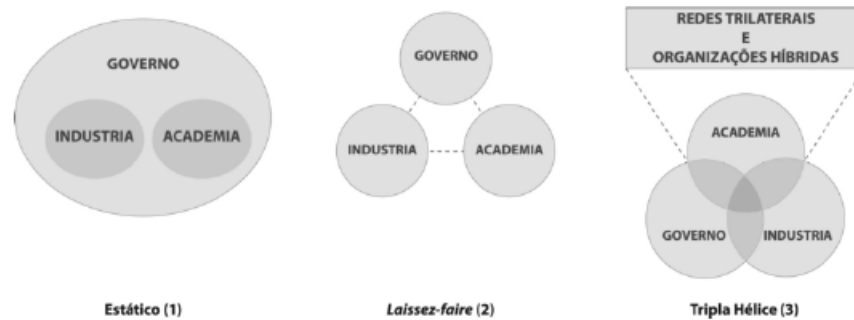


Figura 1: Modelo Tripla Hélice (Universidade, Governo, Indústria)

Fonte: Etzkowitz, (2003)

O Modelo apresentado na Figura 1 é composto por três hélices, conforme apresentado por Etzkowitz (2003). A primeira hélice é composta pelas Instituições de Ensino Superior (Universidades), responsáveis pela criação e desenvolvimento do conhecimento científico. Representam a pedra angular dos sistemas de inovação, gestão e preservação do conhecimento para a sociedade, uma vez que qualificam investigadores e trabalhadores de nível superior (Galli e Teubal, 1997). A segunda hélice é composta pelo setor privado (Indústria), representado tanto por PME's como por grandes empresas que (1.) desenvolvam produtos ou serviços inovadores; (2.) interajam com centros de pesquisa; (3.) liderem processos de mudança. No entanto, algumas limitações incluem o fraco investimento em pesquisa e desenvolvimento, com a indústria muitas vezes sendo vista como consumidora das descobertas das pesquisas (Linda & Linton, 2010). Finalmente, a terceira hélice é representada pelo Governo que, segundo Camboi (2013), tem a responsabilidade de (1.) apoiar novas estruturas organizacionais para promover o desenvolvimento económico e social; (2.) criar planos estratégicos voltados para a inovação e conhecimento; (3.) potenciar benefícios para a população com a interação com diversas esferas políticas. Entre as limitações do governo estão (1.) a excessiva burocratização e (2.) a falta de flexibilidade para implementação de projetos em parceria.

Lindberg et al. (2014), propõem a conceção de uma quádrupla hélice que reconheça a importância de atores e áreas sem fins lucrativos, enfatizando o papel das ONG's como plataformas colaborativas, além de públicos, privados e académicos. Ressaltam ainda a importância de se investir na criação políticas e programas que incentivem o crescimento e inovação regional. Para Linda & Linton (2020), as três hélices (Governo, Indústria e Universidade) podem fazer parte integrante da quarta hélice.

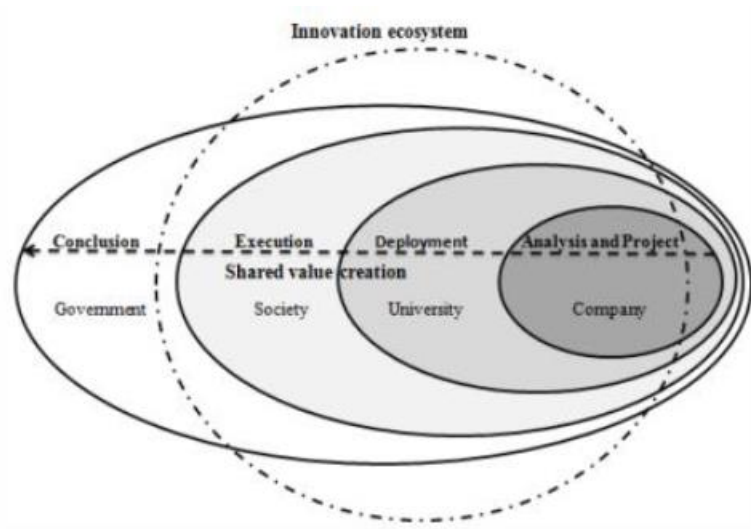


Figura 2: Modelo conceitual do Ecosistema de Inovação

Fonte: Bittencourt & Figueiró, (2019)

Para Flores & Mendes (2014), as experiências turísticas, não possuem as mesmas características de um produto turístico convencional, pois não dependem apenas da estrutura produtora, mas sim do resultado da ação integrada de todas as agentes envolvidos na exploração da atividade turística nessa localidade, incluindo hotéis, restaurantes, transportes, operadores turísticos, empresas de suporte, instituições de apoio (tais como grupos artísticos, elementos recreativos, etc.), órgãos de gestão do destino (tanto privados como públicos) e o setor público em todos os níveis.

Segundo Carvalho (2009), o desenvolvimento de qualquer atividade turística deve basear-se na criação e implementação de medidas de planeamento e gestão que garantam a sustentabilidade da própria atividade. No entanto, a conceção de estratégias socioeconómicas que visam a exploração de recursos naturais em países com recursos económicos limitados continua a ser uma prática comum como meio a curto prazo de desenvolvimento económico local. Essas estratégias são frequentemente desenvolvidas sem a implementação de diretrizes claras que considerem os impactos negativos a médio/longo prazo (Santos, 2017)

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP, 1994), o conceito de Desenvolvimento Sustentável aplicado à atividade turística requer uma abordagem holística/sistémica que considere fatores económicos, socioculturais e ambientais. Dessa forma, a atividade turística deve ser desenvolvida de maneira responsável e sustentável, considerando os

impactos em todas as áreas, a fim de assegurar um equilíbrio entre o desenvolvimento socioeconómico e a proteção do meio ambiente.

Lehtonen (2004) afirma quatro elementos fundamentais associados ao conceito de Desenvolvimento Sustentável nos destinos turísticos, nomeadamente:

- (1) *Dimensão ambiental*, que se refere à conservação de todos os recursos naturais, o que exige ações para minimizar os impactos negativos por meio da preservação da biodiversidade, proteção do meio ambiente e consumo responsável;
- (2) *Dimensão social*, que compreende o desenvolvimento em harmonia com os valores e tradições das comunidades locais, promovendo o fortalecimento da identidade e o bem-estar social;
- (3) *Dimensão cultural*, que refere os direitos humanos e a igualdade de oportunidades, reconhecendo e respeitando a diversidade cultural das comunidades locais e evitando qualquer forma de exploração;
- (4) *Dimensão Económica*, que se concentra na prosperidade em diferentes níveis da sociedade e na eficiência da atividade económica, incluindo a viabilidade das organizações e das suas atividades na geração de riqueza e na promoção de emprego digno.

Segundo Duarte (2017), o desenvolvimento sustentável pode ser entendido como um modelo de desenvolvimento que se baseia na promoção da igualdade social, na eficiência económica, na valorização da diversidade cultural e na preservação do meio ambiente. Trata-se de uma abordagem holística do desenvolvimento, que requer uma gestão prudente e orientada para o futuro. As noções de Desenvolvimento Sustentável e de Sustentabilidade são intrinsecamente ligadas. A importância da sustentabilidade e do nível de intervenção local são centrais para a qualidade de vida e para o desenvolvimento.



Figura 3: Parâmetros de avaliação da sustentabilidade territorial

Fonte: Santos et al., (2010)

De acordo com Santos (2010), a importância da sustentabilidade implica que o elemento ecológico seja expresso em modos de gestão suportados por intervenções que assegurem a qualidade de vida e a boa gestão dos suportes físicos para o desenvolvimento. Importa salientar a importância da capacidade que cada destino deve ter em transmitir a sua identidade própria, capaz de cativar atenção e ação de externalidades diversas assentes na inovação e preservação da tradição. Contudo, é preciso colocar em equação a atuação política e a expressão simbólica dos lugares, individualizando políticas, tendo em vista o desenvolvimento local.

1.2.1 Dimensões da sustentabilidade aplicado aos destinos turísticos

De acordo com Medeiros (2013), a Sustentabilidade num destino é composta por 3 pilares interligados entre si: (1) Pilar da eficiência económica, (2) Pilar do equilíbrio ambiental e (3) Pilar da justiça social. Segundo Caldeira (2014), existe uma crescente preocupação, especialmente no setor do turismo, com a sustentabilidade nos destinos turísticos, não apenas a nível ambiental, como também económico e social.

Considera-se um destino sustentável aquele que implementa boas práticas, incluindo medidas que permitam o uso responsável dos recursos, bem como a implementação de medidas

que visem a proteção do património e conservação da integridade cultural local. Deve ainda garantir a qualidade dos empregos criados, a satisfação dos turistas e residentes, entre outros (EC-ECSRT, 2012). Em suma, um destino turístico sustentável é aquele que tem como prioridade a preocupação em alcançar um bom desempenho a nível económico, social e ambiental, bem como o suporte de outras atividades turísticas e partes interessadas, como os serviços de restauração, alojamento, transporte e outros.

De acordo com Fernandes (2006), o futuro dos destinos turísticos deverá seguir um modelo *smart* focado no conhecimento, incluindo a valorização das pessoas, do território e dos processos de inovação e aprendizagem, do espaço da sociedade e das economias sustentáveis. Segundo Caldeira (2014), a procura de produtos e serviços turísticos sustentáveis tem vindo a aumentar significativamente, cabendo às empresas do setor do turismo adaptar-se às mudanças nos padrões de consumo. A implementação de critérios de certificação e sistemas de gestão sustentável tem sido uma das formas que as diversas empresas do setor têm usado para se destacar da concorrência (Caldeira, 2014).

Para Inskip (1991, p.461), a sustentabilidade de um destino turístico pode ser interpretada como “a forma de conhecer e satisfazer as necessidades presentes dos turistas e das regiões recetoras, protegendo e garantindo as oportunidades futuras [...]”. Beni (1997) defende que a atividade turística sustentável deve pressupor a viabilidade económica e social, privilegiando simultaneamente a cultura local e o ambiente. Godfrey (1996) considera que um destino sustentável deve procurar modificar as empresas turísticas locais usando uma abordagem compreensiva, sistémica e orientada para a comunidade. Já Butler (1999) afirma que a ausência de formação no âmbito da sustentabilidade nos destinos turísticos tem levado a uma monitorização ineficiente dos verdadeiros impactos da atividade turística. Por fim, Sachs (1993) distingue 6 dimensões de sustentabilidade que devem ser aplicadas aos destinos turísticos através da criação de medidas e políticas que zelem pela sustentabilidade económica, social e ambiental:

1. *Sustentabilidade Social*: Baseada no estabelecimento de processos de desenvolvimento que levem a padrões de crescimento estáveis, reduzindo as diferenças sociais existentes.
2. *Sustentabilidade Cultural*: Tem em conta as identidades culturais e modos de vida locais, bem como a participação da população em tomadas de decisão na formulação dos planos de desenvolvimento turístico ao nível local.

3. *Sustentabilidade Ambiental*: Baseada na teoria de que o desenvolvimento do turismo deve limitar o consumo de recursos naturais e causar o mínimo de danos aos sistemas de suporte à vida.
4. *Sustentabilidade Económica*: Possibilita o crescimento económico para as gerações atuais através do uso responsável dos recursos naturais que deverão atender da mesma forma às necessidades das gerações futuras.
5. *Sustentabilidade Espacial*: Assente numa distribuição geográfica equilibrada dos pontos e locais de interesse turístico como forma de evitar exceder a capacidade de carga do destino.
6. *Sustentabilidade Política*: Baseada na negociação de múltiplos interesses que envolvem questões fundamentais de âmbito local, regional e global

Segundo a OMT (2005), um destino turístico sustentável deve buscar o equilíbrio de três dimensões: economia, sociedade e ambiente, a fim de garantir a sustentabilidade a longo prazo. Isto pode ser alcançado através de três diretrizes: (1) uso responsável dos recursos naturais, mantendo os processos ecológicos essenciais para a conservação da biodiversidade; (2) preservação e respeito da autenticidade sociocultural das comunidades locais, incluindo tradições e heranças culturais, promovendo desta forma a tolerância intercultural; e, por fim, (3) promoção de atividades económicas viáveis a longo prazo que beneficiem todas as partes interessadas, incluindo a geração de empregos dignos e oportunidades de negócios.

Para Duarte (2017), os destinos turísticos sustentáveis englobam por norma uma ampla gama de atividades turísticas. Alguns exemplos de turismo sustentável incluem o ecoturismo, turismo de natureza, turismo náutico, turismo rural, agroturismo, turismo cultural, turismo paisagístico, turismo de caminhada/trekking, turismo de aventura, turismo com preocupação social, turismo que valoriza o comércio e produtos locais, turismo de desporto (como surf, ski e *snowboard*) e turismo gastronómico, entre outros.

Todavia, um destino sustentável terá que ser, por sua vez, *smart* considerando a governação como um processo de gestão integrada envolvendo os setores público e privado, as instituições académicas, a comunidade local, bem como a otimização dos recursos, e a melhoria da qualidade de vida dos habitantes (Cebreiros e Gulín, 2014). O planeamento eficaz envolve a associação a gestão partilhada da informação. (Maruccia et al., 2020). Desta forma o recente desenvolvimento tecnológicos apresenta inúmeras oportunidades para o desenvolvimento do setor, ampliando

efeitos e introduzindo várias ferramentas ao serviço de um modelo de desenvolvimento sustentável para os destinos.

1.2.2 Políticas de gestão para destinos sustentáveis

Um destino turístico sustentável é aquele que se preocupa em promover uma parceria entre os vários *stakeholders* envolvidos, sejam eles públicos ou privados. O objetivo principal é alcançar uma ordem que assegure a acessibilidade, responsabilidade e sustentabilidade de um determinado destino (WCTE-UNWTO, 1991). Na Tabela 2 é possível observar os artigos que compõem o “Código Mundial de Ética do Turismo” criado pela OMT em 1999. Nos artigos propostos destaca-se o artigo n.º 3 como propulsor do desenvolvimento de destinos sustentáveis.

Tabela 2: Artigos do Código Mundial de Ética do Turismo

Artigo n°1	Contribuição do turismo para a compreensão e respeito mútuo entre homens e sociedade
Artigo n°2	O turismo, vector de desenvolvimento individual e colectivo
Artigo n°3	O turismo, factor de desenvolvimento sustentável
Artigo n°4	O turismo, utilizador do património cultural da humanidade e contribuindo para o seu enriquecimento
Artigo n°5	O turismo, actividade benéfica para os países e comunidades de acolhimento
Artigo n°6	Obrigações dos actores do desenvolvimento turístico
Artigo n°7	Direito ao turismo
Artigo n°8	Liberdade das deslocações turísticas
Artigo n°9	Direito dos trabalhadores e dos empresários da indústria turística
Artigo n°10	Aplicação dos princípios do Código Mundial de Ética do Turismo

Fonte: Elaboração própria com base em (OMT, 1999)

Em suma, as entidades responsáveis pela gestão do turismo devem proteger o meio ambiente e os recursos naturais de forma a garantir um crescimento económico sustentável, economizando recursos naturais e evitando a produção excessiva de resíduos. Deve ainda ser acautelada a distribuição equilibrada dos fluxos turísticos, promovendo a proteção do património e biodiversidade (OMT, 1990). De acordo com Amore (1992), as medidas de sustentabilidade devem surgir de todos os setores envolvidos na atividade turística, incluídos governos locais, serviços de alojamento, companhias aéreas, agências de viagem, serviços de restauração,

operadores turísticos, associações e outros que, de alguma forma, tenham uma relação direta ou indireta com o setor do turismo. Somente através de uma abordagem integrada será possível desenvolver, monitorizar e gerir um destino turístico sustentável.

1.2.2.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Segundo Yiu & Saner (2014), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são o atual instrumento de desenvolvimento criado e implementado pela Organização das Nações Unidas, representando a linha de evolução e o sucessor atual dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Os ODM vigoraram de 1990 a 2015 e procuraram responder a problemas globais de vários âmbitos, tais como a pobreza, a fome, a dignidade humana, a educação de qualidade, entre outras. Apesar de terem sido implementados com algum grau de sucesso, após uma análise geral, diversos objetivos apresentam assimetrias à escala local e regional no que diz respeito às desigualdades e disparidades entre diferentes grupos e minorias (Nanda, 2016).

A 25 de setembro de 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou uma nova agenda com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável em várias áreas até 2030. Os ODS fazem parte de um conjunto de 17 objetivos principais e 169 metas para promover a sustentabilidade. (Turismo de Portugal, 2021).



Figura 4: Mapa de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Fonte: «Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - BCSD Portugal», (2021)

A Agenda 2030 visa promover o desenvolvimento sustentável por meio da monitorização e controlo do uso dos recursos naturais, promovendo atividades de conservação e criando oportunidades de emprego para as comunidades locais. As novas metas visam, entre outras coisas, promover culturas e produtos endógenos, maximizando os benefícios económicos contribuindo para a minimização da degradação dos recursos naturais. Como se pode observar na Figura n.º 4, os ODS são: 1. erradicar a pobreza; 2. erradicar a fome; 3. saúde de qualidade; 4. educação de qualidade; 5. igualdade de género; 6. água potável e saneamento; 7. energia renovável e acessível; 8. trabalho decente e crescimento económico; 9. indústria, inovação e infraestrutura; 10. redução da desigualdade; 11. cidades e comunidades sustentáveis; 12. produção e consumo sustentáveis; 13. ação climática; 14. proteção da vida marinha; 15. proteção da vida terrestre; 16. paz, justiça, instituições efetivas e 17. parcerias para alcançar as metas (BCSD, 2021).

Segundo Nanda (2016), a principal diferença entre os ODS e os ODM reside no facto de não se centrarem apenas nos países menos desenvolvidos, mas sim em alcançar o desenvolvimento sustentável adaptado à escala do território, através da implementação de objetivos específicos direcionados para os problemas atuais das sociedades, focando-se numa abordagem que permita o desenvolvimento e resolução de problemas sociais atuais, tais como os direitos laborais, a igualdade e o empoderamento de género, adaptação às alterações climáticas e a perda da biodiversidade, entre outros.

De acordo com a ONU e o PNUD (2017), os ODS podem ser perspetivados como uma estrutura para a promoção e desenvolvimento do turismo sustentável, contribuindo de forma direta e indireta para cada um dos 17 ODS. O turismo tem desempenhado um papel particularmente importante na consecução do objetivo 8 (Crescimento económico inclusivo e sustentável), objetivo 12 (Consumo e produção responsáveis) e objetivo 14 (Uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos). Hall (2019) argumenta que a abordagem da Organização Mundial do Turismo para os ODS tem sido alvo de crítica porque se concentra em medir e aplicar abordagens utilitárias, científicas e económicas para a utilização de recursos e desenvolvimento económico. No entanto, essas preocupações são consideradas minoritárias. Embora o setor de turismo tenha potencial para contribuir para todos os 17 ODS, a medição do seu impacto continua a revelar-se desafiante, dada a escassez de padrões universais pelos quais empresas e destinos possam medir e monitorizar o seu desenvolvimento e contribuições.

1.2.2.2 Indicadores de Desempenho de Sustentabilidade – Critérios GSTC

Os modelos de avaliação de sustentabilidade (Critérios – GSTC) são considerados ferramentas fundamentais na gestão de destinos. Estes modelos podem ser utilizados para orientar o processo de desenvolvimento e gestão dos destinos turísticos sustentáveis, fornecendo critérios condutores que visam alcançar a sustentabilidade. A utilização eficaz destes modelos permite avaliar a efetividade das ações e medidas implementadas, garantindo, desta forma, que a atividade turística beneficie tanto a economia local como o meio ambiente (Duarte, 2017).



Figura 5: Logótipo da Organização Global Sustainable Tourism Council

Fonte: GSTC Destination Criteria Versão 2.0, (2019)

O *Global Sustainable Tourism Council* (GSTC) surgiu, inicialmente, de uma coligação entre 32 parceiros com o objetivo de promover uma maior compreensão sobre práticas sustentáveis e a adoção de princípios universais de turismo sustentável (GSTC, 2016). Atualmente, o GSTC consiste numa organização voluntária, independente e sem fins lucrativos, reconhecida pela UNTWO, que tem como papel o estabelecimento e monitorização de modelos globais de sustentabilidade de referência. Isso assegura a criação de boas práticas sustentáveis que asseguram a longevidade sustentável da indústria turística (GSTC, 2016).

Os critérios estabelecidos pelo GSTC são amplamente utilizados como referência para a implementação de práticas turísticas mais sustentáveis, considerando a preservação e gestão responsável de recursos naturais e culturais. São também utilizados para fins de educação e sensibilização, bem como para a formulação de políticas, monitorização e avaliação de destinos turísticos sustentáveis (GSTC, 2016).

Destaca-se a criação de dois conjuntos de critérios direcionados: critérios para o destino, *Destination Criteria* (GSTC-D) e critérios para hotéis e operadores turísticos, *Industry Criteria* (GSTC, 2016b, 2016c). Os critérios GSTC-D representam o mínimo a que qualquer destino turístico deve aspirar alcançar. Estes estão organizados em torno de quatro temas-chave: (1) Gestão Sustentável; (2) Impactos Socioeconómicos; (3) Impactos Culturais; (4) Impactos

Ambientais (GSTC, 2019). Alguns dos objetivos de utilização dos Critérios para Destinos GSTC são:

1. Servir como linha de orientação base para destinos que pretendam tornar-se mais sustentáveis;
2. Ajudar os consumidores a identificar destinos turísticos comprovadamente sustentáveis;
3. Servir como denominador comum para os meios de comunicação reconhecerem destinos e informarem o público sobre a sua sustentabilidade;
4. Ajudar na certificação de outros programas para destinos turísticos, garantido que os padrões estão de acordo com uma norma base amplamente reconhecida;
5. Fornecer um ponto de partida para o desenvolvimento de requisitos de turismo sustentável, adaptando e criando programas governamentais, não-governamentais e do setor privado;
6. Servir como ponto de referência para instituições de ensino e formação e universidades;
7. Promover um espírito de liderança que inspire outros destinos;

É importante destacar que os Critérios GSTC-D têm como função indicar as metas a alcançar, não especificando como chegar a essas metas ou se as mesmas foram cumpridas. Esse papel é desempenhado pelos indicadores de desempenho, pelos materiais pedagógicos associados e pelo acesso a mecanismos de implementação, fornecendo, todos estes elementos, um complemento indispensável aos critérios GSTC (GSTC, 2019).

Os Critérios GSTC-D foram criados exclusivamente para a certificação de destinos (GSTC, 2019). Os critérios apenas exigem que a condição descrita se aplique ao destino, independentemente da entidade responsável pelo mesmo ou de como ou por quem qualquer medida relacionada seja implementada. O âmbito dos GSTC-D é abrangente e pode ser aplicado a uma ampla variedade de destinos localizados em qualquer parte do mundo, sejam eles urbanos, rurais, de montanha, costeiros ou mistos. Podem ainda ser aplicados a destinos de grande e pequena dimensão (GSTC, 2019).

Os critérios GSTS podem ser configurados de acordo com a Tabela 3, que os organiza em quatro secções, cada uma com um conjunto de subsecções. Estes critérios são acompanhados por indicadores de desempenho desenvolvidos para avaliar o grau de conformidade com os critérios. Os critérios GSTC-D, juntamente com os indicadores de desempenho têm como objetivo principal fornecer aos utilizadores uma amostra sólida para permitir o desenvolvimento de um conjunto de indicadores próprios e adaptados à situação de cada destino (GSTC-2019). A aplicação destes

critérios ajudará eficazmente o destino a contribuir para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e para o cumprimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo que, para cada critério, é identificado pelo menos um ou mais dos 17 ODS com os quais se relacionam de forma direta (GSTC, 2019).

Tabela 3: Estrutura dos Critérios GSTC para Destinos

<p>SECÇÃO A: Gestão sustentável</p> <p>A(a) Estrutura e enquadramento de gestão</p> <p>A(b) Envolvimento de stakeholders</p> <p>A(c) Gestão da pressão e da mudança</p>	<p>SECÇÃO C: Sustentabilidade cultural</p> <p>C(a) Proteção do património cultural</p> <p>C(b) Visitação de sítios culturais</p> <p>SECÇÃO D: Sustentabilidade ambiental</p>
<p>SECÇÃO B: Sustentabilidade socioeconómica</p> <p>B(a) Criação de benefícios económicos locais</p> <p>B(b) Bem-estar e impactos sociais</p>	<p>SECÇÃO D: Sustentabilidade ambiental</p> <p>D(a) Conservação do património natural</p> <p>D(b) Gestão de recursos</p> <p>D(c) Gestão de resíduos e emissões</p>

Fonte: Elaboração própria com base GSTC Destination Criteria Versão 2.0, (2019)

Para além dos critérios, o GSTC disponibiliza também um programa de formação, o *Sustainable Tourism Training Program* (STTP), que permite a partilha de conhecimentos e a definição de objetivos concretos para a adoção de melhores práticas de sustentabilidade. O programa STTP abrange as novas tendências globais do turismo sustentável e as melhores práticas de sustentabilidade para empresas e destinos. É liderado por formadores e especialistas da GSTC, proporcionando a oportunidade de aprofundar conhecimentos sobre os critérios GSCT, o conceito de sustentabilidade nas dimensões das viagens e do turismo e o papel da certificação e acreditação dos destinos para cumprir a Agenda 2030 (Duarte, 2017).

Segundo Amore (1992), a sustentabilidade é uma preocupação cada vez mais presente na mente dos consumidores quando se trata da escolha de produtos e serviços associados ao turismo. Os interesses por tipos de turismo mais responsáveis levaram à criação do conceito de turismo alternativo, que abrange diversos modelos de turismo (Duarte, 2017). Mihalic (2013), afirma que todos os modelos de turismo responsável apresentam uma estrutura completamente diferente do tradicional turismo de massas, tornando-se cada vez menos tolerável ambiental, ética e socialmente. A prática do turismo de massas caracteriza-se pela extensa concentração de turistas num determinado destino, sendo avaliada com base no cálculo da capacidade de carga do destino

(Duarte, 2017). A massificação do turismo tem consequências evidentes, destacando-se a saturação dos recursos e a consequente degradação ambiental, bem como a perda de autenticidade que resulta na diminuição de atratividade por parte do destino (Theng et al., 2015).

Existem uma série de produtos de turismo sustentável que permitem a promoção de boas-práticas, ajudando, desta forma, um determinado destino a alcançar o desenvolvimento sustentável. Fazem parte deste conjunto os seguintes produtos: o Ecoturismo, o turismo de aventura, o turismo de natureza e rural, o turismo cultural, o turismo de voluntariado, entre outros (Cohen, 1994; Leksakundilok, 2004; Lertcharoenchoke, 1999; Mihalic, 2013; Theng et al., 2015). Todos estes modelos estão inseridos no conceito de turismo alternativo, uma variante da atividade turística que promove uma forma justa de viajar entre membros de diferentes comunidades, procurando alcançar a compreensão mútua, solidariedade e paridade entre os intervenientes (Lertcharoenchoke, 1999). Para Dwyer (2014), o turismo alternativo apresenta claras assimetrias quando comparado com o turismo de massas, na medida em que favorece igualmente a vertente social e ambiental do destino, para além da vertente económica, beneficiando o património, a cultura e também a ligação entre os visitantes e a comunidade local. Em suma, é possível verificar um aumento de novos modelos de turismo sustentável como alternativa ao turismo de massas. Os modelos de turismo alternativo têm como principal objetivo, tanto em termos de oferta como de procura, contrariar os efeitos negativos que a atividade turística causa nos destinos (Bâc, 2016).

1.3 O Ecoturismo e a sustentabilidade

O termo “ecoturismo” surge pela primeira vez na década de 1980, segundo a TIES (2015) o ecoturismo consiste em viagens responsáveis para áreas naturais que conservam o meio ambiente, sustentam o bem-estar da população local e envolvem interpretação e educação. O ecoturismo assume uma forma de turismo associado à preservação e conservação da natureza e dos espaços, sendo um turismo social e ambientalmente responsável. Isto significa que quem planeia e participa em atividades ecoturísticas deve seguir os seguintes sete princípios: (Partidário, 1999)

1. Minimizar impactos negativos;
2. Desenvolver consciência e respeito pelo ambiente e cultura;
3. Proporcionar experiências positivas para a população local e visitantes;
4. Fornecer benefícios financeiros diretos para a conservação;

5. Fornecer benefícios financeiros e poder legal de decisão para a população local;
6. Aumentar a sensibilidade para o contexto político, ambiental e social;
7. Apoiar os direitos humanos internacionais e acordos dos trabalhadores.

O Ecoturismo pode ser considerado um segmento de turismo alternativo que procura alterar o padrão de consumo da sociedade, bem como corrigir certos desvios que continuam a ocorrer noutros tipos de turismo (WEARING; NEIL 2001). Segundo Pires (2002) o ecoturismo pode ser interpretado como a antítese do turismo de massas, incorporando naturalmente na sua conceção todos os princípios do turismo alternativo, adquirindo uma identidade própria, utilizando, contudo, a natureza como fonte de inspiração. De acordo com Neves (2005), o ecoturismo pode ser interpretado como uma atividade económica, ambiental e cultural capaz de combater problemas sociais como a pobreza e exclusão social, contribuindo ao mesmo tempo para a diminuição do êxodo rural, permitindo a utilização de tradições e cultura de uma determinada localidade e promovendo o desenvolvimento integral sustentado de um local ou região.

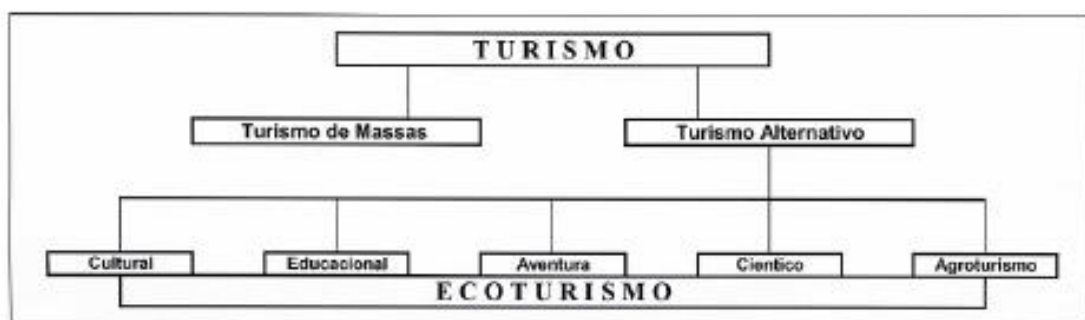


Figura 6 Enquadramento Turismo Alternativo (ecoturismo)

Fonte: Santos, 2017 (Adptado de Mieczkowski).

Para Burnay (2000), o ecoturismo caracteriza-se por ser praticado em espaços com pouca ou nenhuma intervenção humana. O objetivo desta atividade turística baseia-se nos princípios do respeito e aprendizagem, como compreender a cultura e a história natural do meio, preservando a integridade dos ecossistemas e criando oportunidades económicas para que a conservação dos recursos naturais se traduza num benefício para as comunidades locais.

De acordo com Cunha (2010) o ecoturismo tem duas componentes fundamentais, a componente natural (fauna/ flora) e a componente cultural (tradições). Esta atividade deve ser capaz de obter benefícios através de ações de proteção e gestão eficaz do território. Burnay, (2000) identifica quatro tipos de viagens que podem ser denominados ecoturismo: 1. Viagens baseadas

na natureza; 2. Viagens que apoiam a conservação; 3. Viagens de consciencialização sobre a importância da natureza e 4. Viagens conduzidas de forma sustentável. O ecoturismo baseia-se na observação da natureza e desenvolve-se particularmente em destino onde os ecossistemas naturais se mantêm intactos e as comunidades locais mantêm os seus estilos de vida e atividades tradicionais. Para Fennell (2002), o ecoturismo tem vindo a crescer como resultado da insatisfação com as formas convencionais de turismo, que, de forma geral, tendem a ignorar os elementos sociais e ecológicos das regiões/países, favorecendo normalmente elementos mais antropocêntricos, centrados diretamente nos lucros económicos provenientes da atividade turística.

Dos várias conceitos propostos para o ecoturismo, Hipwell (2007), destaca 6 princípios fundamentais à atividade, nomeadamente: 1. Trabalho em pequena escala, gerido de forma controlada pelas comunidades sem assessoria externa; 2. Envolve uma participação ativa dos membros representativos; 3. Proporciona benefícios tangíveis para os residentes locais; 4. Proporciona uma equidade universal, promovendo a qualidade de vida dos residentes; 5. Resulta da conservação e proteção dos valores naturais; 6. Incentiva a manutenção e promove o ambiente cultural. Por sua vez, Tsaour, Lin & Lin (2006), apresentam as três dimensões que exercem influência mútua no ecoturismo sustentável: recursos administrados, residentes locais e turistas, como se pode ver pela Figura n. °7.

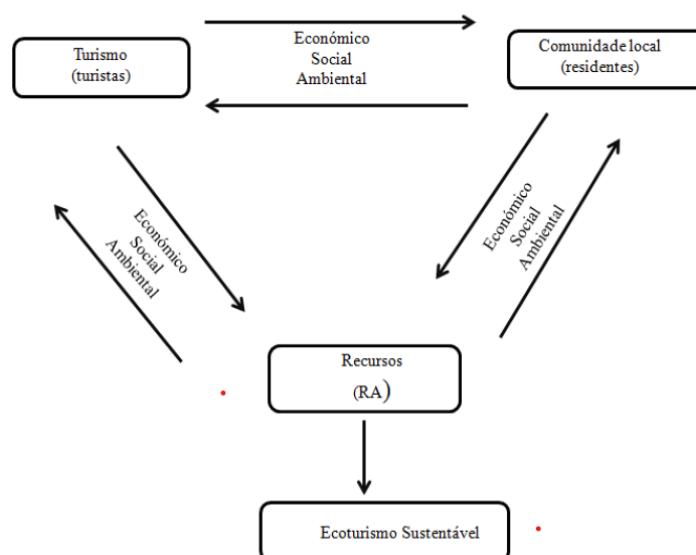


Figura 7: Modelo de Ecoturismo Sustentável: Recursos administrativos, residentes e turistas.

Fonte: Lin&Lin, (2006)

De acordo com a UNEP e WTO (2002), 10% das viagens correspondem à prática de Ecoturismo, e o crescimento anual estima-se entre 7% e 30% dependendo do posicionamento do destino. O Ecoturismo enquanto produto turístico é praticado por norma por pequenos grupos de turistas que promovam o respeito pelos recursos e comunidades. Deve ser respeitado o equilíbrio entre o bem-estar social, a economia e o ambiente natural envolvente (Neves, 2009).

1.3.1 Papel do ecoturismo como ferramenta para a conservação e preservação da natureza e biodiversidade

De acordo Fennell (1999), uma atividade de ecoturismo desenvolve-se em espaços circundados por património natural e cultural, minimiza impactos negativos no ambiente, contribuindo para a conservação da natureza por meio da sensibilização e capacitação dos turistas. Segundo Silveira (2017), o ecoturismo é uma ferramenta importante para a proteção e gestão do património, contendo um conjunto de objetivos que são apresentados como um todo, disponíveis para empreendedores e formuladores de políticas de uma região. Esta ferramenta pode evitar o processo de descaracterização de valores patrimoniais e o desperdício de recursos naturais, promovendo assim o desenvolvimento local sustentável.

Segundo Cunha (1997) e Martins, (2002, p.3), a decisão de proteger ou não um espaço natural gera conflito de interesses, sendo o custo suportado pelas comunidades locais. Esse custo pode ser justificado pela determinação do valor económico dos recursos naturais envolvidos. A falta de recursos adequados coloca em risco a sustentabilidade de áreas protegidas, ricas em biodiversidade, limitando a capacidade administrativa de entidades responsáveis por tarefas essenciais como demarcação, fiscalização e educação (Baral et al., 2008,). Nesse contexto, o ecoturismo surge como um mecanismo de financiamento sustentável para áreas protegidas em todo o mundo.

Para Heal (2000) o Ecoturismo além do seu valor intrínseco natural, carrega também um valor económico dada a capacidade atrair atividades com fins lucrativos. As receitas, as novas oportunidades de emprego e a educação ambiental resultantes das atividades funcionam como mecanismos decisivos para a conservação de vários ecossistemas importantes. Com base nas diferentes abordagens sobre os valores da biodiversidade, é importante destacar duas propostas para a proteção da diversidade biológica: a conservação "*in situ*" e conservação "*ex situ*". De acordo com o Artigo 2º da Convenção sobre a Diversidade Biológica (1992) a conservação "*in situ*" consiste na conservação de ecossistemas e habitats naturais, bem como a manutenção e

recuperação de populações viáveis de espécies em ambientes naturais. Já a conservação "*ex situ*", refere-se à conservação de componentes da diversidade biológica fora dos habitats naturais.

1.3.2 O perfil do ecoturista

O ecoturismo tem como objetivo proporcionar experiências de imersão na natureza. Page & Dowling (2002) afirmam que o ecoturista assume um papel responsável no que diz respeito ao consumo e preservação do meio que visitam, a viagem é motivada sobretudo por experiências que permitam a integração na comunidade local atribuindo valor à experiência do visitante. Krüger (2005) complementa afirmando que esta tipologia de turistas tem por norma um elevado nível de formação, demonstram ativamente uma preocupação substancial com a ética, outra característica prende-se com a disponibilidade financeira em produtos e serviços que se comprometam com a sustentabilidade, nomeadamente alojamento, transporte, gastronomia, entre outras atividades que se mostrem comprometidas com a preservação local e o seu desenvolvimento.

Os ecoturistas têm tendência para evitar grandes cadeias hoteleiras, dada a falta de autenticidade e elevada standardização da oferta de produtos e serviços. A disponibilidade financeira permite uma certa exigência nas suas escolhas. São também responsáveis por impulsionar o comércio local dada a importância que atribuem aos produtos regionais (Pedro, 1999). O ecoturista, por natureza, busca novas experiências num ambiente diferente, no entanto, mantém firmemente os seus costumes, evitando ao máximo reduzir o seu nível de vida (Williams, 1999).

Fennell (2008) & Dinis (2005) definem genericamente quatro tipos de ecoturistas em conformidade com as expectativas, destinos e formas de mobilidade: (i) *Hard-Core Nature Tourists* – caracterizam-se pelo seu elevado conhecimento, sendo, por norma, investigadores científicos ou membros de viagens organizadas com o objetivo específico de se educarem e capacitarem, manifestando um elevado compromisso com a sustentabilidade e optando por experiências que permitam o contacto com a natureza, envolvendo tarefas físicas e desafios; (ii) *Dedicated Nature Tourists* – são turistas que viajam com o objetivo específico de contemplar áreas naturais protegidas e ambicionam compreender a história/cultura do local; (iii) *Mainstream Nature Tourists* - caracterizam-se pela ambição em conhecer locais naturais remotos, contudo frequentemente são influenciados por fatores externos e (iv) *Casual Nature Tourists* - possuem algum apreço pela sustentabilidade, no que diz respeito à preservação ambiental do espaço que visitam, demonstram também algum interesse em apropriar-se de conhecimentos sobre o

ambiente, no entanto, a motivação da sua viagem frequentemente não coincide com os atrativos relacionados com a natureza do destino.

Capítulo II - Mecanismos de planeamento e gestão integrada de destinos turísticos

2.1 Conceitualização de governança

A governança apresenta raízes no exercício da cidadania ativa, a partir da governação partilhada entre o governo e a sociedade (Ramos, 2016). No entanto, tanto o governo como a sociedade apresentam uma diversidade de elementos, organizações e entidades que exigem uma avaliação cuidada de todos os processos de relação. Entre as intervenções de orientação *top-down* e *bottom-up*, sucedem equilíbrios difíceis de gerir e com pesos diversos. Por isso, importa dar atenção a esta relação múltipla, que contribuí efetivamente para o sucesso ou insucesso de políticas e processos.

No final da década de 1980 o termo “governança” entrou no discurso de “desenvolvimento”. Segundo Ruschmann (2008), o “desenvolvimento internacional” mudou o seu rumo, passando a utilizar o termo “desenvolvimento humano sustentável” em vez de “crescimento económico”, como era típico dos anos 50. Isso reflete uma preocupação mais abrangente, que inclui não apenas aspetos económicos, mas também sociais e ambientais, amplamente aceite pelo Estado. A boa governança pressupõe o exercício do poder de forma a promover o desenvolvimento sustentável, a equidade social e a garantia dos direitos humanos (Sachs, 2004).

O conceito de governança deriva do latim *gubernare* (conduzir, administrar, dirigir), que, de forma ampla, abrange toda a direção ou regência dada a uma série de factos. Por este motivo, a ação de governar pode aplicar-se a qualquer ramo da administração (Aragão, 2005). Desta forma, o governo possui um conjunto de regras e princípios que se estabelecem como indicadores/orientadores para os poderes do governante. A gestão política dos “negócios públicos” é, portanto, uma forma de condução, iniciativa e definição de objetivos do Estado (Ramos, 2016).

De acordo com a OCDE (2001), a governança implica um processo de coordenação e conciliação de múltiplos intervenientes, sendo um desafio coletivo que propõe a abertura do processo de elaboração de políticas para que cada vez mais pessoas e organismos estejam envolvidos na sua conceção e realização, aumentando, assim, o índice de responsabilização dos cidadãos na partilha das decisões e no controlo da eficácia. A Comissão Europeia (2016) destaca cinco princípios constitucionais de governança.

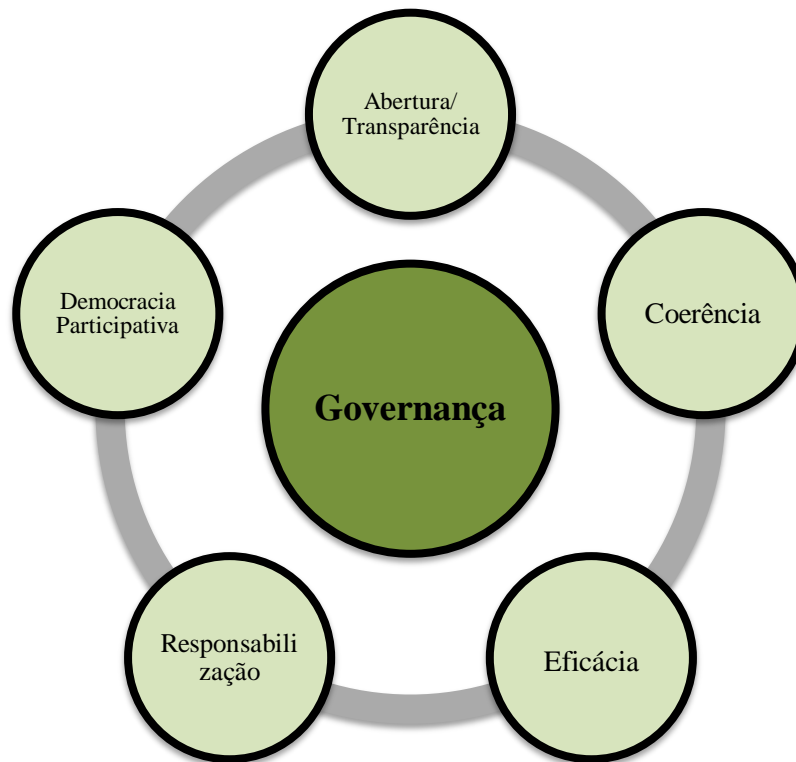


Figura 8: Princípios constitucionais da governança

Fonte: Adaptado com base na esquemática Livro Branco da Comissão Europeia, (2016)

1. **Abertura/ Transparência:** As instituições devem seguir um modelo de trabalho conjunto com a máxima transparência possível. Devem também seguir uma estratégia de comunicação assertiva, utilizando linguagem clara, objetiva e perceptível para todos os tipos de público;
2. **Democracia Participativa:** O reforço da participação contribuirá para uma maior confiança no resultado e nas instituições que produzem as políticas;
3. **Responsabilização:** A participação pública nas políticas resulta numa maior responsabilização partilhada, onde os cidadãos estarão mais informados e, conseqüentemente, mais envolvidos, uma vez que integraram o processo de decisão. É necessário definir atribuições claras nos processos legislativos e executivos;
4. **Eficácia:** As políticas a aplicar deverão ser eficazes e oportunas, procurando dar respostas às necessidades com base em objetivos claros e na avaliação do seu impacto futuro;
5. **Coerência:** As políticas e medidas devem ser coerentes e compreensíveis, as entidades regionais e locais devem estar envolvidas na criação e implementação das várias medidas propostas;

A aplicação destes princípios de governança deve complementar a busca de outras boas práticas e regras que permitam às organizações públicas e privadas e às instituições de ensino uma administração mais eficiente e eficaz. Isso possibilitará uma participação significativa de todos os intervenientes (gestores, políticos e funcionários), promovendo a responsabilidade participativa, a definição de objetivos e o cumprimento de metas (Ramos, 2016).

2.2 A introdução do Estado na indução de políticas de redes turísticas

A política de redes turísticas, é baseada em relações sociais formais e informais que possibilitam a colaboração entre o governo e os outros setores de intervenção na sociedade (Rhodes, 1997). As redes turísticas têm como função apoiar a construção de políticas específicas, fornecendo uma abordagem mais inclusiva para a tomada de decisões relacionadas com o turismo (Ramos, 2016). Previamente este modelo caracterizava-se por usar uma metodologia *top-down*, sendo responsabilidade exclusiva do setor público (Powell, 1990; Hall e Jenkins, 1995) No entanto, a visão atual da política, inspirada no neoliberalismo, sugere que a política do turismo é o resultado direto da colaboração entre governo, empresas e sociedade (Dredge e Jenkins, 2006).

As redes políticas surgem no início do século XX, fruto do aumento da influência e intervenção do Estado em assuntos económicos, como o estímulo ao emprego e crescimento económico, passando a intervir em outras áreas, nomeadamente no setor do turismo. Segundo Jenkins (2001), essa aproximação entre setores também se manifestou no turismo. Alguns países, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, acreditavam que o setor privado estaria mais predisposto a gerir as atividades, estabelecendo parcerias diretas, frequentemente financiadas por fundos públicos. De acordo com Jessop (2002) e Larner (2000), a “governança no turismo” desenvolve-se através das medidas adotadas pelo Estado, com o objetivo de resolver problemas económicos, sociais e ambientais resultantes da atividade. A governança envolve os interesses de múltiplos grupos de forma clara e transparente, em detrimento às tradicionais burocracias centralizadas.

De acordo com Dredge e Pforr (2008), a formação de políticas de redes turísticas apresenta-se fragmentada, existindo três tipologias distintas de agregação: (1.) Redes turísticas que funcionam predominantemente em torno de assuntos de uma determinada comunidade; (2.) Redes turísticas que funcionam principalmente em torno do *cluster* económico e do negócio; e, por fim, (3.) Redes turísticas que baseiam as suas operações fundamentalmente em questões ambientais. Conclui-se, segundo os autores, que a formação de redes aplicadas a questões turísticas não pode

ser fragmentada e deve dar resposta simultaneamente a problemas provenientes das áreas económicas, sociais e ambientais, em conformidade com os objetivos do desenvolvimento sustentável.

É evidente que o Estado desempenha um papel fundamental na gestão do turismo, com o setor público a liderar e o setor privado a assumir responsabilidades (Vernon, Essex, Pinder & Curry, 2005). Devido à dimensão económica do setor, à sua fragmentação e à própria natureza compósita dos produtos turísticos, bem como à impossibilidade do setor privado em desenvolver determinadas atividades (Milheiro, Dinis & Correia, 2010). Atualmente, outras dimensões além da económica têm ganho atenção por parte do Estado, nomeadamente as dimensões culturais, ambientais e sociais. A própria natureza da intervenção Estatal tem sofrido alterações significativas, assumindo-se cada vez mais o papel de facilitador, além de desempenhar funções de planeamento, promoção, coordenação e monitorização (Milheiro, Dinis & Correia, 2010).

De acordo com Cunha (2001), Costa et al (2001) e UNWTO (1995) a intervenção do Estado pode assumir diversas formas, consoante as circunstâncias e o grau de envolvimento de cada país.

1. **Estado Promotor** – O foco principal do Estado é o desenvolvimento da promoção turística, especialmente para o estrangeiro;
 2. **Estado Estimulador/ Incentivador** – O Estado contribui com financiamento público para infraestruturas e procura aumentar o fluxo turístico através da criação de novos pontos de atração, promove ainda iniciativas privadas e ações de formação profissional;
 3. **Estado Intervencionista** – O Estado assume a responsabilidade de proteger os turistas enquanto consumidores, controlando fatores como preços de serviços turísticos e estabelecendo normas de classificação para diversos equipamentos, tendo em vista a padronização;
- Estado Coordenador** – O Estado desempenha um papel passivo na liderança do setor, mas presta apoio às administrações públicas regionais e locais na elaboração dos seus próprios planos de desenvolvimento. Também desempenha um papel importante na gestão de crises;

O desenvolvimento contínuo de um destino turístico depende intrinsecamente da forma como as organizações se envolvem na atividade turística. Segundo Grängsjö (2003), várias atividades podem estar relacionadas com o turismo, mesmo que não estejam diretamente interligadas, uma vez que uma parte significativa do comércio e serviços é utilizada simultaneamente pela população local e pelos turistas. Nos últimos anos, tem-se verificado uma mudança na forma de intervenção do Estado. De acordo com (Cooper & Hall, 2008), as instituições estatais assumem um papel relativo, mas não central, na operacionalização de projetos económicos, sociais e ambientais. Observa-se uma preferência pela mobilização do setor privado e de organizações não-governamentais no desenvolvimento desses projetos, com o intuito de mobilizar esforços, facilitar sinergias público/privadas e potenciais recursos.

2.3 O planeamento do turismo no âmbito nacional

O processo de planeamento turístico deve ser interativo e colaborativo, requerendo a intervenção dos vários níveis da organização e diversos atores, com o intuito de estabelecer parcerias (Hall, 1999). Em qualquer planeamento turístico, é crucial considerar o desenvolvimento sustentável local e construir mecanismos que permitam o envolvimento dos vários *stakeholders* da região no processo de desenvolvimento, com o intuito de evitar a delapidação dos recursos naturais locais e garantir os benefícios positivos da atividade.

Cabe à Turismo de Portugal I.P, entidade responsável pela elaboração de planos estratégicos, (Decreto-Lei n.º 141/2007, de 27 de abril) com o apoio Ministério na formulação, o enquadramento normativo e execução de políticas de turismo a nível nacional desempenha um papel fundamental neste contexto. Este instituto tem como missão o acompanhamento da atividade de organizações internacionais no âmbito europeu, e a criando medidas e ações que visem a diversificação e qualificação da oferta nacional (Decreto-Lei n.º 11/2014, de 22 de janeiro). A Turismo de Portugal I.P enquanto instituição tem finalidades de interesse social, apoiado no património integrado no Ministério da Economia e Transição Digital, a Turismo de Portugal I.P é a autoridade turística a nível nacional, e tem como responsabilidades a promoção, valorização e sustentabilidade da atividade turística, agregando numa única entidade todas as competências institucionais relativas à dinamização do turismo, desde a oferta à procura (ePortugal, 2019).

2.3.1 Lei de Bases das Políticas Públicas de Turismo

A publicação da Lei de Bases das Políticas Públicas de Turismo, pelo Decreto-Lei n.º 191/2009 de 17 de agosto, teve como função estabelecer as bases políticas para o turismo, enquanto atividade estratégica para a economia nacional, e definir os instrumentos para a sua implementação (Ministério da Economia e Inovação, 2009). Além disso, a lei assegura a participação de entidades representativas de interesses económicos, socioculturais e ambientais (Bock, 2018).

A LBPPT procura apresentar conceitos gerais relacionados com o turismo, baseando-se em três princípios: 1. Sustentabilidade – que se traduz na adoção de políticas que promovem o uso responsável dos recursos ambientais, com respeito pelos processos ecológicos, contribuindo para a conservação da natureza e da biodiversidade; 2. Transversalidade – que se traduz na articulação e envolvimento de políticas setoriais que influenciam o desenvolvimento turístico, nomeadamente a segurança e proteção civil, o ordenamento do território, os transportes e acessibilidades, as comunicações e a saúde e cultura; e, por fim, 3. Competitividade – que se traduz na adoção de políticas que potenciem os recursos naturais e culturais como fontes de vantagem competitiva para os destinos e produtos turísticos, bem como políticas de educação e formação que garantam o desenvolvimento das competências e qualificações necessárias ao turismo (Ministério da Economia e Inovação, 2009).

A Política Nacional do Turismo, enquanto objetivo traçado pela LBPPT, visa, entre outras metas, contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do país, para a criação de emprego, para o crescimento do PIB e para a redução de assimetrias regionais. Uma das estratégias para alcançar esses objetivos passa pela dinamização do turismo em espaço rural como meio de desenvolvimento económico e de correção das assimetrias (Ministério da Economia e da Inovação, 2009). Bock (2018) acrescenta que a Política Nacional do Turismo atua na qualificação da oferta abrangendo a criação, diversificação e dinamização de produtos turísticos, a capacitação de recursos humanos na área do turismo, a promoção turística, a acessibilidade no turismo, o apoio ao investimento, a promoção e informação turística e a investigação, estimulando a utilização inovadora de novas tecnologias.

A publicação da Lei de Bases das Políticas Públicas de Turismo mostrou-se fundamental para a criação de uma macroestrutura institucional capaz de mobilizar agentes públicos, nomeadamente as entidades públicas centrais, regionais e locais, na atribuição do planeamento, desenvolvimento e implementação de políticas de turismo. Este processo incluiu o Secretário de

Estado do Turismo, as Entidades Regionais de Turismo (ERT's), as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR's), as Regiões Autónomas, as Autarquias Locais e, por fim, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) (Bock, 2018). Estas instituições públicas têm a missão de promover o desenvolvimento das atividades turísticas, articulando e integrando iniciativas públicas e privadas para alcançar os objetivos dos mais recentes planos estratégico para o Turismo, sendo a gestão e promoção dos recursos turísticos uma responsabilidade de outras entidades públicas (Ministério da Economia e da Inovação, 2009). No entanto, não ficou claro o papel ou o grau de autonomia de cada entidade na sua prossecução (Bock, 2018).

2.3.2 PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo

O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) surge como o primeiro plano estratégico concebido para promover o desenvolvimento sustentado da atividade turística. Foi aprovado pela Resolução do Conselho de ministros n.º 53/2007, de 4 de abril, para o horizonte 2006-2015, tendo cabido a elaboração e implementação ao Turismo de Portugal I.P., com a coordenação e articulação de todas as entidades públicas envolvidas. O seu propósito era definir as bases e ações necessárias para o crescimento do turismo, de forma a adequar o setor com os processos globais em curso (Santos, 2014). A ambição do PENT prendia-se com o desenvolvimento do turismo através da melhoria da oferta turística nas componentes ambientais e urbanísticas, bem como na capacitação dos recursos humanos e na modernização das empresas e das entidades públicas. Este plano encontrava-se repartido em cinco eixos estratégicos:

Eixo I: Território, Destinos e Produtos: Este eixo visava a promoção do turismo em todo o país, com especial foco no desenvolvimento de áreas como o Rio Douro, Serra da Estrela, Alqueva, Litoral Alentejano e Porto. Neste contexto, procurava-se, ainda, a dinamização e promoção de *clusters* regionais de produtos turísticos estratégicos - "Zonas Turísticas de interesse" - e dos "polos de desenvolvimento turístico", o desenvolvimento de uma rede de transportes competitiva e um novo quadro de incentivos financeiros e calendarização sociocultural regular no país;

Eixo II: Marcas e Mercados: Este eixo procurou afirmar a marca "Destino de Portugal" no mundo e consolidar os mercados-alvo, através da de iniciativas culturais de qualidade e de uma estratégia comercial de internacionalização alicerçada em parcerias público-privadas;

Eixo III - Qualificação de Recursos - Este eixo centrava-se na qualificação de destinos através da certificação, bem como na aposta na qualificação de recursos humanos e na modernização da administração pública turística;

Eixo IV – Distribuição e Comercialização – Este eixo tinha como finalidade adaptar as empresas e destinos nacionais aos novos modelos de negócio no setor;

Eixo V - Inovação e Conhecimento - Este eixo visava utilizar o conhecimento como fator de inovação e orientação da atividade turística, através do desenvolvimento de sistemas de informação, monitorização e avaliação, bem como de ferramentas avançadas de gestão territorial;

No geral, o PENT foi um documento pioneiro na gestão estratégica do turismo, tendo em consideração vários eixos que ainda são considerados nas estratégias atuais, incluindo preocupações quanto ao ordenamento do território, articulação do turismo com outras áreas económicas, sensibilização de agentes públicos sobre a importância da atividade e comunicação entre o setor público e privado. Contudo, o PENT foi um instrumento de orientação ampla e generalista, o que mais tarde contribuiu para a mudança na forma como são construídos e operacionalizados os planos. Segundo Bock (2018), o plano evidencia a necessidade de realizar diagnósticos regulares que permitam o desenvolvimento de estratégias precisas que correspondam às necessidades reais do território, bem como a necessidade de estabelecer critérios padronizados para a formação de recursos humanos entre outros.

2.3.3 Estratégia Turismo 2027

A Estratégia Turismo 2027 – “Liderar o Turismo do Futuro” representa a atual diretriz no que concerne ao planeamento estratégico do turismo a nível nacional, estabelecida para o período entre 2017 e 2027 (Bock, 2018). A presente estratégia pretende responder aos mais recentes objetivos do programa do governo no âmbito do turismo, reconhecendo os processos alcançados pelo PENT na otimização e qualificação da oferta de recursos turísticos bem como na melhoria das infraestruturas de apoio ao turismo relacionadas com o património histórico e cultural, áreas protegidas, centros históricos, praias, entre outros (Turismo de Portugal I.P., 2017).

Segundo o ex-ministro da economia, Manuel Caldeira Cabral, a Estratégia Turismo 2027 (ET2027) visa acelerar o ritmo de crescimento das receitas, beneficiando os agentes do turismo e as populações locais, potenciando o efeito multiplicador do Turismo enquanto motor de desenvolvimento económico-social (Turismo de Portugal I.P., 2017).

A Estratégia de Turismo 2027 planeia o futuro do turismo numa perspetiva a longo prazo através da combinação de ações a curto/médio prazo, visando atuar de forma mais precisa num período de 10 anos. Um exemplo disso é o programa “*All for All – Portuguese Tourism*”, um projeto que delineou várias ações de sensibilização entre agentes e entidades públicas (Ambrose et al., 2017).



Figura 9: Road map – Estratégia de Turismo 2027

Fonte: Turismo de Portugal I.P, (2017)

O processo de criação da ET2027 envolveu a participação de mais de 1.700 membros, que marcaram presença nas reuniões realizadas entre 24 de maio de 2016 e 6 de janeiro de 2017. Em 2016 foi lançado um programa denominado de “Laboratórios Estratégicos do Turismo - LET’s” que decorreu em todas as regiões do país. Os LET’s serviram como plataformas de concertação e colaboração ativa, permitindo a territorialização da Política Nacional do Turismo e promovendo o debate e o conhecimento entre as entidades das áreas de turismo e desenvolvimento regional, sistemas tecnológicos e setor empresarial (Guimarães, 2021).

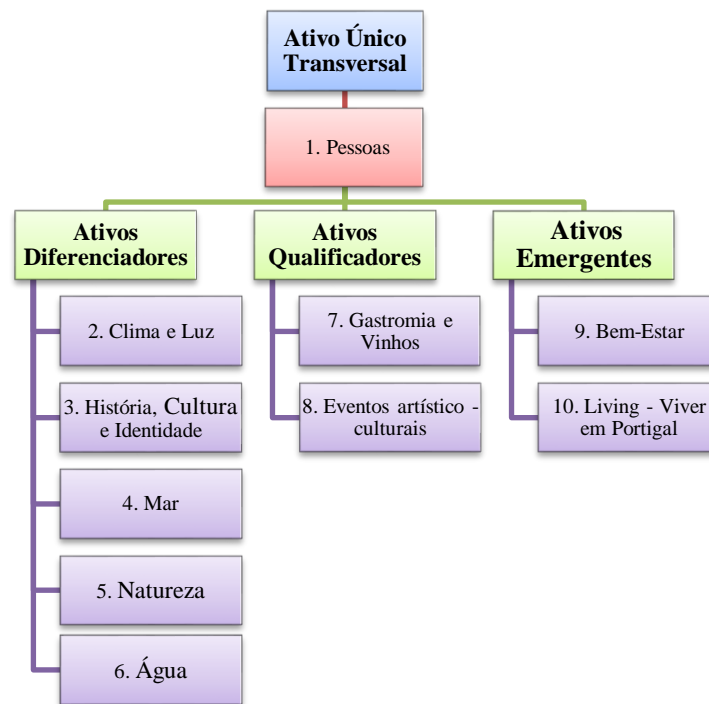


Figura 10: Ativos Estratégicos - Estratégia de Turismo 2027

Fonte: Turismo de Portugal I.P, (2017)

A Figura 9 apresenta o "Road map" da Estratégia Turismo 2027, enquanto a Figura 10 ilustra os 10 ativos estratégicos da mesma. Estes são distribuídos por três tipologias, com destaque especial para as Pessoas como ativo único. Essas tipologias incluem:

- (1) **Ativos Diferenciadores:** São a base da oferta turística nacional, reunindo uma ou mais das seguintes características: 1.1 – Produtos endógenos - refletem características intrínsecas distintivas do destino/território, com reconhecimento turístico internacional e/ou elevado potencial de desenvolvimento no futuro. 1.2 – Produtos não-transversais: são parte de um destino/território concreto, não-transferíveis para outro local. 1.3 – Produtos geradores de fluxos: responsáveis pelo estimular a procura turística;
- (2) **Ativos Qualificadores:** São aqueles que tornam a experiência turística única (Gastronomia e vinhos/eventos artístico-culturais, desportivos e de negócio), fomentando a experiência turística e/ou acrescentando valor à oferta dos territórios, alavancados pelos ativos diferenciadores do destino;
- (3) **Ativos Emergentes:** São ativos que começaram a ganhar reconhecimento internacional e têm potencial de crescimento futuro, podendo gerar movimentos de

elevado valor acrescentado e potenciar o efeito multiplicador do turismo na economia (Turismo de Portugal I.P., 2017).

Os produtos turísticos listados como Ativos Estratégicos da ET27 permanecem semelhantes aos das estratégias anteriores, mas alguns elementos ganham maior notoriedade, incluindo os esforços e prémios atribuídos à gastronomia tradicional e vinhos, bem como a importância do estímulo ao desenvolvimento do enoturismo (Programa de Ação para o Enoturismo. 2019-2021). Também se destaca a valorização do património material e imaterial, a produção de conteúdo digital para fins de promoção dos destinos e a criação de novos projetos de valorização económica e gestão ativa do património. A introdução desta estratégia visa destacar a importância de desenvolver e implementar o desenvolvimento do turismo em destinos a nível regional, sub-regional e local, com objetivo de tornar o território mais competitivo (Turismo de Portugal I.P, 2017b).

2.3.3.1 Visão e metas da Estratégia de Turismo 2027

Afirmar Portugal enquanto destino sustentável é uma prioridade da ET 2027, sendo necessário preservar o património e garantir a melhoria progressiva da qualidade de vida dos residentes, bem como a satisfação dos visitantes, sem comprometer as gerações futuras (Guimarães, 2021).

No que diz respeito às metas definidas na ET27, podem ser divididas em três categorias: 1. Sustentabilidade económica; 2. Sustentabilidade social e 3. Sustentabilidade ambiental. A estratégia coloca uma grande ênfase nos recursos humanos. Em relação às metas de sustentabilidade económica, pretende-se (I) alcançar 80 milhões de dormidas em território nacional e (II) aumentar o valor das receitas para 26 mil milhões euros. Em relação às metas de sustentabilidade social, a estratégia visa (I) expandir a atividade turística por todo o território, reduzindo ao máximo o índice de sazonalidade; (II) duplicar o nível de habilitações de ensino secundário e pós-secundário no setor do turismo e (III) assegurar um retorno positivo do turismo nas comunidades locais. Por fim, no que diz respeito às metas de sustentabilidade ambiental, a estratégia tem como objetivo assegurar que mais de 90% das empresas do turismo adotam medidas de utilização eficiente de energia e da água e implementam ações de gestão ambiental dos resíduos (Turismo de Portugal I.P., 2017b).

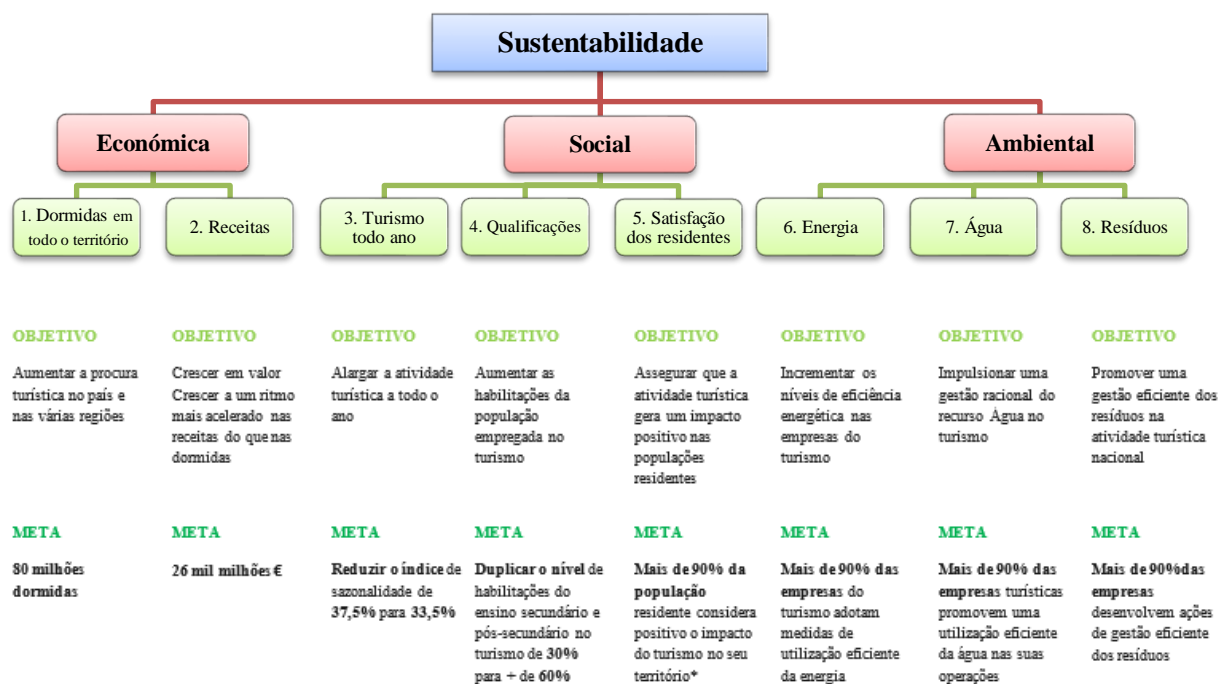


Figura 11: Objetivos e Metas (Económicas, Sociais e Ambientais) - Estratégia de Turismo 2027

Fonte: Turismo de Portugal I.P, (2017)

Embora as metas propostas na ET27 tenham como horizonte o ano 2027, ao analisar o panorama atual do turismo, verifica-se um crescimento progressivo e consistente, embora ainda aquém das metas estabelecidas. Em 2022, as dormidas totalizaram 69,5 milhões e aumentaram 86,3% (com um aumento de 22,8% entre residentes e de 149,8% entre não residentes). No que respeita às receitas, 2022 terminou com um total de 21,1 mil milhões, representando um aumento de 109,7% em relação ao ano anterior e 15,4% face ao período homólogo de 2019 (TravelBI by Turismo de Portugal, 2022).

2.3.4 Plano de Turismo + Sustentável 20-23

O Plano Turismo + Sustentável 2020-23 é um programa estratégico criado pelo Turismo de Portugal I.P. com o objetivo de mobilizar os agentes e a sociedade para promover e implementar medidas de sustentabilidade em Portugal no período de 2020 a 2023. Resultando do plano de retoma “Reativar Turismo” e alinhado com os objetivos definidos na Estratégia de Turismo 2027, este plano tem como meta intensificar a implementação de medidas de sustentabilidade no setor do turismo, com base nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pelas Nações Unidas (Turismo de Portugal, 2023).

Sob o lema “Mais do que um desafio, é o caminho”, o Plano de Turismo + Sustentável 20-23 reconhece a importância de reforçar a posição e a competitividade de Portugal como destino turístico sustentável e seguro. Este plano tem como objetivos (Turismo de Portugal, 2023):

1. Incrementar as competências dos profissionais do setor do turismo;
2. Alcançar a neutralidade carbónica nas infraestruturas associadas ao turismo;
3. Promover o uso de materiais sustentáveis na construção de equipamentos turísticos;
4. Alcançar a eficiência de recursos hídricos e elétricos e a redução do plástico;
5. Alavancar e dar visibilidade a iniciativas e dinâmicas relacionadas com boas-práticas ambientais;

Lançado em outubro de 2020, este Plano de Ação passou por um processo de consulta pública e recebeu mais de 100 contribuições ao longo da sua execução, tornando-o mais completo e diversificado. A versão final reconhece a importância de reforçar a posição e a competitividade de Portugal enquanto destino, alinhando-se com as novas diretrizes e orientações nacionais e comunitárias para o curto, médio e longo prazo no âmbito da economia circular e da sustentabilidade ambiental (Turismo de Portugal, 2023).

De acordo com as previsões da OMT, a recuperação do setor do turismo após a Covid-19, com base no desenvolvimento sustentável, não apenas aumentará a resiliência face a futuras crises, como também permitirá retomar a atividade turística com maior segurança e melhorias nas áreas económica, social e ambiental (Turismo de Portugal, 2023).

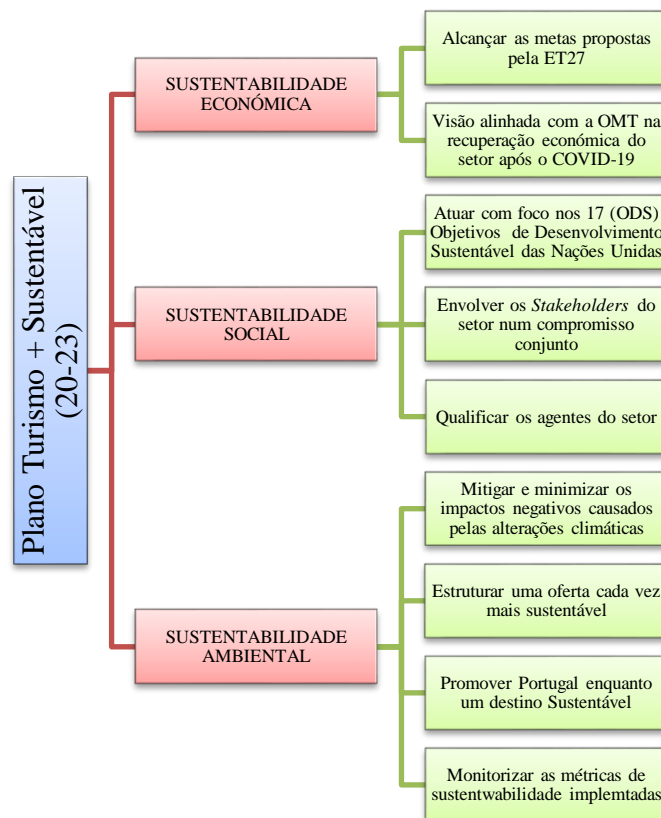


Figura 12: Objetivos (Económicas, Sociais e Ambientais) – Plano Turismo + Sustentável (20-23)

Fonte: Turismo de Portugal I.P, (2017)

2.3.4.1 Visão e metas do Plano de Turismo + Sustentável 20-23

O Plano de Turismo + Sustentável 20-23 contempla 119 ações, divididas em 4 eixos estratégicos de atuação que importa mencionar: 1. estruturação de uma oferta resiliente e mais sustentável; 2. qualificação dos agentes do setor do turismo; 3. Promoção de Portugal como um destino sustentável; e 4. monitorização do desempenho do setor para a sustentabilidade (Turismo de Portugal, 2023). Este plano estabelece como principais metas até 2023 (IPDM - Turismo, 2023).

1. Alcançar 75% dos empreendimentos turísticos com sistemas de eficiência energética, hídrica e gestão de resíduos;
2. Alcançar 75% dos empreendimentos turísticos que não utilizam plásticos de uso único;
3. Alcançar 25.000 aderentes ao Selo Clean & Safe;
4. Alcançar 30.000 profissionais formados na área do turismo;
5. Alcançar 50.000 profissionais com formação nas áreas da sustentabilidade.

O Plano de Turismo + Sustentável 20-23 visa contribuir para atender aos desafios de sustentabilidade definidos a nível nacional e internacional, alinhando-se com os objetivos da ET27 e a política de recuperação do setor pós-Covid-19. Em suma, este programa ambiciona aumentar a procura turística a nível nacional e regional, estender a atividade turística ao longo do ano, melhorar as habilitações literárias e capacitar os atuais profissionais do setor, garantir que a atividade turística tem um impacto positivo na população local, aumentar os níveis de eficiência e gestão de recursos, nomeadamente energéticos e hídricos nas empresas de turismo, e, por fim, promover uma gestão eficaz dos resíduos produzidos pela atividade (Turismo de Portugal, 2023).

2.4 Planeamento do turismo no âmbito regional

De acordo com o artigo 3º do Decreto-Lei n.º 36/2023, de 16 de maio, cabe às Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), entre outras responsabilidades, a definição e execução de estratégias de desenvolvimento regional, nomeadamente o planeamento, e implementação de políticas de turismo. Desta forma, as CCDR são responsáveis por assegurar a gestão da política de coesão no tendo em vista o desenvolvimento económico, social e cultural dos territórios que constituem as respetivas circunscrições.

A escala de atuação das CCDR é considerada crucial para a implementação das políticas de turismo e para o desenvolvimento das atividades turísticas regionais, pois é neste nível que convergem várias políticas e programas, existindo uma responsabilidade de coordenação entre as diferentes políticas, programas e níveis de planeamento. As CCDR são organismos públicos responsáveis pelas ligações interdepartamentais, coordenação dos serviços e gestão de fundos comunitários disponibilizados numa determinada região.

Para organizar o planeamento turístico em Portugal continental em 2013 foram criadas as Áreas Regionais de Turismo pelo Decreto-Lei n.º 33/2013, de 16 de maio, sendo conformadas às divisões NUTS II, (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve). A missão das Entidades Regionais de Turismo (ERT), que correspondem às cinco Áreas Regionais de Turismo, prende-se com a estruturação dos produtos turísticos, avaliação e desenvolvimento das potencialidades turísticas regionais, bem como a gestão geral dos destinos sob a sua jurisdição. As Entidades Regionais de Turismo desempenham várias funções, nomeadamente (Bock, 2018):

1. Colaborar com os órgãos da Administração Central e Local na prossecução dos objetivos da política nacional, incluindo o desenvolvimento de marcas e produtos turísticos de âmbito regional e sub-regional;
2. Assegurar o levantamento e atualização permanente da oferta turística regional e sub-regional e realizar estudos de avaliação do potencial turístico das respetivas áreas territoriais;
3. Assegurar a realização da promoção da região no mercado interno alargado;
4. Organizar e difundir informação turística, mantendo operacional uma rede de postos de turismo e de portais de informação turística;
5. Dinamizar e potenciar valores e recursos turísticos regionais e sub-regionais.

Apesar das CCDR e ERT serem organismos diferentes, partilham objetivos comuns. Recentemente, tem sido debatida a agregação das ERT por parte das CCDR, contudo, essa agregação poderá limitar o desenvolvimento de políticas regionais de turismo e na perda de confiança da esmagadora maioria dos empresários do setor do turismo, o que poderia resultar num corte da dinâmica regional que o modelo em vigor tem trazido ao setor.

No âmbito, entre outros, da gestão do turismo a nível regional existem ainda as Comunidades Intermunicipais (CIM) aprovadas em parlamento pela Lei n.º 10/2003, em 20 de março de 2003. As CIM possuem dimensão equivalente às divisões territoriais NUT III e têm competências ao nível do ordenamento do território, estabelecendo redes regionais de equipamentos. Simultaneamente, funcionam como interlocutores do Estado num âmbito regional (Nico, 2013). Com estas funções, as CIM têm desempenhado um papel importante no planeamento estratégico para o desenvolvimento económico, social e ambiental do território em que atuam, dada a sua estrutura de maior proximidade de atuação entre os municípios.

De acordo com o Regime do Associativismo Municipal (artigo 5.º, n.º 1), as CIM têm como fim a prossecução dos seguintes fins públicos:

1. Desenvolver planos de gestão estratégica assentes no desenvolvimento económico, social e ambiental e promover adequadamente esses planos no território abrangido;
2. Coordenar os investimentos municipais de interesse intermunicipal;
3. Participar na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional;
4. Planear ações de entidades públicas, de carácter supranacional;

Segundo o n.º 2 do artigo 5.º do Regime do Associativismo Municipal, também é responsabilidade das CIM assegurar a articulação dos municípios nas seguintes áreas:

1. Redes de abastecimento público (saneamento, tratamento de águas e resíduos);
2. Rede de equipamentos de saúde;
3. Rede educativa e de formação profissional;
4. Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais;
5. Redes de equipamentos culturais, desportivos e de lazer;
6. Segurança e proteção civil;
7. Mobilidade e transportes;
8. Redes de equipamentos públicos;
9. Promoção do desenvolvimento económico, social e cultural.

2.4.1 Estratégia Regional de Desenvolvimento Turístico do Alentejo e Ribatejo [2021-2027]

A Estratégia Regional de Desenvolvimento Turístico do Alentejo e do Ribatejo 2021-27 serve como documento enquadrador e orientador, quer na perspetiva estratégica, quer na perspetiva operacional.

A ERDT do Alentejo e Ribatejo, no horizonte 2027, é delineada em três etapas estritamente articuladas:

1. Considerar o desempenho mais recente e competitivo do turismo em Portugal, com especial foco na região do Alentejo e Ribatejo, através de uma análise SWOT complexa, na qual são identificados 5 grandes desafios estratégicos (internacionalização, atratividade, competitividade, sustentabilidade e governação);
2. Estruturar um caminho ambicioso para o turismo no Alentejo e Ribatejo, assente na sistematização de 6 grandes objetivos globais e 2 princípios fundamentais para o desenvolvimento do modelo de turismo sustentável na região;
3. Identificar as prioridades do território através de 4 programas estruturantes para cultura, criatividade, ambiente e conhecimento, que permitam valorizar a transversalidade da cadeia de valor do turismo;

O principal desafio estratégico enfrentado pela ERT do Alentejo e Ribatejo é um desafio de crescimento, mas, sobretudo, um desafio de qualidade nessa etapa. A prioridade assenta na qualidade sobre a quantidade e na criação de fluxos de valor sobre os fluxos de turistas, o que deve ser alcançado através de um caminho seguro e sustentável.

A estratégia proposta privilegia uma intervenção nos fundamentos de atratividade e competitividade, valorizando a o ajuste dinâmico do setor privado em relação às oportunidades e desafios concorrenciais propiciados ou pressionados pela globalização dos mercados. Ao mesmo tempo, a estratégia promove uma abordagem exigente em termos de qualificação e equilíbrio no desenvolvimento dos territórios e na preservação da natureza, contribuindo para a valorização do Alentejo e Ribatejo enquanto destino turístico.

2.5 A competitividade nos destinos turísticos

A competitividade é considerada um conceito multidimensional com vários atributos, onde os pesos dos mesmos variam consoante os vários níveis de desenvolvimento económico dos países (Miki, Gandara, & Muñoz, 2012). A competitividade consiste na produção de bens cotados numa escala quantitativa e qualitativa (Newall, 1992). Numa perspetiva macro, a competitividade engloba todas as relações sociais, culturais e variáveis económicas que afetam o desempenho de uma nação em mercados internacionais. Por outro lado, numa perspetiva micro, pode ser vista como um fenómeno ao nível empresarial (Dwyer & Kim, 2003; Ritchie & Crouch, 2003).

Segundo Monteiro (2014), a competitividade relaciona vários elementos, como a capacidade produtiva, a qualidade do produto/serviço, as características, a eficiência dos processos de produção e o preço. Independentemente do setor de atividade, a natureza da competição está materializada em cinco forças competitivas: (1) ameaça de novas entradas para o mercado; (2) ameaça de substituição de produtos; (3) poder de negociação dos *stakeholders*; (4) poder de negociação dos clientes; e (5) rivalidade da concorrência.

A competitividade nos destinos turísticos é determinada pela capacidade de produção, distribuição ou fornecimento de produtos num determinado local, tendo em vista a obtenção de lucros crescentes sobre os recursos (Scott & Lodge, 1985). Há um grande conjunto de variáveis relacionadas direta e indiretamente com a noção de competitividade de um destino, incluindo variáveis mensuráveis, como número de visitantes, quotas de mercado, empregabilidade, valor acrescentado trazido pelo setor do turismo, entre outras. Portanto, a competitividade pode ser

definida como a capacidade de um determinado destino em manter a sua posição no mercado e/ou melhorá-la ao longo do tempo (Dwyer & Kim, 2003).

De acordo com Police & Lulio (2011), o conceito de competitividade turística relaciona-se intrinsecamente com o de competitividade territorial, mas apresenta uma especialização setorial que se insere numa relação de interdependência e complementaridade. Com base nos conceitos de competitividade, Monteiro (2014) afirma a competitividade de um destino, como a capacidade de satisfazer de uma forma eficaz e eficiente (socioeconómica e ambientalmente) as necessidades dos fluxos turísticos, preservando as qualidades territoriais e contribuindo para melhorar o bem-estar da comunidade local.

Para se conseguir compreender a competitividade de um determinado destino, é necessário considerar variáveis básicas, nomeadamente, vantagens comparativas e competitivas (Monteiro, 2014; Moreira, 2013; Ritchie & Crouch, 2003). Segundo Porter (1990), as vantagens comparativas dizem respeito a todos recursos criados natural ou artificialmente num determinado destino, indo ao encontro da noção apresentada por Dwyer e Kim (2003). Para Dwyer e Kim (2003), as vantagens comparativas estão relacionadas com os recursos endógenos de um local, como o clima, paisagem, flora, fauna, entre outros. Por outro lado, as vantagens competitivas envolvem recursos desenvolvidos pelo homem, como infraestruturas (hotéis, atrações e festivais/eventos). Essas categorias incluem recursos humanos, recursos naturais, recursos de capital e infraestrutura, recursos históricos e culturais, entre outros. Já as vantagens competitivas são características que procuram conseguir determinar o posicionamento de um determinado destino turístico, tornando-o mais atrativo para potenciais visitantes (Omerzel & Mihalic, 2007).

Dwyer e Kim (2003) desenvolveram um modelo teórico que visa explicar a Competitividade de Destinos Turísticos (CDT) com base em algumas determinações. Tendo em atenção o modelo apresentado na Figura n.º 13, o destino turístico é responsável por proporcionar competitividade para as empresas do setor do turismo, apelando ao mercado e oferecendo experiências turísticas superiores em relação aos destinos alternativos fornecidos aos consumidores. Assim, a atratividade e o potencial de um destino turístico podem ser vistos como o resultado direto da competitividade desse destino.

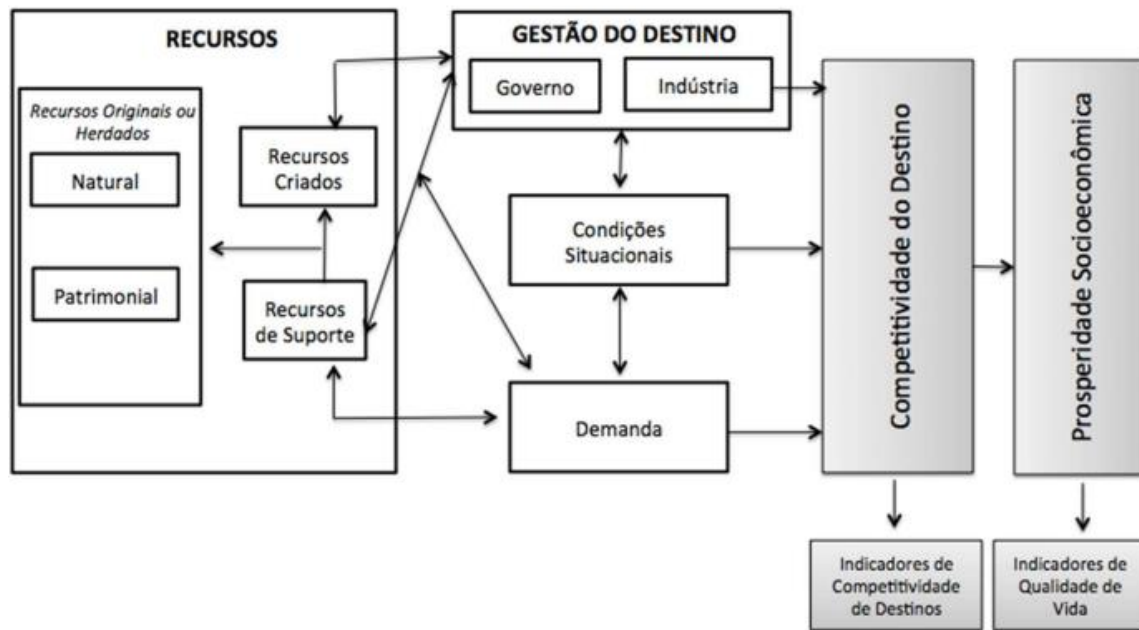


Figura 13: Modelo de Competitividade de Destinos Turísticos

Fonte: Dwyer & Kim, (2003)

Nesta abordagem, o modelo CTD de Dwyer & Kim (2003) agrega os principais elementos de competitividade em destinos turísticos. Os recursos de um destino enquadram-se em três tipos: I. *Recurso de Origem*: incluem atrativos endógenos naturais e culturais; II. *Recursos Criados*: abrangem as infraestruturas turísticas, restauração, alojamento, eventos especiais, atividades de entretenimento, etc; e III. *Recursos de Suporte*: infraestrutura geral, qualidade do serviço, acessibilidade ao destino, hospitalidade e relações com o mercado (Dwyer e Kim, 2003).

As “*condições situacionais*” constituem as forças do ambiente macroeconómico que podem impactar a competitividade do destino e estão relacionadas com fatores de ordem económica, sociocultural, política, ambiental ou governamental (Brandão, 2007). Já a “*procura*” inclui três elementos: consciência, percepção e preferências. Ou seja, a escolha de um determinado destino irá depender da consciência da existência desse destino, das preferências individuais e da precessão do que o destino tem para oferecer (Dwyer e Kim, 2003).

A gestão do destino envolve a colaboração pública e privada e engloba fatores que podem melhorar a atratividade dos recursos, fortalecer a qualidade e eficácia dos recursos de apoio e potenciar a melhor adaptação aos constrangimentos impostos pelas condições situacionais (Crouch e Ritchie, 1999, cit in Dwyer e Kim, 2003). Nesta categoria estão os organismos responsáveis pela gestão de marketing dos destinos, planeamento e desenvolvimento do território. Nesse contexto, importa destacar o papel fundamental da produção de informação estatística como uma das

competências fundamentais das Organizações de Gestão dos Destinos, que deve servir como um *input* para a formulação de políticas, planeamento e desenvolvimento do setor (Brandão, 2007).

2.6 Os destinos turísticos inteligentes

O conceito de Destinos Turísticos Inteligentes (DTI) tem sido objeto de pesquisa e investigação empírica à medida que se expande para outras áreas de aplicação. O conceito *Smart Tourism* procura responder a fenómenos relacionados com o uso de tecnologias inteligentes, numa infinidade de atividades e experiências relacionadas com gestão e operação de atividade turística. Estudos relacionados com destinos turísticos inteligentes baseiam-se em casos práticos (Boes et al., 2015). Exemplos de destinos turísticos inteligentes incluem aqueles que aplicam tecnologias de computação móvel e cloud (Lamsfus et al., 2015). Através da Figura n.º 14, podem-se observar uma série de benefícios nos âmbitos económico, governamentais, social e ambiental da aplicação da tecnologia em destinos turísticos.

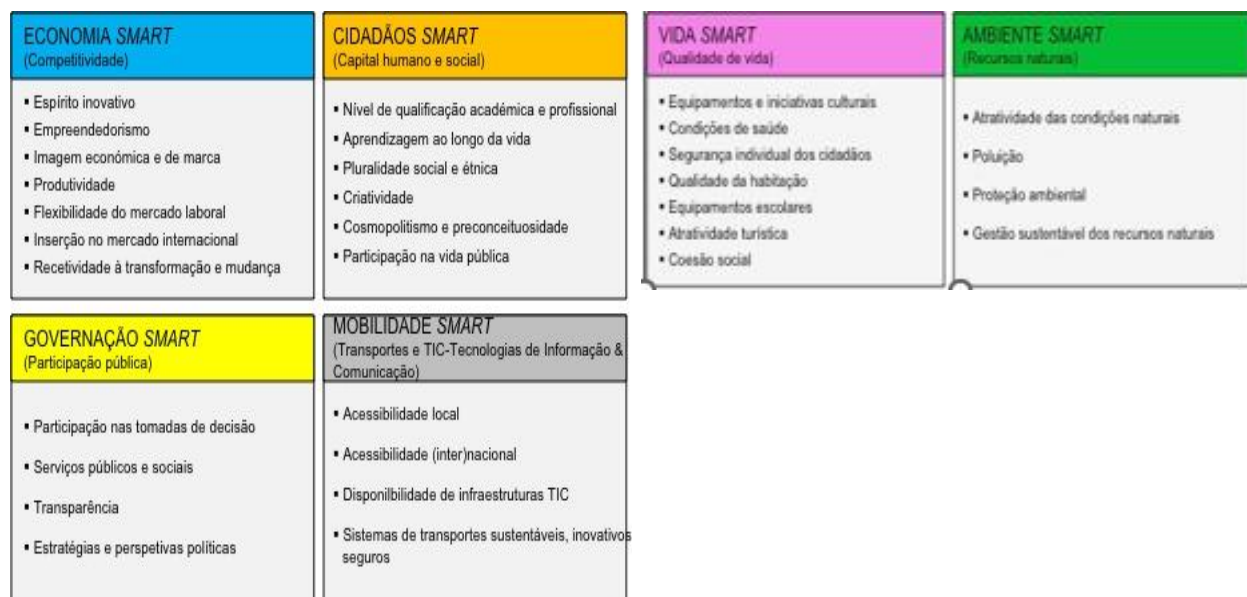


Figura 14: Vantagens da aplicação das TIC em destinos turísticos

Fonte: Lamsfus et al., (2015)

Os DTI são baseados na otimização através de conexões eficazes entre as TIC de alta precisão, uma infraestrutura suportada por múltiplos sensores e outros dispositivos de monitorização e gestão de *Big Data* numa determinada área geográfica (Gretzel et al., 2015b; Werthner et al., 2015). A indústria do turismo apresenta enorme potencial para a implementação

das TIC, uma vez que é amplamente utilizada no âmbito das operações de negócios (Koo et al., 2016). Os destinos turísticos resultam de complexas combinações de atrações e locais. Lue, et al. e Fesenmaier (1993) dividem as tendências de viagem dos turistas em cinco padrões espaciais ativos: 1. padrão de destino único, 2. padrão de rota, 3. padrão de acompanhamento base, 4. padrão de excursão regional, e 5. padrão de encadeamento de viagem.

O (1) padrão de destino único representa viagens que têm como objetivo um único destino, um modelo pouco adotado pelos turistas, dado que atualmente poucos destinos se encontram completamente isolados, sem quaisquer atrações relacionadas entre si. Na maioria dos casos, os turistas acabam por visitar uma série de atrações ou pontos de interesse antes de chegarem ao destino ou atração principal (2. Padrão Rota) ou então optam por visitar uma sequência de atrativos turísticos antes de remontarem ao seu destino de origem (4. Padrão de excursão regional) (Lue et al., 1993). A prevalência de viagens com múltiplas atrações apresenta-se como principal tendência por parte dos turistas, o que proporciona inúmeras oportunidades para o desenvolvimento das TIC, estimulando a criação de destinos inteligentes, conforme indicado por Gretzel et al. (2015) e Werthner et al. (2015), uma vez que as TIC materializam-se em diversas plataformas capazes de conectar atrações, lugares ou destinos com o objetivo de aumentar a prevalência de viagens com múltiplas atrações.

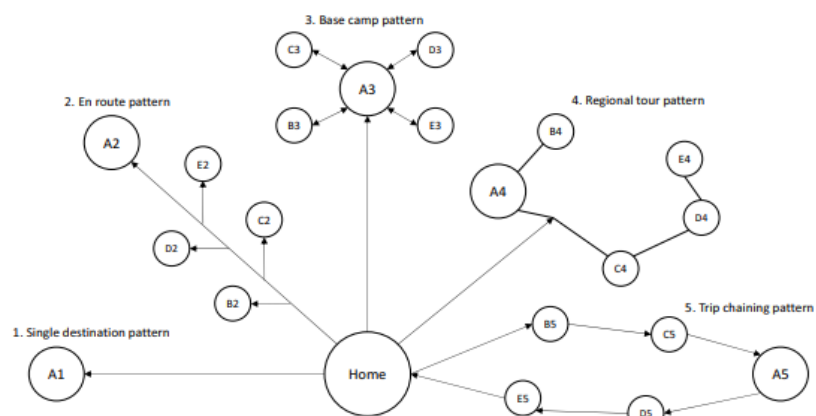


Figura 15: Padrões Espaciais de Tendências de Viagem

Fonte: Lue et al e Fesenmaie, (1993)

A tecnologia é fundamental para a realização e construção do *Smart Tourism* (Gretzel et al., 2015b). As TIC desempenham um papel central na construção de um destino inteligente, melhorando a qualidade do destino. As TIC podem ser consideradas tanto ferramentas intangíveis, como serviços de *cloud*, *Internet of Things (IoT)* e outros serviços da internet, como recursos que

têm efeitos reais quando combinados com a tecnologia e infraestrutura existentes num determinado destino (Lamsfus et al., 2015; Lopez de Avila, 2015).

A análise das tendências de viagem praticadas pelos turistas é um indicador da prevalência e hiper-centrismo da procura turística, algo que pode ser minorado com o desenvolvimento das TIC e o estímulo à criação de mecanismos que permitam o desenvolvimento dos DTI (Gretzel et al., 2015b; Werthner et al., 2015). O desenvolvimento das TIC promovido pelo fenómeno das “Viagens com múltiplas atrações” possibilita a distribuição de inúmeras quantidades de informação sobre os atrativos turísticos de um determinado local. Neste sentido, um destino que apenas se centra numa atração-chave, ao invés de diversificar atrativos, terá mais dificuldade em manter-se competitivo em relação a outros destinos turísticos, bem como em ajustar a sua oferta em períodos de crise (Ewing et al., 1983; Gunn, 1988, Caldeira, 2014).

Um DTI deve ser capaz de fornecer experiências personalizadas e únicas, utilizando e tratando diversos dados recolhidos por meio das TIC, criando, desta forma, um conjunto de diversas experiências heterogéneas (Lamsfus et al., 2015; Lopez de Avila, 2015). Vários tipos de atrações podem estar interligados como componentes complementares de todo o destino, através da recolha e análise de dados em tempo real. O estudo eficaz desta informação pode ser usado para prever a procura turística de um determinado recurso turístico, analisar o comportamento dos visitantes e os recursos internos (Gretzel et al., 2015b).

A maioria dos investigadores define DTI colocando a ênfase principal na tecnologia da informação (Boes et al., 2015; Buhalis e Amaranggana, 2013; Lamsfus et al., 2015; Lopez de Avila, 2015). Tendencialmente enfatizam o papel operacional das TIC para aplicar o conceito dos DTI, como podemos ver pela Tabela 4.

Com base nestes conceitos, assume-se que os DTI surgem da colaboração de entidades com base na automação, tendo por base as TIC. Segundo (Zhang et al., 2012) existem três tipos de TIC: 1. serviços de *cloud*; 2. *Internet of Things* (IoT); 3. sistemas de serviços de internet do utilizador final. Segundo o autor, estes sistemas são indispensáveis à construção de um DTI. As três abordagens tecnológicas apresentam várias vantagens devido aos efeitos diferenciados, desde que sejam ajustados às necessidades específicas de cada território (Wang et al., 2013). Os serviços Nuvem (cloud) permitem que vários aplicativos, programas e dados sejam partilhados, editados e divulgados em simultâneo, fornecendo acesso direto a um vasto leque de informações que podem ser tratadas e analisadas por especialistas com o objetivo de tirar o máximo proveito dos recursos atrativos existentes num determinado território (Dikaiakos et al., 2009). Por seu lado, os sistemas

IoT, nomeadamente mecanismos físicos como sensores, chips e atuadores integrados empregues na infraestrutura física do destino, têm como objetivo recolher e analisar informação de forma autónoma (Atzori et al., 2010). Quanto aos Sistemas de serviço de internet, estes caracterizam-se por fundir os dados recolhidos através da *IoT* e da *cloud* por meio de aplicativos e dispositivos usados pelo consumidor final (Huang e Li, 2011). Segundo Van Nuenen & Scarles (2021), na atualidade, a atividade turística é já altamente dependente da tecnologia sobre a forma de sistemas de gestão e monitorização de destinos (Observatórios de Turismo), sistemas de auto-verificação em várias infraestruturas do turismo, aplicações móveis de hotéis e operadores turísticos, programas de reserva *online* entre outros, sendo tal uma consequência direta dos rápidos desenvolvimentos destas tecnologias (Stankove Gretzel, 2020).

Tabela 4: Conceitos de Destinos Turísticos Inteligentes

Autores	Definições
Boes et ai. (2015)	“Lugares que utilizam as ferramentas e técnicas tecnológicas disponíveis para permitir que a demanda e a oferta cocriem valor, prazer e experiências para o turista e riqueza, lucro e benefícios para as organizações e o destino.”
Buhalis e Amaranggana (2013)	Trazer inteligência para os destinos turísticos, o que significa que os destinos precisam interconectar vários partes interessadas por meio de uma plataforma dinâmica mediada por TIC para apoiar a troca rápida de informações em relação às atividades turísticas por meio de algoritmo de aprendizado de máquina a máquina, o que pode melhorar sua processo de tomada de decisão.”
Lamsfus et ai. (2015)	“Diz-se que um destino turístico é inteligente quando faz uso intensivo da infraestrutura tecnológica fornecidos pela cidade inteligente para: (1) aprimorar a experiência turística dos visitantes, personalizando e torná-los conscientes dos serviços e produtos locais e turísticos disponíveis para eles no destino e (2) capacitando organizações de gestão de destinos, instituições locais e empresas de turismo tomar suas decisões e agir com base nos dados produzidos no destino, coletados, gerenciados e processados por meio da infraestrutura de tecnologia”.
Lopez de Avila (2015)	‘Um destino turístico inovador, construído sobre uma infraestrutura de tecnologia de ponta garantindo a desenvolvimento sustentável de áreas turísticas, acessíveis a todos, o que facilita a interação do visitante com e integração com o seu meio envolvente, aumenta a qualidade da experiência no destino, e melhora a qualidade de vida dos residentes.’

Fonte: Elaboração Própria com base Boes et ai. (2015), Buhalis e Amaranggana (2013), Lamsfus et ai. (2015).

Em suma, é possível concluir que, no desenvolvimento de qualquer DTI, embora não exclusivamente, é fundamental possuir uma estrutura assente nas TIC para se manter competitivo.

O acesso à informação e o tratamento eficaz dos dados em tempo real tem mostrado impactos muito positivos na gestão de destinos, ajudando os responsáveis a tomar melhores decisões que beneficiem tanto os turistas como as populações locais.

2.6.1 O papel dos observatórios de turismo sustentável

Ao longo das últimas décadas foram ocorrendo várias alterações no padrão de consumo dos turistas, nas suas características e na sua capacidade de decisão. Isso, aliado a uma crescente competitividade entre empresas do setor, fez com que o turismo passasse a ser encarado como uma atividade que movimenta grandes massas de pessoas, as quais baseiam fortemente as suas escolhas na informação e comunicação disponíveis (UNWTO, 1999).

Com a mudança nos padrões de consumo dos turistas, as instituições e empresas do setor do turismo viram-se na obrigação de fornecer um maior número de opções, de forma clara e completa, aos turistas. Com o aumento de opções e disponibilização de informação, a competitividade entre destinos aumenta, implicando o uso eminente da tecnologia para gerir, distribuir e comunicar essa informação (Milheiro, Dinis & Correia, 2010). Considerando a crescente valorização dos serviços personalizados, o sucesso dos intervenientes na cadeia de valor do turismo dependerá da capacidade de satisfazer essas necessidades a partir da promoção eficaz dos seus serviços e produtos.

Embora sejam produzidos recorrentemente vários estudos sobre a caracterização do território, assim como o desempenho do setor do turismo, com crescente digitalização do setor, torna-se crucial a criação de informação rigorosa e atual sobre a evolução das tendências do turismo (Milheiro, Dinis & Correia, 2010). O acesso a esta informação é fundamental tanto para o setor público como privado. Para as empresas pode servir como um mecanismo de apoio para alcançar uma posição mais competitiva face às restantes. Também pode ser muito útil para o setor público, uma vez que a análise da informação pode influenciar a próprio planeamento, a estratégia e gestão do destino.

A criação dos Observatórios de Turismo Sustentável surgem como ferramenta de monitorização das transformações que ocorrem em vários destinos turísticos, tendo este instrumento sido adotado por vários países ao longo dos últimos anos (Serra, 2018). Entidades como a OMT e a Comissão Europeia criaram vários programas nesse sentido, nomeadamente a INSTO (Rede Internacional de Observatórios de Turismo Sustentável/*International Network of Sustainable Tourism Observatories*) e o VTO (Observatório Virtual de Turismo/*Virtual Tourism*

Observatory). A INSTO visa apoiar e ligar todos os destinos através da monitorização dos impactos económicos, sociais e ambientais, de forma a auxiliar na tomada de decisões por parte dos responsáveis pela gestão dos destinos turísticos. A VTO tem como objetivo apoiar *stakeholders*, decisores políticos e empresas que desenvolvem as melhores estratégias para um setor turístico mais competitivo (Turismo de Portugal, 2018).

Com a criação dos Indicadores de Turismo sustentável em 2004 pela OMT, vários observatórios a nível mundial juntaram-se ao programa INSTO. Todos os observatórios pertencentes à rede INSTO produzem e compartilham um relatório anual, destacando as suas atividades de monitorização e os principais resultados (Serra, 2018). Atualmente, Portugal tem 5 Observatórios de Turismo Sustentável (OTA – Observatório do Turismo dos Açores; ASTO - Observatório de Turismo Sustentável do Alentejo; AlgSTO - Observatório de Turismo Sustentável do Algarve; OTSCP - Observatório de Turismo Sustentável do Centro e o Observatório de Turismo Sustentável da Região do Porto e Norte de Portugal). Alinhado com a Estratégia Turismo 2027, a criação dos observatórios em várias regiões do país permite um conhecimento aprofundado dos impactos da atividade turística no território e uma maior eficiência no planeamento e gestão dos destinos (TravelBI by Turismo de Portugal, 2023). Com a adesão e reconhecimento destes observatórios na rede de Observatórios da OMT (INSTO), Portugal conta com três observatórios pertencentes à rede, o Observatório do Turismo Sustentável do Alentejo (ASTO); o Observatório de Turismo dos Açores (OTA) e o Observatório Regional para o Turismo Sustentável do Algarve (AlgSTO).

Os VTO's são também um conjunto de observatórios dos 28 países pertencentes à União Europeia que tem como objetivo apoiar decisores políticos e empresas a desenvolver estratégias para o futuro do turismo na Europa. Os Observatórios Virtuais de Turismo contêm dados e informações recolhidos a partir de várias fontes, incluindo o EUROSTAT e a OMT com o objetivo de analisar as tendências do setor do turismo. Existe um VTO para cada Estado-Membro, sendo possível fazer comparações diretas entre os vários países através da análise de indicadores. Os dados são disponibilizados em vários formatos através de um sistema de mapas, tabelas e gráficos. Além de um repositório de relatórios anuais, a plataforma disponibiliza um conjunto de estudos quantitativos e qualitativos que revelam as preferências de turistas e residentes locais, dando a conhecer a situação atual e as perspetivas futuras em relação ao turismo (Serra, 2018).

Naturalmente, o equilíbrio entre o turismo e sustentabilidade depende da monitorização contínua dos impactos, através da avaliação de indicadores e da consequente produção de

relatórios, bem como da adaptação e revisão das estratégias utilizadas. Além do retorno económico, estas estratégias visam proteger o ambiente, a cultura e o património da comunidade (National Department of Tourism, 2013).

Capítulo III – Caracterização do território em estudo – a região do Alentejo e Ribatejo

3.1 Enquadramento geográfico e demográfico

A região do Alentejo e Ribatejo é uma das cinco áreas regionais de turismo em Portugal continental, integrando cinco NUT's III (Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo, Alentejo Litoral e Lezíria do Tejo) localiza-se no Sudoeste da Europa, no sul de Portugal continental, entre as regiões de Lisboa e Vale do Tejo, a região Centro a norte, e região do Algarve a sul. Faz fronteira com Espanha, a este, designadamente com as províncias de Cáceres, Badajoz e Huelva. Enquanto região, o Alentejo e Ribatejo é constituído por 58 municípios, distribuídos por 31 mil km² de território, de acordo com os censos de 2021 (INE, 2021).



Figura 16: Divisão territorial por NUTS II, NUTS III e Município (Região do Alentejo e Ribatejo)

Fonte: ASTO, (2023)

Conta com 714 mil habitantes distribuídos irregularmente pelo território, sendo que esse número representa uma queda de 6% do número total da população relativamente aos censos de 2011. Por se localizar no sul do país, próximo da Área Metropolitana de Lisboa e possuir fronteira

com Espanha, a Região do Alentejo e Ribatejo usufrui de uma infraestrutura rodoviária bastante competitiva, com uma rede de conexão de estradas e autoestradas aceitável, responsável por ligar o norte e o Sul do país, bem como outras ligações com Espanha. No setor ferroviário, a região conta com os serviços de Intercidades e Regionais, fornecidos pela Comboios de Portugal (CP). Embora a região possua infraestrutura aeroportuária (Aeroporto de Beja), esta continua a carecer de um maior desenvolvimento. A falta de uma estrutura de serviços em redor do aeroporto é uma das razões pelas quais os visitantes continuam a optar por chegar ao país por meio de outros aeroportos como Lisboa, Porto ou Faro.

Tabela 5: Caracterização demográfica da região do Alentejo e Ribatejo

Território	Área por (Km2)	População Total (N°)	0-14 anos (%)	15 - 24 anos (%)	25 - 64 anos (%)	65 ou mais (%)	Densidade Populacional (N°/km2)	Índice de Envelhecimento (N.º)
Região do Alentejo e Ribatejo	31 551	714552	12,46	9,85	50,82	26,87	22,6	214,1
Alto Alentejo	8 500	104121	11,9	13,93	44,57	29,64	17,3	248,6
Alentejo Central	7393	152853	12,3	14,3	46,3	27,1	20,8	218,6
Baixo Alentejo	8517	115237	12,9	14,3	45,5	27,3	13,5	211,6
Alentejo Litoral	5318	99111	11,9	14,1	47,6	26,4	18,5	219,2
Lezíria do Tejo	2225	243230	12,9	15,3	46,3	25,6	56,3	197
Área Metropolitana de Lisboa	3 015	2 899 670	14,5	10,6	52,7	22,1	956,4	149,8
Região do Algarve	4 960	472 000	13,6	9,9	52,4	24,2	94,1	173,8

Fonte: Dados do INE (2021) Elaboração própria

População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário; Anual - INE, Estimativas anuais da população residente

Densidade populacional (N.º/ km²) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual - INE, Estimativas anuais da população residente

Índice de envelhecimento (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual - INE, Estimativas anuais da população residente

Conforme se verifica no Tabela 5, a região do Alentejo e Ribatejo possui uma população total de 714.552 habitantes. Da análise à distribuição etária, observamos que aproximadamente 12,5% da população pertence à faixa etária de 0 a 14 anos, o que representa 89.053 habitantes. Os jovens entre os 15 e os 24 anos correspondem a aproximadamente 14,6% da população, totalizando 104.111 pessoas. A faixa etária mais predominante na região é a de 25 a 64 anos, abrangendo cerca de 46% da população total, ou seja, 329.358 habitantes. Já a população com 65 anos de idade ou mais correspondem a cerca de 26,9% da população, totalizando 192.030 pessoas. Os valores apresentados, apresentam-se tendencialmente mais baixos quando comparados com as regiões fronteiriças. Considerando, por exemplo, a Área Metropolitana de Lisboa, considerando um território 10 vezes inferior, apresenta uma população 4 vezes superior. Também a Região do

Algarve, com uma dimensão territorial muito inferior, possui uma densidade populacional 5 vezes superior.

No que respeita a densidade populacional, a região do Alentejo e Ribatejo possui uma média de 22,6 habitantes por km², indicando uma concentração populacional bastante baixa. Com uma área territorial de 31.551 Km², é a região de Portugal mais extensa. A baixa densidade populacional provém da predominância de vastos espaços/áreas rurais que criam desafios e oportunidades à infraestrutura e aos serviços públicos regionais. O índice de envelhecimento é de 214 idosos por cada 1000 habitantes o que, quando comparado com a região do Algarve e com a Área Metropolitana de Lisboa, é bastante elevado. Com 26,9% da população a apresentar uma idade igual ou superior a 65 anos, é fundamental garantir serviços de saúde e apoio social adequados para atender às necessidades da população. Ao mesmo tempo, estes dados mostram a necessidade de investir em políticas voltadas para a educação e para o emprego dos jovens, que representam cerca de 14,6% da população.

O declínio populacional da região do Alentejo e Ribatejo é explicado por indicadores referentes à taxa de natalidade e fecundidade que se encontram cada vez mais baixos. A taxa de migração tem também apresentado tendências crescentes, o que impulsiona o declínio referido. Segundo Tonon (2012), o declínio da taxa de natalidade conjugada com o alto índice de envelhecimento leva a região para uma situação onde o rejuvenescimento da população se mostra pouco provável. Segundo projeções do INE, estima-se que a região do Alentejo e Ribatejo terá uma população inferior a 500 000 habitantes em 2050. A atividade turística, embora tenha um papel ativo enquanto propulsor económico para a região, vê tais indicadores como ameaças que devem ser trabalhados para que a prática do turismo não sofra juntamente com o território. Segundo Vacas (2000), sempre se esperou que o Alentejo fosse a região de Portugal menos povoada, devido às diferenças geográficas que existem entre a região e o resto do país, nomeadamente ao nível da qualidade do solo, do clima, do abastecimento hidrográfico, da vegetação e também das políticas de repartição dos latifúndios.

Diante os resultados e estimativas apresentadas, torna-se evidente a importância do papel das entidades e organismos responsáveis pela gestão do território. Para a implementação de novas medidas e a monitorização constante das mesmas, é necessário aliar esforços entre a comunidade e as entidades responsáveis como forma de reverter a situação atual, sendo que a ausência ou a ineficiência destas medidas pode ter como resultado a continuação da decadência demográfica do território.

3.2 Enquadramento socioeconómico

Em termos económicos, a região do Alentejo e Ribatejo assume expressividade em alguns setores com particular relevância no setor primário em atividades relacionadas com a agropecuária e piscicultura. O setor terciário tem vindo a crescer, acompanhando o resto do país, e concentra atividades como o comércio/negócios, a administração pública e serviços, entre os quais a atividade turística que tem vindo a expandir de forma constante, em parte, devido às novas tendências de consumo e também por efeito da pandemia Covid-19 (GPP, 2022).

Como se pode verificar na Tabela 6, observamos 3 indicadores referentes ao 3º trimestre de 2022. Apesar da considerável dimensão territorial da região, é possível confirmar a existência de valores pouco expressivos em termos de população empregada. A região emprega 6,75% da população nacional, o que corresponde a 332,9 milhares de pessoas. Também a população ativa representa um valor pouco significativo, apenas 6,6% da população nacional (346,2 milhares). O salário médio líquido mensal ronda os 972€, 8% abaixo da média salarial em Portugal, que se prende nos 1064€. Estes resultados refletem uma panóplia de problemas socioeconómicos que a região tem vindo a enfrentar, nomeadamente com a decadência das taxas de mortalidade e natalidade que acabam por resultar numa diminuição da população ativa e, conseqüentemente, empregada. A falta de competitividade no mercado de trabalho tem justificado, cada vez, mais migrações.

Tabela 6: Comparação de Indicadores Socioeconómicos

Período de referência dos dados	Local de residência (NUTS - 2013) (1)	População empregada (Série 2021 - N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Situação na profissão; Trimestral	População activa (Série 2021 - N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo; Trimestral	Rendimento médio mensal líquido (Série 2021 - €) da população empregada por conta de outrem por Local de residência (NUTS - 2013) e Profissão (Grande grupo - CPP); Trimestral
		Nº (milhares)	Nº (milhares)	€
2022 - 3º Trimestre	Portugal	4929,1	5234,9	1064
	Alentejo e Ribatejo	332,9	346,2	972

Fonte: Dados do INE (2022) Elaboração própria

População activa (Série 2022 - N.º) por Local de residência (NUTS - 2002), Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo; Trimestral

Rendimento médio mensal líquido (Série 2022 - €) da população empregada por conta de outrem por Local de residência (NUTS - 2002) e Sector de actividade económica (CAE Rev. 3); trimestral

População desempregada (Série 2022 - N.º) por Local de residência (NUTS - 2002) e Sexo; trimestral

3.3 Enquadramento histórico-cultural

A região do Alentejo e Ribatejo caracteriza-se pela paisagem do montado, bem como pela sua arquitetura rural. A região preservou o que hoje lhe confere um significativo valor acrescentado, enquanto ativo diferenciador: a pequena dimensão e a qualidade dos ambientes urbanos, a escala humana, o silêncio, a paz, a liberdade, o ar limpo entre outros (ERT Alentejo e Ribatejo, 2023). À semelhança de outras regiões, o Alentejo e Ribatejo é reconhecido pelo clima seco durante todo o ano, uma enorme diversidade gastronómica (um ativo qualificador) com vários produtos reconhecidos e premiados internacionalmente pela sua qualidade, bem como um vasto leque de elementos patrimoniais centenários classificados. No entanto, é a tranquilidade e a qualidade de vida (ativos emergentes) que os visitantes procuram quando decidem visitar este território.

A região Alentejo e Ribatejo conta com duas cidades classificadas como Património Mundial da UNESCO. Na cidade de Évora (Centro Histórico de Évora) conhecida pelas muralhas, ruínas romanas, heranças árabes, tesouros da igreja católica e um património arquitetónico de estilos diferentes (Tonon, 2012). Estes elementos tornaram o Centro Histórico de Évora uma espécie de joia patrimonial à qual os séculos não se escusaram de adaptar, mas mantém intacta uma ambiência de autenticidade e monumentalidade que a transformam numa verdadeira «cidade-museu» (CNUNESCO, 2018) Também a cidade de Elvas (Cidade-Quartel Fronteiriça de Elvas e suas fortificações), foi também reconhecida como Património Mundial da UNESCO em 2012. Situada a 8 km de Badajoz (Espanha) ficou reconhecida pela sua importância enquanto ponto estratégico de defesa nacional, tendo herdado um vasto património militar reconhecido pela sua autenticidade (CNUNESCO, 2018).

Além dos destinos reconhecidos internacionalmente pelo seu valor, a região afigura ainda um conjunto de monumentos e vestígios de civilizações desde o período Paleolítico, passando pelos romanos, árabes até chegar à atualidade. Estes elementos encontram-se dispersos por todo o território. Do período romano, os vestígios deixados vão desde as calçadas, pontes e muralhas, passando pelas ruínas termas, santuários e barragens que podem ser observadas nas cidades de Marvão, Monforte, Évora, Alentejo e Beja. No entanto, foi a presença muçulmana que mais marcou o território do Alentejo, deixando nomes de aldeias, o próprio nome “Alentejo” e vários instrumentos e técnicas agrícolas ainda usadas na atualidade (Tonon, 2012). A herança religiosa continua a ter uma grande relevância e está associada a muito dos elementos patrimoniais. Tal como no resto do território nacional, com a extinção das ordens religiosas, muitos dos conventos

foram convertidos em museus e hotéis como forma de requalificar e rentabilizar economicamente espaços que, de outra forma, estariam abandonados ou severamente degradados.

3.4 O ecoturismo na região do Alentejo e Ribatejo

O ecoturismo na região do Alentejo e Ribatejo tem por base um vasto leque de paisagens naturais, como praias, serras, florestas e rios. A região serve de abrigo a uma série de espécies de fauna e flora únicas que precisam de ser preservadas. Esse cenário convida ao contacto com a natureza através de diferentes formatos, desde passeios de bicicleta, caminhadas, observação de aves e outras atividades de turismo de natureza.

A região do Alentejo e Ribatejo tem à disposição uma rede diversa de equipamentos, infraestruturas e serviços mais especializados no ecoturismo, incluindo parques naturais e reservas protegidas, que oferecem trilhos e percursos para caminhadas, observação de aves e outras atividades. Existem também centros de interpretação que fornecem informações sobre a biodiversidade, história e cultura locais, miradouros, alojamentos ecológicos e rurais, além de empresas que proporcionam atividades de aventura e guias de ecoturismo.

O território possui uma área de conservação de 766.994 ha de Rede Natura (ICNF) e um total de 191.826 hectares de áreas protegidas, destacando-se também a presença de 39 zonas balneares classificadas com bandeira azul que evidenciam um elevado grau de preocupação com a preservação ambiental e uma infraestrutura adequada, o que só por si acaba por atrair mais visitantes, especialmente nos meses onde o calor é mais expressivo (ABAE, 2023). A existência de 2 Reserva da Biosfera UNESCO é outro fator relevante. Essa designação reconhece a região como um local de excelência em termos de conservação da natureza e desenvolvimento sustentável.

Com base numa pesquisa quantitativa efetuada pela *Biosphere Portugal*, em 2022, que procurou interpretar a força do ecoturismo na região do Alentejo e Ribatejo tendo por base os requisitos para a criação dos Programas Regionais para o Ecoturismo constantes da Lei n.º 83/2019, publicada a 3 de setembro, são analisados vários recursos e equipamentos compatíveis com a atividade ecoturística. Importa, porém, destacar os seguintes:

- Percursos pedestres homologados (Grande Rota e Pequena Rota);
- Trilhos, rotas e ecopistas;

- Passadiços;
- Baloços;
- Miradouros;
- Centros de interpretação;

Com base em dados do ICNF (2023) a região do Alentejo e Ribatejo possui um total de 13 Áreas protegidas/classificadas nomeadamente 2 Parque Naturais, 4 Reservas Naturais, 2 locais classificados como Paisagens Protegidas, 1 Área Protegida Privada, 2 Reservas e 1 Geoparque.

De acordo com o Registo Nacional de Percursos Pedestres (FCMP, 2019), existe um total de 45 percursos homologados na região do Alentejo e Ribatejo, (22 na sub-região do Alto Alentejo, 7 na sub-região do Alentejo Central; 14 na sub-região do Baixo Alentejo; 1 na sub-região do Alentejo Litoral e 1 na sub-região Lezíria do Tejo). A Região do Alentejo e Ribatejo possui também 12 trilhos, 9 rotas e 2 ecopistas classificadas. Contudo, dada a dimensão da natureza no território, a região do Alentejo e Ribatejo tem também à disposição uma série de outros equipamentos de fruição de turismo de natureza, nomeadamente 13 passadiços (4 na sub-região do Alto Alentejo; 4 na sub-região do Alentejo Central; 2 na sub-região do Baixo Alentejo e 3 na sub-região do Alentejo Litoral), 26 baloiços (6 na sub-região do Alto Alentejo; 6 na sub-região do Alentejo Central; 9 na sub-região do Baixo Alentejo; 2 na sub-região do Alentejo Litoral e 2 na sub-Região da Lezíria do Tejo), 37 miradouros (7 na sub-região do Alto Alentejo; 7 na sub-região do Alentejo Central; 9 na sub-região do Baixo Alentejo; 12 na sub-região do Alentejo Litoral e 2 na sub-região da Lezíria do Tejo) (PREST, 2023). Além dos equipamentos referidos, a região possui um vasto leque de recursos patrimoniais naturais e histórico culturais, assim como um conjunto disperso de centros interpretativos. Foram contabilizados um total de 23 Centros Interpretativos ligados ao território que procuram reconhecer os recursos do território (8 na sub-região do Alto Alentejo; 4 na sub-região do Alentejo Central; 5 na sub-região do Baixo Alentejo; 3 na sub-região do Alentejo Litoral e 1 na sub-região da Lezíria do Tejo), encontrando-se em anexo o guião de questionário com o qual foi possível obter esta informação.

Além disso, a escolha de Évora como Capital Europeia da Cultura em 2027 é uma oportunidade única para promover, ainda mais, a região e atrair visitantes interessados em eventos culturais e artísticos. Em suma, o setor do turismo no Alentejo e Ribatejo possui uma base sólida, com uma oferta diversificada de recursos naturais, património cultural, infraestrutura de

alojamento e serviços turísticos. No entanto, para alcançar um crescimento sustentável, é importante investir em estratégias de promoção e atrair novos públicos-alvo diversificados.

3.4.1 O setor do Turismo

Na Tabela 7 é possível observar alguns indicadores que permitem medir o desempenho da atividade turística na região e subterritórios do Alentejo e Ribatejo segundo dados fornecidos pelo INE. A região do Alentejo e Ribatejo recebeu, em 2022, um total de 891 396 visitantes, um aumento de 24,8% face ao ano de 2021. Este montante equivale a 3,36% do total de visitantes recebidos Portugal (26,5 milhões) em 2022. É evidente o crescimento no N° de dormidas, sobretudo nas sub-regiões da Lezíria do Tejo e Alentejo Central, com uma taxa de crescimento de 59% e 49,3%, respetivamente. Verifica-se uma extensão territorial relativamente equilibrada entre os diferentes subterritórios, destacando-se o Baixo Alentejo com mais km², seguido pela sub-região do Alentejo Central. Contudo, como analisado anteriormente, não existe relação entre as dimensões territoriais e o número de dormidas, verificando-se um maior número nas sub-regiões do Alentejo Litoral, com mais de 1 milhão de dormidas, seguida pelo Alentejo central com mais de 900 mil respetivamente. As razões da discrepância entre as diferentes sub-regiões podem ser justificadas pela maior concentração de recursos atrativos ou maior dinamismo e diversificação das infraestruturas turísticas.

No que diz respeito à estada média na região, encontra-se em 2,0 quando analisados os últimos dois anos, um valor que embora baixo encontra-se acima de outras regiões tais como a Região Centro de Portugal e a região do Porto e Norte. No entanto, existem discrepâncias nas taxas ao nível sub-regional, verificando-se um aumento no número de pernoitas em território mais perto do Litoral, como é o caso do Alentejo Litoral e da Lezíria do Tejo, com uma taxa de 2,3 e 1,8. Destaca-se também o Baixo Alentejo, que, embora esteja situado no interior, apresenta uma taxa média de 1,9.

Verifica-se também um aumento expressivo dos proveitos totais (em euros) da região como consequência direta do aumento do número de dormidas. Entre o ano 2021 e 2022, verificou-se um aumento de 43% no número total de proveitos, sendo este aumento ainda mais expressivo nas sub-regiões da Lezíria do Tejo (68%) e no Alentejo Central (63,6%).

Tabela 7: Indicadores de desempenho do Turismo na Região do Alentejo e Ribatejo«

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Superfície (km ²) das unidades territoriais por Localização geográfica	Dormidas (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico por Localização geográfica	Estada média nos alojamentos turísticos: total, residentes em Portugal e residentes no estrangeiro	Proveitos totais (€) nos estabelecimentos de alojamento turístico por Localização geográfica
Período de referência dos dados	2021			
	Km2 (milhares)	N.º	%	€ (milhares)
Região Alentejo e Ribatejo	31 605	2 280 089	2	154 885
Alto Alentejo	6 084	350 939	1,9	20 784
Alentejo Central	7 393	615 470	1,8	40 565
Baixo Alentejo	8 543	326 243	2	19 434
Alentejo Litoral	5 309	843 249	2,4	67 786
Lezíria do Tejo	4 275	144 188	1,8	6 317
Período de referência dos dados	2022			
	Km2 (milhares)	N.º	%	€ (milhares)
Região Alentejo e Ribatejo	31 605	3 035 437	2	222 829
Alto Alentejo	6 084	450 121	1,8	27 626
Alentejo Central	7 393	918 909	1,8	66 367
Baixo Alentejo	8 543	382 175	1,9	25 056
Alentejo Litoral	5 309	1 054 491	2,3	93 165
Lezíria do Tejo	4 275	229 741	1,8	10 615

Fonte: Dados do INE (2021/2022). Elaboração própria.

Dormidas (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico por Localização geográfica e Local de residência (País - lista reduzida); Anual - INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos

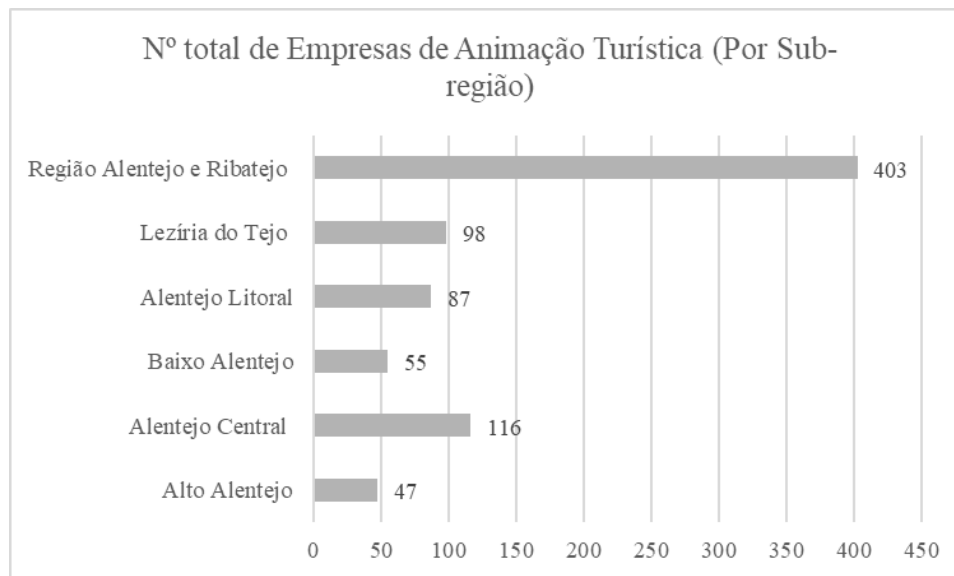
Estada média nos alojamentos turísticos: total, residentes em Portugal e residentes no estrangeiro

Dormidas (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico por Localização geográfica

Proveitos totais (€) nos estabelecimentos de alojamento turístico por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo (alojamento turístico); anual

O crescimento do N.º de turistas bem como o aumento dos proveitos é resultado de uma melhor captação dos turistas. Ao analisar o Gráfico 1, que representa o N.º total de Empresas de Animação Turística (por sub-região) verifica-se um total de 403 registadas no Registo de Agentes de Animação Turística (RNATT) da Turismo de Portugal, 47 empresas operam na sub-região Alto Alentejo, 116 empresa na sub-região Alentejo Central, 55 empresas na sub-região Baixo Alentejo, 87 empresas na sub-região Alentejo Litoral, e por fim 98 empresas na sub-região Lezíria do Tejo. Ao cruzar esta informação com os indicadores de desempenho do Turismo (Tabela 7) verifica-se uma relação indireta quando analisados o n.º de turistas com o n.º total de empresas em cada sub-região, o Alentejo Central detém o maior n.º de empresas de animação turística (116) e apresenta-se como a segunda sub-região que mais turistas atraiu para a região em 2022, já o Alentejo Litoral, embora com apenas 87 empresas conseguiu captar mais de 1 milhão de visitantes. Com esta informação conclui-se que embora alguns territórios tenham mais empresas de animação não existe uma relação proporcional entre o n.º de turistas e empresas do setor.

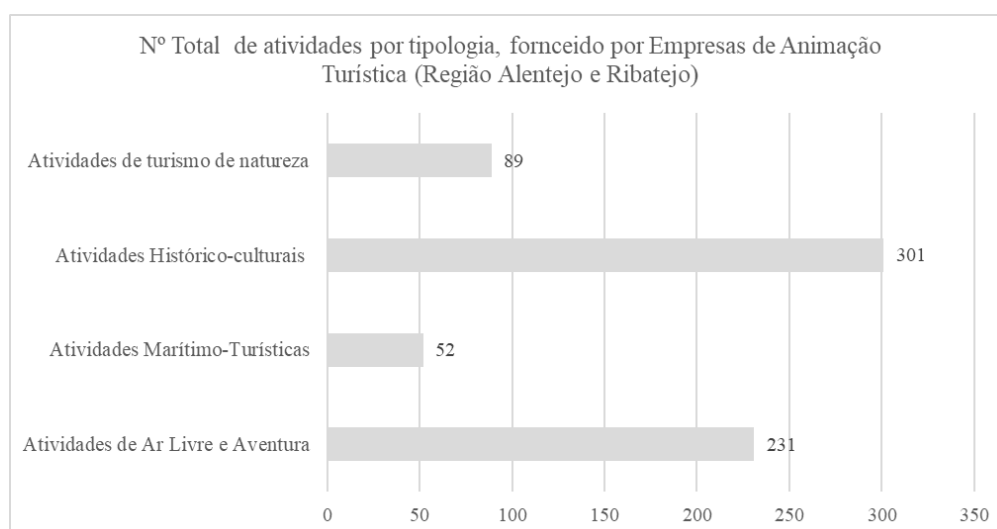
Gráfico 1: N.º Total de Empresas de Animação Turística por sub-região



Fonte: Elaboração Própria com base em dados (RNAAT, 2022)

Ao analisar o Gráfico 2, que procura quantificar o n.º total de atividades por tipologia, fornecido por empresas de animação turística na região do Alentejo e Ribatejo, verifica-se a existência de 673 atividades oferecidas pelas 403 empresas de animação turística. As atividades com maior expressão estão relacionadas com atividades histórico-culturais (301), seguidas por atividades de ar livre e natureza (231), atividades de turismo de natureza (89) e atividades marítimo-turísticas (52), respetivamente.

Gráfico 2: N.º Total de atividades por tipologia, fornecido por empresas de Animação Turística

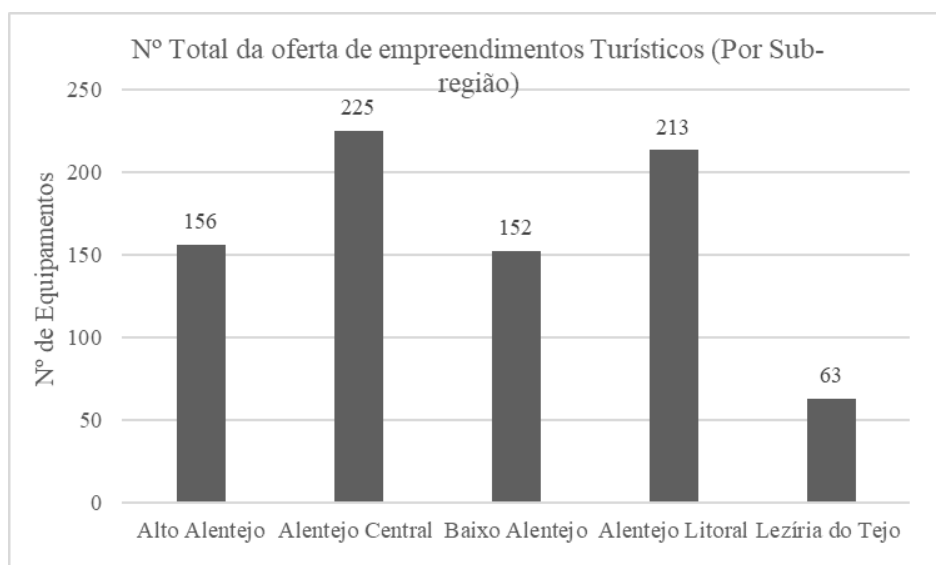


Fonte: Elaboração própria com base em dados (RNAAT, 2022).

3.4.2 Oferta de alojamento

No que diz respeito ao alojamento, como se pode verificar no Gráfico 3, que representa o número total de oferta de empreendimentos turísticos, verifica-se um total de **809** empreendimentos turísticos, de acordo com os dados do Turismo de Portugal (RNET, 2023). Nesta análise foram consideradas as seguintes tipologias: aldeamento turístico, apartamento turístico, conjuntos turísticos; empreendimento de turismo de habitação; empreendimento de turismo no espaço rural (nas modalidades de agroturismo, casa de campo e hotel rural), estabelecimento hoteleiro (nas modalidades hotel, hotel-apartamento e pousada), parque de campismo e/ou caravanismo. Estes encontram-se dispersos de forma irregular, apresentando concentrações associadas ao litoral, aos espaços urbanos, aos recursos naturais e à importância dos ativos diferenciadores. A sub-região do Alentejo Central detém o maior número de empreendimentos, com 225, representando 28% do total da oferta da região. Segue-se a sub-região Alentejo Litoral, com 213 empreendimentos, que representam 26% do total da oferta. As sub-regiões do Alto Alentejo e Baixo Alentejo possuem 156 e 152 empreendimentos, respetivamente, representando, ambas, 19% do total da oferta. Por fim, a sub-região da Lezíria do Tejo possui 63 empreendimentos turísticos, que representam 8% do total da oferta.

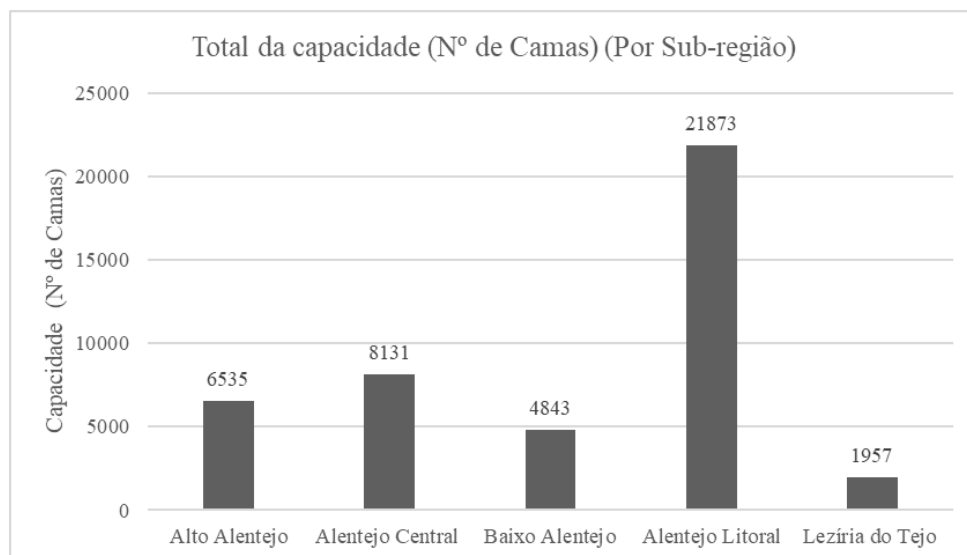
Gráfico 3: N.º Total da Oferta de Empreendimentos Turísticos por sub-região



Fonte: Elaboração própria com base em dados (RNET, 2022)

No entanto, o número total de empreendimentos turísticos deve ser interpretado com cuidado, enquanto indicador referente à capacidade de oferta por parte das sub-regiões. Ao analisar o Gráfico 4, que representa o total da capacidade (por n.º de número de camas) verificam-se naturalmente valores díspares entre todas as sub-regiões, com destaque particular para a sub-região do Alentejo Litoral com uma capacidade de 21873 camas, representando 50% da capacidade de oferta na Região do Alentejo e Ribatejo. A discrepância de valores relativos à capacidade das infraestruturas de alojamento do Alentejo Litoral prende-se com o facto da sub-região possuir uma grande quantidade de campismo e/ou caravanismo. Segue-se a sub-região Alentejo Central com uma capacidade de 8131 camas, que representa 19% da capacidade total da região. A sub-região do Alto Alentejo representa 15% da capacidade total, com 6535 camas. A sub-região do Baixo Alentejo, com 4843 camas, representa 11% e, por fim, a sub-região da Lezíria do Tejo, com 1957 camas, corresponde a 5%.

Gráfico 4: Total da capacidade (n.º de camas) por sub-região

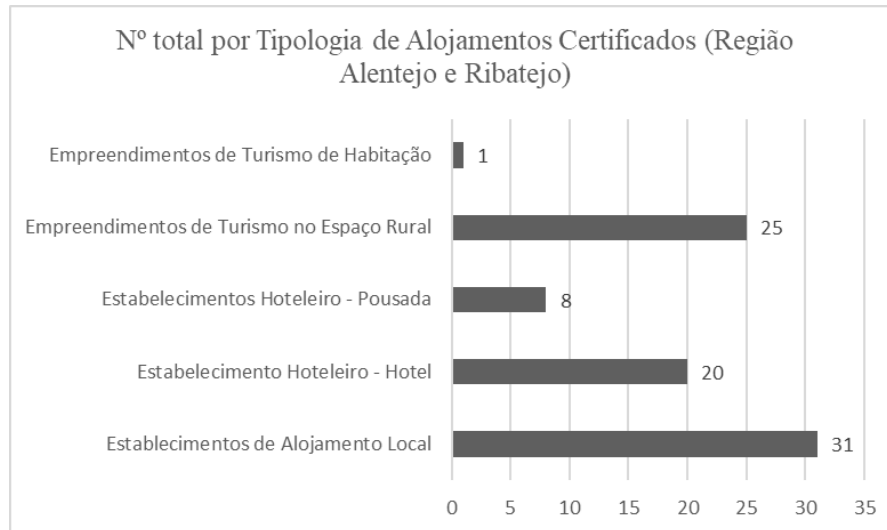


Fonte: Elaboração própria com base dados (RNET, 2022)

Tendo este relatório por base aferir a importância da sustentabilidade na cadeia de valor do turismo, foi também analisado um conjunto de empreendimentos turísticos certificados em sustentabilidade por duas entidades - *Biosphere* e *Greenkey* -, tendo por base as tipologias estabelecimentos de alojamento local, estabelecimentos hoteleiros (nas modalidades de hotel e pousada), empreendimentos de turismo no espaço rural e empreendimentos de turismo de habitação. Como consta no Gráfico 5, existe um total de 85 empreendimentos turísticos certificados com base na tipologia apresentada. A tipologia com mais expressividade são os

alojamentos locais e os empreendimentos de turismo em espaço rural com, respetivamente, 31 e 25 unidades certificadas.

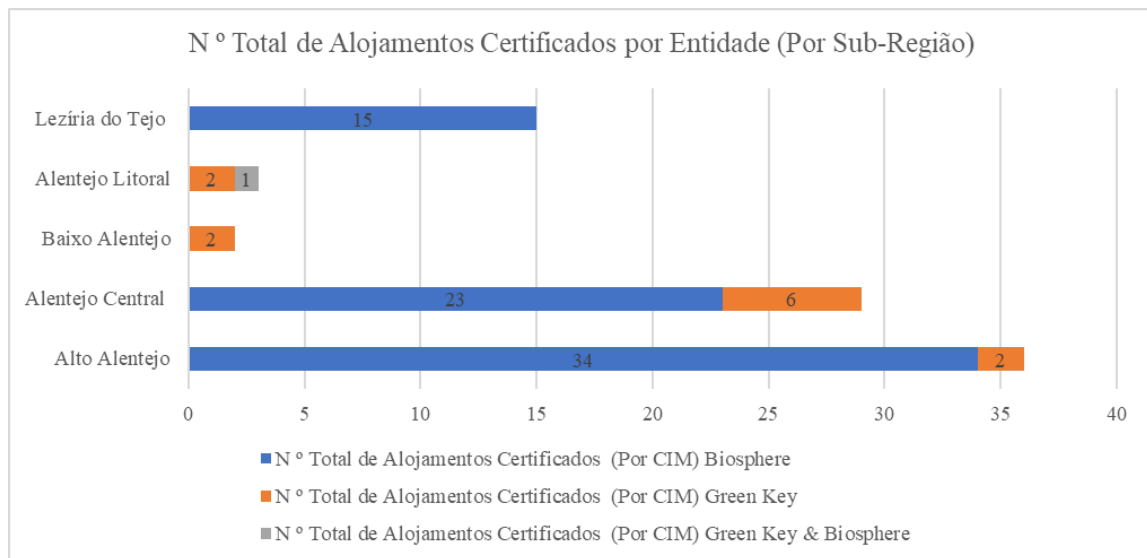
Gráfico 5: N.º Total de Alojamentos Certificados por tipologia



Fonte: Elaboração própria com Dados fornecidos pela Biosphere (2023).

Importa considerar também a localização dos estabelecimentos certificados. No Gráfico 6, encontra-se representado o número total de alojamentos certificados pelas entidades referidas anteriormente. Da análise observa-se uma maior concentração de alojamentos certificados nas sub-regiões do Alentejo Central e Alto Alentejo, com um total de 26 e 36 unidades certificadas, respetivamente. Observa-se, também, uma grande discrepância no número total de alojamentos certificados por cada uma das entidades: a *Biosphere* certificou 72 alojamentos, enquanto a Green Key apenas certificou 12, tendo havido 1 alojamento certificado por ambos. Os mecanismos de certificação têm como objetivo posicionar e credibilizar as empresas ou os alojamentos, neste caso em particular. Analisar a concentração de empresas certificadas permite aferir em que subterritórios é atribuída maior importância à sustentabilidade por parte dos empresários e aqueles que podem ser mais trabalhados. Em relação às diferenças entre sistemas de certificação usadas pelas empresas não existe uma razão óbvia que as justifique, contudo, estes sistemas são percecionados como ferramentas de posicionamento e promoção que só produzem efeitos quando a entidade certificadora possui um nível considerável de influência e reconhecimento pelos turistas nacionais e internacionais.

Gráfico 6: N.º Total de Alojamentos Certificados por Entidade por sub-região



Fonte: Elaboração própria com Dados fornecidos pela *Biosphere* (2023).

3.5 Análise SWOT do território

A análise SWOT é uma ferramenta amplamente adotada por vários setores de atividade económica, nomeadamente o turismo. A utilização deste mecanismo permite avaliar e verificar o posicionamento de uma determinada empresa ou segmento de mercado. A sigla SWOT serve de acrónimo para os termos forças (strengths), fraquezas (weaknesses), oportunidades (Opportunities) e ameaças (threats). Segundo Botelho (2013), a análise SWOT é a ferramenta de referência nos processos de gestão e tomada de decisão do turismo, num determinado local. Assim, esta ferramenta apresenta-se como uma análise de cenários sob dois eixos: o ambiente interno (forças/fraquezas) e o ambiente externo (oportunidades/ameaças).

Com base numa análise profunda da Região do Alentejo e Ribatejo, considera-se relevante uma análise de posicionamento da região em termos de competitividade turística, tendo por base a análise da Estratégia Regional de Desenvolvimento Turístico do Alentejo e Ribatejo 2021-27.

3.5.1 Pontos fortes

Com base numa análise holística, tendo presente o ambiente interno à região, importa salientar:

- A Região Alentejo e Ribatejo é caracterizado, enquanto destino turístico, por uma forte identidade cultural derivada do seu património histórico-cultural material e intangível de valor nacional e internacional;
- A existência de instrumentos de gestão territorial capazes de definir modelos alinhados com os princípios de desenvolvimento sustentável para a região;
- A singularidade e autenticidade de vários recursos naturais de onde se salienta a paisagem do montado, bem como características naturais do território e o estilo de vida das comunidades locais sem uma grande pressão sobre o tempo, a tranquilidade, o clima, entre outros, o que constitui fatores de atratividade da região;
- A identificação da ERT do Alentejo e Ribatejo como organismo de gestão da atividade turística na região, permitindo a implementação de novas dinâmicas ao nível do planeamento turístico e o reconhecimento do Região do Alentejo e Ribatejo enquanto destino turístico sustentável, concedendo maior credibilidade e competitividade em mercados nacionais e internacionais;
- A segurança e tranquilidade são considerados fatores motivacionais fortes, tendo por base as novas alterações no padrão de consumo dos turistas;
- A região, enquanto destino turístico, apresenta-se homogeneamente preparada em termos de oferta de alojamento, destacando o alojamento coletivo (parques de campismo e caravanismo).
- A segurança e tranquilidade são considerados fatores motivacionais fortes, tendo por base as novas alterações no padrão de consumo dos turistas;
- A região enquanto destino turístico apresenta uma oferta de alojamento assimétrica no entanto destacam-se os investimentos feitos para alojamento coletivo (Parques de campismo e caravanismo).

3.5.2 Pontos fracos

Em relação às fraquezas detetadas, salienta-se o seguinte:

- No âmbito económico evidencia-se a falta de competitividade e dinamismo do setor do turismo;

- O tecido empresarial de oferta turística tem reduzida estrutura dimensional;
- No domínio social, é evidente a baixa densidade populacional quando comparada com as restantes regiões do país, resultado de falta de oportunidades com despovoamento ou evolução populacional negativa generalizada e um duplo envelhecimento populacional;
- Ausência de articulação de iniciativas de promoção turística de diversos concelhos que integram a região;
- A falta de uniformização na comunicação e promoção turística oferecida pelos *sites* disponíveis das respetivas sub-regiões do Alentejo e Ribatejo
- Falta de recursos humanos qualificados e capacidade empreendedora da população local;
- Evidencia-se alguma carência de articulação entre os setores público e privado, que se manifesta na necessidade de reforço de promoção turística conjunta;
- Carência ao nível de transportes públicos rodoviários coletivos, principalmente nas ligações inter-regionais;

3.5.3 Oportunidades

No que diz respeito às oportunidades, destaca-se:

- O potencial turístico de elevado valor acrescentado, que deve ser orientado para “novos segmentos turísticos diferenciadores”;
- A mudança do perfil do turista, bem como as suas motivações que se enquadram nas valências e orientações estratégicas que têm vindo a ser seguidas pela região;
- A grande diversidade de recursos naturais e experiências existentes traz inúmeras oportunidades ao nível dos recursos disponíveis para incrementar oferta turística;
- O desenvolvimento da região tem ao seu dispor tecnologias digitais para a construção de destinos inteligentes;
- Em termos sociais e económicos a região tem inúmeras oportunidades para criação de postos de trabalho, fixando população e combatendo o despovoamento, apresentando-se o turismo como aposta sólida no estímulo ao desenvolvimento da produção e comércio, trazendo benefícios para as comunidades locais.

3.5.4 Ameaças

Por fim em relação às ameaças, destaca-se:

- O despovoamento de algumas sub-regiões que resulta na perda de autenticidade e descaracterização da região;
- A baixa densidade populacional que representa uma ameaça no desenvolvimento do turismo na região, com consequências negativas na disponibilização de recursos humanos qualificados;
- O risco de falta de orientação, derivado do desenvolvimento de inúmeros empreendimentos turísticos, acarretando a degradação de recursos naturais e culturais;
- Concorrência face a destinos turísticos com uma oferta semelhante;

Capítulo IV - Metodologia de investigação e Estágio Curricular

4.1 Objetivos da investigação

O turismo é uma atividade que carece, naturalmente, de instrumentos de planeamento e gestão adequada para fazer face aos efeitos positivos e negativos de âmbito económico, social e ambiental, sendo ao nível dos destinos que estes instrumentos se mostram mais eficazes (Espada, 2011).

Neste sentido, a presente investigação propõe-se a descrever e analisar algumas iniciativas tomadas numa perspetiva de desenvolvimento de turismo sustentável, tendo por base o estudo e análise de um documento estratégico para a promoção da sustentabilidade e ecoturismo. O objeto de estudo em causa denomina-se de PREST – Programa Regional de Ecoturismo e Sustentabilidade no Turismo da Região do Alentejo e Ribatejo. Pretende-se descrever as principais iniciativas do programa e de que forma as mesmas podem ser adotadas por outros destinos, contribuindo para a competitividade entre destinos e o crescimento sustentável do turismo.

Ao nível da região é realizada uma análise detalhada, com base num conjunto de dados empíricos, que ajudam a compreender as medidas propostas apresentadas na reflexão do caso de estudo.

Neste sentido, a presente investigação procura responder às seguintes perguntas:

- 1. Quais as medidas de sustentabilidade de cariz económico, social, ambiental a ser implementadas na Região do Alentejo e Ribatejo por meio do PREST Alentejo e Ribatejo?*
- 2. De que forma a criação do PREST do Alentejo e Ribatejo, pode contribuir para o aumento da competitividade e Sustentabilidade do destino turístico?*

Foram também definidos objetivos específicos, nomeadamente:

1. Investigar e analisar de modelos de planeamento e gestão do turismo, bem como os principais objetivos e metas estabelecidas a nível institucional para o desenvolvimento do turismo nacional e regional;
2. Caracterizar o Ecoturismo enquanto prática de turismo sustentável na região do Alentejo e Ribatejo, tendo por base o levantamento de recursos fundamentais na elaboração dos Programas Regionais de Ecoturismo;

3. Identificar as vantagens e desvantagens competitivas da Região Alentejo e Ribatejo enquanto destino turístico;
4. Compreender como funcionam modelos internacionais de certificação e introdução de boas práticas para a gestão da qualidade e sustentabilidade nos destinos turísticos;

4.1.1 Abordagem metodológica: Caso de Estudo

Existem diferentes ideias sobre a operacionalização da metodologia para o Caso de Estudo (Amaral, 2020). Segundo Eisenhardt (1989), um Caso de Estudo é uma ferramenta de investigação utilizada como estratégia de pesquisa que se foca em compreender uma determinada dinâmica dentro de contextos específicos e que pode ser usado para descrever determinados fenómenos. Para Johansson (2007), esta metodologia faz-se acompanhar obrigatoriamente por um objeto de estudo que deverá ter algumas características singulares, nomeadamente: (I) deve ser uma unidade de estudo complexa, assumindo características contemporâneas e (II) deve ser investigado no seu contexto natural, sem qualquer manipulação de informação.

O método de Caso de Estudo não é apenas uma forma de investigação qualitativa, embora possa ser reconhecido como um conjunto de opções de investigação qualitativa ao utilizar evidências quantitativas e qualitativas. Contudo nem sempre precisa de incluir provas observacionais diretas e detalhadas (Yin, 2009).

Segundo Pedron (2008), o Caso de Estudo, enquanto estratégia de investigação, pode ser usado em diversos campos, nomeadamente em:

- Ciência política e investigação de gestão pública;
- Psicologia e sociologia;
- Organizações e estudos de gestão;
- Investigações sobre planeamento regional, como estudos de planos ou agências públicas;

Uma das principais características desta metodologia prende-se com a possibilidade de combinar diferentes métodos de investigação com o propósito de alcançar diferentes resultados sobre o mesmo assunto (Johansson, 2007). Segundo Benbasat et al. (1987) esta metodologia tem ainda outras características, por norma é apenas analisado um ou poucos elementos de um determinado objeto de estudo, a informação não é controlada ou manipulada pelo investigador,

foca-se temáticas contemporâneas e os resultados estão altamente dependentes da capacidade de integração do investigador.

Na escolha de um Caso de Estudo deve-se ter em atenção alguns fatores, nomeadamente o acesso a dados, a possibilidade de realizar entrevistas relevantes para o estudo, o acesso a documentos estratégicos e a possibilidade de fazer observações (Yin, 2009). O mesmo autor considera como principal desafio à implementação desta metodologia, a existência de uma enorme variedade de fontes relevantes para qual os investigadores devem estar treinados, algumas dessas fontes incluem:

- Entrevistas com *stakeholders* relevantes;
- Registos da empresa (incluindo informações estatísticas locais);
- Documentos estratégicos;
- Observações no local;

Merriam (1998) refere que o método Caso de Estudo não reivindica métodos concretos de recolha de dados pois é uma metodologia que procura centrar-se sobretudo na descrição e explicação de uma determinada unidade de estudo. A adoção desta metodologia prende-se com a verificação de dados de diferentes fontes, confirmando se os mesmos convergem num conjunto de factos semelhantes entre si (Jick, 1979).

O Caso de Estudo pode assumir várias formas, consoante o objetivo da investigação. Importa referir as três como sendo as mais usuais: (I) Caso de Estudo Descritivo – procura descrever fenómenos dentro de um determinado contexto; (II) Caso de Estudo Exploratório – procura tratar problemas pouco conhecidos e definir hipóteses ou proposições para futuras investigações; e (III) Caso de Estudo Explanatório – procura explicar relações de causa e efeito a partir de um determinado objeto de estudo (Yin, 1993). Embora as diferenças entre as três tipologias estejam claramente definidas, pode existir uma sobreposição entre as mesmas.

Alguns autores como Zikmund (1997) afirmam que o método Caso de Estudo apenas pode ser utilizado para fins “exploratórios”. Contudo, este não é o único propósito possível. Autores como Yin (2009, p.399) afirmam que “os estudos de caso estão longe de ser apenas uma estratégia exploratória”, podendo constituir-se como base para projetos de investigação substantivos.

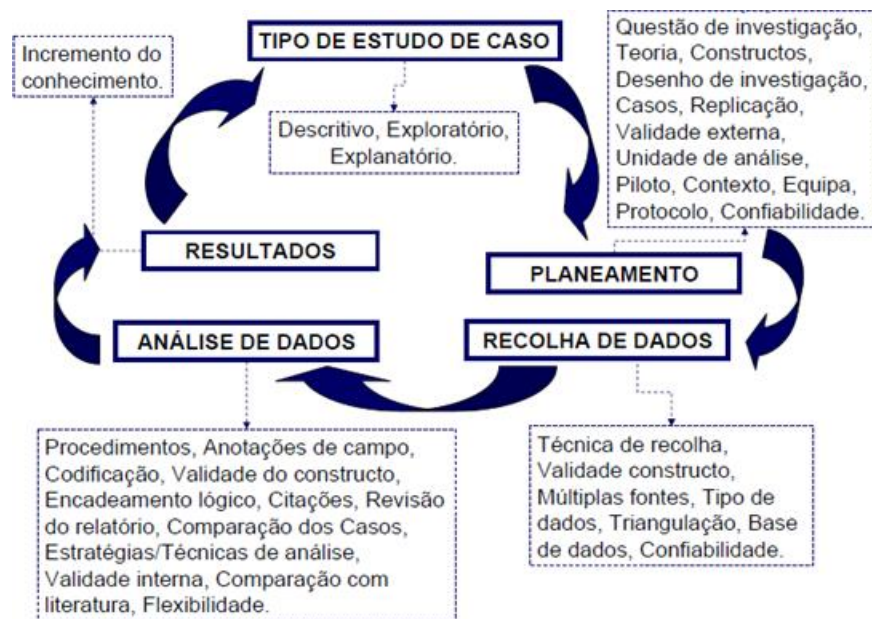


Figura 17: Framework para análise do Caso de Estudo

Fonte: Oliveira (2006)

O Caso de Estudo pode utilizar uma estrutura linear-analítica que pode ser *comparativa*, *cronológica* ou com uma *estrutura não sequenciada*. Caso se opte pela estrutura não sequenciada o investigador deve garantir que todos os tópicos são abordados (Brown, 2008).

A seleção do “Caso” tem importância fundamental para que possa ser implementada a metodologia Caso de Estudo. Existem quatro tipos de seleção de casos que podem ser considerados: (I) Intencionais; (II) Ilustrativo; (III) Típico/Atípico; (IV) Pragmático/Oportunista (Veal, 2018). A seleção do “Caso” deverá ser apresentada e articulada no relatório, bem como as implicações da seleção do mesmo.

A utilização de um Caso de Estudo requer a utilização de uma grande diversidade de dados, incluindo o uso de evidências documentais, análise de dados secundários, pesquisas por questionário e observação ativa (Veal, 2018). Os métodos de recolha de dados e as questões de investigação devem estar sempre interligados.

Um Caso de Estudo assume uma abordagem flexível que pode ser conduzida de maneira dedutiva ou indutiva, dependendo do contexto e dos objetivos da pesquisa. Em projetos de investigação formalizados, onde tenham sido enunciadas questões fixas, o processo de análise tenderá a ser de natureza dedutiva, uma vez que a análise dos dados será projetada para responder às questões afixadas nos objetivos da investigação (Veal, 2018).

Para a concretização dos objetivos a que esta investigação se propõe realizou-se uma abordagem focada na pesquisa que inclui dados primários e secundários. O Caso de Estudo foi a metodologia aplicada nesta investigação. De natureza qualitativa e descritiva assume uma estrutura linear-analítica cronológica. O objeto de estudo denomina-se de PREST do Alentejo e Ribatejo, onde se procuram analisar as iniciativas propostas no Plano de Ação para a Sustentabilidade 23-30 para a Região do Alentejo e Ribatejo. A seleção deste Caso de Estudo prende-se por razões pragmáticas e intencionais, profissionais e pessoais, dada a oportunidade de acesso ao projeto por meio da empresa *Biosphere Portugal*.

Em termos profissionais, com base na literatura mais recente, verifica-se uma preocupação global em implementar medidas de sustentabilidade através de práticas que permitam o processo de desenvolvimento controlado e responsável dos destinos, tendo por base uma gestão racional dos recursos. A escolha deste caso de estudo permite refletir sobre a viabilidade e impacto de algumas medidas de boas práticas adotadas na Região do Alentejo e Ribatejo que podem ser usadas como *benchmarking* por outros destinos turísticos que procuram ter uma gestão integrada do turismo alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e outras diretrizes internacionais de sustentabilidade.

Em relação aos motivos pessoais, além da afinidade com a região do Alentejo e Ribatejo, a escolha deste documento estratégico como caso de estudo também se deve à minha participação próxima na sua criação e desenvolvimento.

4.2 A Entidade de acolhimento - *Biosphere Portugal*

A *Biosphere Portugal* é uma marca fundada pelo *Responsible Tourism Institute* (RTI), uma organização não governamental que se dedica à gestão e certificação em sustentabilidade de destinos - empresas que contribuam para a cadeia de valor do setor do turismo, através da prestação de serviços de consultoria e assessoria a várias entidades de carácter público e privado. Todos os destinos ou empresas certificadas pela *Biosphere Portugal* têm como compromisso, o cumprimento de um referencial interno, criado pelo RTI, na ótica de fortalecer e trabalhar na resolução de problemas socioeconómicos, culturais e ambientais no âmbito da atividade turística.

A organização internacional RTI nasce após uma Conferência Mundial para o Turismo Sustentável realizada em abril de 1995. Esta organização surgiu com o apoio da *United Nations*

Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), através de um *Memorando de Entendimento*, entre duas instituições que permite a promoção do turismo sustentável através da marca *Biosphere* (BCTD, 2021). O RTI é representado atualmente pela marca *Biosphere* em Portugal e mais 8 países (Argentina, Bolívia, China, Espanha, Índia, México, Porto Rico e República Dominicana) (BCTD, 2023).

O RTI tem como principal objetivo promover ações e programas de desenvolvimento sustentável em destinos e empresas turísticas. Ao longo dos últimos 20 anos tem desenvolvido várias atividades, projetos e eventos de cooperação com o apoio da UNESCO. É também membro fundador do Concelho Global de Turismo Sustentável (GSTC).

Pioneira no setor do turismo, a marca *Biosphere* criou o primeiro Sistema de Certificação de Sustentabilidade alinhado com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Um sistema capaz de incorporar, reconhecer e valorizar os esforços sustentáveis de um destino no mundo e o primeiro a desenvolver um processo de certificação online (BCTD, 2023).

4.3 Certificação *Biosphere Responsible Tourism* (BRT)

A certificação BRT consiste num sistema de certificação, independente, baseado nos princípios de sustentabilidade de melhoria contínua, através do cumprimento de um conjunto de requisitos, catalogado num referencial. A certificação BRT baseia-se na tripla rentabilidade (economia, sociedade e ambiente), garantido o cumprimento destes três indicadores, tendo em conta as necessidades atuais das populações, dos turistas e das regiões, resultando em benefícios significativos para a entidade, sociedade e meio ambiente protegendo e melhorando as perspetivas futuras (BCTD, 2023).

As Certificações de Sustentabilidade, executadas pela marca *Biosphere*, abrangem uma larga escala de serviços presentes na cadeia de valor do turismo. No entanto, cada certificação tem de responder a parâmetros específicos com base no modelo de negócio a certificar. Na Tabela 8 podem observar-se os modelos de negócios que podem ser certificados pela marca *Biosphere*.

A *Biosphere* tem ao dispor uma plataforma on-line que serve de ponto de encontro de todos os destinos e empresas certificadas, onde são partilhadas estratégias e experiências, histórias de sucesso e boas práticas, que servem de guia e inspiração para outros destinos e empresas.

Tabela 8: Tipos de Certificações de Sustentabilidade – *Biosphere*

Certificações BIOSPHERE	Alojamento	Hotéis e Aparthotéis
		Parques de Campismo
		Alojamento Local
		Alojamento Rural
		Hostlels
	Centros Turísticos	Museus
		Centros de Interpretação
	Turismo Ativo	Turismo de Desporto
		Turismo de Natureza
	Desporto e Bem-estar	Spas
		Marinas
		Estâncias de Esqui
		Campos de Golfe
	Parques de Diversão	Parques Temáticos e de Diversão
		Oceanários e Parques Zoológicos
	Eventos	Centros de convenções
		Festivais e congressos
	Transporte	Rentalcars
		Mobilidade
	Restauração	Bares e Cafetarias
Restaurantes		
Outros Serviços	Operadores turísticos	
	Agências de Viagem	
	Postos de turismo	

Fonte: Elaboração própria, com base no site Biophere Responsible Tourism (2023)

A certificação tem por base um Referencial Internacional criado pelo RTI, este é o meio pelo qual são realizadas, avaliadas e auditadas todas as certificações feitas pela marca *Biosphere* Portugal. A metodologia adotada pela *Biosphere* para destinos tem por base a criação de uma bateria de indicadores, atividades e ações diretamente ligadas a cada um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Esta metodologia permite medir e avaliar o contributo do território e do seu modelo turístico em prol da sustentabilidade, permitindo aos gestores de destinos compilar uma base de dados das suas iniciativas, estratégias e resultados em todas as questões relacionadas com a sustentabilidade do destino (BCTD, 2023)

Segundo Serra (2019) existe uma necessidade efetiva de intervenção pública e coordenação privada como forma de melhorar a competitividade e sustentabilidade nos destinos. Atualmente existem no mercado algumas empresas de certificação de destinos, geralmente focadas na sustentabilidade ambiental, (*Green Key /Green Destinations*). Já a Certificação *Biosphere* distingue-se ao focar-se na tripla rentabilidade, como mencionado anteriormente, que acarreta uma série de benefícios para os destinos, desde o i) suporte à criação de emprego; ii) melhor posicionamento de mercado; iii) maior visibilidade do destino passando a integrar a rede da comunidade de destinos da *Biosphere*; iv) aumento dos benefícios sociais, culturais e económicos

para as comunidades; v) promoção do comércio e economia local através da criação e venda de experiências *Biosphere*, entre outros (BCTD, 2023)

De acordo com o site (BCTD, 2021) qualquer tipo de destino turístico pode tornar-se num destino certificado pela *Biosphere* independentemente da sua capacidade normativa, da sua categoria, e do seu nível de desenvolvimento ou maturidade turística. Em todos os casos é feito um trabalho de acompanhamento para estabelecer os objetivos, recursos e monitorar tarefas para a melhoria continua.

4.4 Análise de tarefas desempenhadas durante o estágio curricular

O presente Relatório surge no seguimento da realização de um Estágio Curricular de mestrado na entidade *Biosphere* Portugal, no período compreendido entre 20 de setembro de 2022 e 20 de janeiro de 2023, com uma duração de 4 meses consecutivos, correspondendo a um total de 672 horas.

Movido pelo interesse eminente na área de gestão e planeamento estratégico de destinos e empresas turísticas, o meu foco incidiu sempre sobre opções que, de alguma forma, me permitissem alargar horizontes neste campo. Estagiar na *Biosphere* Portugal resultou de uma pesquisa intensiva sobre quais os ideais e objetivos da empresa e de que forma se traduzem num impacto positivo na cadeia de valor do turismo, bem como no meu lançamento para o mercado de trabalho.

No âmbito do estágio curricular de mestrado, desempenhei várias tarefas ao nível de assessoria no planeamento e gestão de projetos relacionados com a certificação de destinos turísticos. Algumas das tarefas prenderam-se com: i) a realização de *benchmarkings* sobre novas tendências emergentes no setor do turismo em destinos sustentáveis; ii) a realização de levantamentos de boas práticas de sustentabilidade para o desenvolvimento do Ecoturismo em destinos turísticos, Interpretação e Análise do Referencial para a Certificação *Biosphere* para Destinos turísticos; iii) a realização de trabalho *backoffice* no site de gestão interna na plataforma *Biosphere* sustainable lifestyle; iv) a participação no desenvolvimento e elaboração do programa PREST (Programa Regional de Ecoturismo e Sustentabilidade no Turismo da Região do Alentejo e Ribatejo), entre outras.

4.4.1 Realização de um *benchmarking* sobre novas tendências emergentes no setor do turismo aplicados a destinos sustentáveis internacionais

Numa primeira fase foi-me pedido a elaboração de um trabalho de pesquisa sobre boas práticas de sustentabilidade aplicadas em destinos turísticos internacionais. A realização deste trabalho teve como principal objetivo introduzir conceitos inerentes à sustentabilidade e explorar novos casos práticos de materialização.

Com base na análise exaustiva de websites e artigos científicos, fui constatando inúmeras tendências sustentáveis emergentes do setor do turismo que importa referir: (1) *Nature-based-travel*, uma modalidade que permite gerar recursos que contribuam para a conservação e desenvolvimento económico local com base na apreciação do património natural; (2) *Climate-aware-travel*, sendo o Ecoturismo uma atividade que vai naturalmente ao encontro deste mindset; (3) “*Green Movement*”, um termo cada vez mais usual para se referir a atividades que tentem reduzir ao máximo os impactos negativos (4) *Transformative Travel*, consistindo numa modalidade de viagem que incentiva transformações duradouras na vida quotidiana. Os turistas que procuram este produto sentem uma profunda necessidade de se conectar com o meio envolvente. Alguns exemplos desta modalidade podem ser as viagens comunitárias, os retiros, entre outros. Dentro do *Transformative Travel* destacam-se dois modelos de viagem que também têm vindo a fruir de maior visibilidade, nomeadamente (5) *Spartan Holidays*, cada vez mais popular, que consiste em viagens cujo objetivo principal é libertar-se da tecnologia digital, apreciando as comunidades locais, experienciando o minimalismo, na ótica de escapar à rotina quotidiana; (6) *Slow Tourism* que é também considerado um tipo de *Transformative Travel*, sendo tendência cada vez maior. Este modelo pressupõe que os visitantes tenham interesse em conhecer locais remotos onde possam integrar-se na cultura/tradições e estilos de vida, de uma forma lenta. Não é apenas o destino que faz parte da experiência, mas todo o percurso, incluindo a viagem até chegar ao destino, privilegiando-se o uso de transportes mais morosos. O (7) *Rural Tourism Development* também se tem mostrado como fonte de desenvolvimento socioeconómico de locais remotos e áreas protegidas, tendo tido o seu maior crescimento em 2020, de acordo com a OMT. Outra tendência de consumo observada durante o estudo foi o crescimento do (8) *Astrotourism* que surge após os anos 2000 e engloba produtos turísticos tais como observatórios, tours interestelares, experiências astronómicas, entre outros. Com o aumento da poluição luminosa, estima-se que cerca de 80% da superfície terrestre do planeta sofra com este tipo de poluição. Para que estas atividades turísticas possam persistir é necessário a adoção de políticas de iluminação responsáveis em parques naturais que permitam a contemplação deste atrativo. Por fim, e não

menos importante, valorizar a importância dos (9) *Social Media & Instagrammability* que são consideradas ferramentas de extrema importância e de uso abundante pelas DMO, uma vez que a promoção eficaz dos destinos funciona como um excelente motor de inspiração para o consumidor final. Estas foram algumas das tendências observadas, concomitantes com o aumento da consciencialização dos impactos negativos que atividade turística sobre os destinos, por meio dos *media*, assim como com a mudança nos padrões de consumo, por parte dos turistas, contribuindo para solidificar e expandir algumas destas tendências, resultando em benefícios socioeconómicos e ambientais que ultrapassam largamente tipologias de turismo convencionais.

4.4.2 Realização de levantamentos de boas práticas de sustentabilidade aplicadas em empresas e operadores turísticos para a proliferação do ecoturismo

Esta tarefa teve como objetivo capacitar-me sobre vários tipos de boas práticas e como estas podem ser implementadas em empresas da atividade turística. Este trabalho de pesquisa tornou-se especialmente relevante para a aquisição de conhecimentos para a minha futura intervenção no desenvolvimento do PREST do Alentejo e Ribatejo. O Ecoturismo, como referido anteriormente, é uma tipologia de turismo sustentável baseado na preservação dos recursos, focando-se principalmente na experiência e aprendizagem sobre a natureza, sendo uma atividade eticamente orientada para o consumo local, conservação e preservação das áreas envolventes. Para que se consiga desenvolver um produto/destino de ecoturismo com sucesso é fundamental envolver uma rede de *stakeholders*, sendo a certificação também um critério relevante para que o destino ou produto ganhe maior visibilidade. Em destinos menos conhecidos, a criação de parcerias com empresas e associações pode, também, ajudar a dar mais visibilidade ao destino. A gestão eficaz da concentração de fluxos de visitantes com produtos turísticos planeados e rotas determinadas que enfatizem o planeamento, a proteção de áreas centrais, beneficiando esforços de conservação e, por fim, o acompanhamento das tendências relacionadas com o ecoturismo terá um papel importante na manutenção da relevância dos produtos turísticos.

Seguem-se alguns exemplos de boas-práticas para empresas e operadores turístico tendo por base o artigo *Compendium of Best Practices in Sustainable Tourism* (FenWei, 2014).

Exemplos de boas-práticas de sustentabilidade para empresas de alojamento:

- Criação e gestão de energia a partir de painéis fotovoltaicos;
- Utilização de iluminação LED em áreas comuns

- Aquisição de equipamentos elétricos com consumo eficiente (classe energética A+);
- Instalação de areadores nas torneiras e chuveiros das instalações;
- Aquecimento central feito a partir da combustão de pelets *jift* (carvão feito a partir de caroços de azeitona);
- Transformação de resíduos biodegradáveis em adubo orgânico, utilizando instalações de compostagem;
- Contratação exclusiva de membros da comunidade local;
- Apoio à economia local através da comercialização de produtos produzidos localmente.

Exemplos de boas-práticas de sustentabilidade para Operadores Turísticos:

- Criação de programas para educação ambiental para comunidades locais e visitantes;
- Capacitação da população local nas vertentes de restauro e proteção do património e biodiversidade local;
- Estabelecimento de perímetros de proibição de pesca, de forma a prevenir a degradação da biodiversidade marinha;
- Empoderamento das comunidades locais a partir de ferramentas de capacitação básica e assistência sanitária, como, por exemplo, cursos de inglês, cursos de primeiros socorros, planos de vacinação e planeamento familiar;
- Estabelecimento de um plano de gestão nas áreas de conservação para a orientação de esforços, garantindo a perpetuação de práticas de turismo sustentável na área;
- Organização de visitas guiadas locais para conhecer a cultura e as tradições locais;
- Capacitação de colaboradores para um *mindset* “*Leave no trace*” que contribuía para a minimização dos impactos da atividade turística;

4.4.3 Análise e implementação do referencial para a certificação de destinos – *Biosphere Destination*

Qualquer processo de certificação da *Biosphere* Portugal é baseado no acompanhamento dos destinos turísticos por meio de ações de sensibilização e capacitação, através de uma rede de consultores especializados na área da sustentabilidade aplicada ao turismo. Esta metodologia usada no processo de certificação de qualquer destino visa garantir a implantação de modelos de gestão eficazes, traçando objetivos, definindo recursos e monitorizando tarefas para a melhoria contínua garantindo às comunidades locais e aos turistas um compromisso efetivo com a

sustentabilidade. Neste sentido o Referencial de Certificação de Destinos *Biosphere*, organiza-se de acordo com três grandes áreas:

- (I) Governança e Economia;
- (II) Sociedade e Cultura;
- (III) Ambiente e Alterações Climáticas;

A primeira área (I) Governança e Economia compreende um total de 17 critérios que visam avaliar parâmetros relacionados com o crescimento económico, avaliando critérios como transparência na gestão empresarial e governamental dos destinos, a criação e promoção do trabalho digno, o combate à precariedade, o estímulo à inovação e desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis, a promoção do bem-estar social e obtenção de parcerias para atingir objetivos. A área Economia e Governança engloba 5 ODS no total (2, 8, 9, 10 e 17).

A segunda área (II) Sociedade e Cultura compreende um total de 20 critérios que avaliam parâmetros relacionados com o respeito pelas comunidades locais. Através da partilha da cultura e história de forma conscienciosa, procura-se avaliar um conjunto de objetivos que se prendem com a saúde e bem-estar das comunidades, a educação de qualidade, a igualdade de género, bem como a paz e justiça social. A área sociedade e cultura engloba 6 ODS no total (1, 3, 4, 5, 11 e 16).

Por fim a terceira área (III) Ambiente e Alterações Climáticas compreende um total de 24 critérios, considerando a mitigação das alterações climáticas um pilar fundamental para o desenvolvimento do turismo. Nesta dimensão são avaliadas ações e atividades relacionadas com o controle de emissões, o acesso a água potável, a produção e consumo de energia renovável, o consumo responsável na produção de serviços e a gestão de resíduos. A área engloba 6 ODS (6, 7, 12, 13, 14 e 15). No total, o Referencial é composto por 61 critérios específicos de análise e avaliação, como se pode verificar na Figura 18.

A compreensão do referencial de Certificação de Destinos *Biosphere*, assim como as restantes tarefas descritas anteriormente foram fundamentais para compreender a escala e dimensão dos projetos de certificação, nomeadamente no caso dos destinos turísticos. Esta tarefa de análise teve um papel preponderante enquanto objeto enquadrador para execução do PREST-Alentejo e Ribatejo.



Figura 18: Organização do Referencial de Certificação *Biosphere Destination*.

Fonte: PREST (2023)

4.4.4 Elaboração de questionários e tratamento de dados - PREST - Programa Regional para o Ecoturismo e Sustentabilidade no Turismo Alentejo e Ribatejo

No âmbito da criação do PREST do Alentejo e Ribatejo, foi-me atribuída a tarefa de criar inquéritos com o objetivo de proceder a um levantamento e análise geral de vários elementos essenciais para as posteriores fases do projeto.

O inquérito foi criado através da plataforma on-line *Google Forms* e tiveram como destinatários as 5 Comunidades Intermunicipais do Alentejo (CIMAA – Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo; CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central; CIMBAL – Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo; CIMAL – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral e CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo), bem como todos os municípios pertencentes a cada uma das sub-regiões. O modelo de inquérito usado consta em anexo.

A criação do inquérito teve como objetivo principal proceder ao levantamento exaustivo de boas-práticas de sustentabilidade na gestão do Destino Turístico, considerando a Lei n.º

86/2019, de 3 de setembro. Para a execução e desenvolvimento do Programa foi primeiramente verificada a existência de um conjunto de requisitos de sustentabilidade, tais como:

- Métodos de Preservação de paisagens características;
- Métodos de Conservação da biodiversidade e ecossistemas naturais;
- Integração e promoção de medidas que promovam a proximidade a cultura e as comunidades locais;
- Articulação com outros setores de atividade económica sustentável;
- Medidas que promovam a eficiências no consumo de recursos hídricos e energéticos e gestão da produção de resíduos sólidos.

O inquérito é constituído por um total de 16 perguntas, alinhadas com os pré-requisitos para a criação dos programas Regionais de Ecoturismo, de acordo com a Lei n.º 86/2019, de 3 de setembro. O processo de recolha de informação teve uma duração de 3 meses. Durante este tempo obteve-se uma taxa de resposta superior a 40% para toda a Região, de onde se destaca a CIMBAL - Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo e CIMAA - Comunidade Intermunicipal Alto Alentejo, com taxas de resposta de 85% e 53% respetivamente.

Com base na análise da informação fornecida pelos vários municípios e Comunidades intermunicipais da Região, verificou-se adicionalmente a necessidade de consultar vários documentos estratégicos nomeadamente as Grandes Opções do Plano e Orçamento de cada uma das 5 CIM, tendo sido apenas consideradas as edições de 2020 e 2021. Este estudo exaustivo permitiu-me adquirir um vasto conhecimento sobre quais os programas em vigor, bem como a dimensão e o impacto da sua implementação. Esta tarefa ajudou-me a compreender de forma real como traduzir a sustentabilidade económica, social e ambiental em programas, projetos e iniciativas com influência positiva na cadeia de valor do turismo.

Capítulo V – Caso de Estudo: PREST – Programa Regional de Ecoturismo e Sustentabilidade no Turismo - Região do Alentejo e Ribatejo

5.1 Introdução e objetivos do programa

O objeto de estudo desta investigação é o Programa Regional para o Ecoturismo e Sustentabilidade no Turismo da Alentejo e Ribatejo (PREST), um projeto com fins públicos de planeamento regional do território, elaborado pela Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, com o apoio da *Biosphere* Portugal. Este tem como principal objetivo respeitar, promover e desenvolver o turismo sustentável e ecoturismo na região do Alentejo e Ribatejo, de acordo com o Decreto de Lei n.º 86/2019, de 3 de setembro, publicado em Diário da República.

O Programa apresentar-se enquanto estratégia para a implementação de melhores práticas de sustentabilidade na gestão do destino turístico, encontrando-se alinhado com as grandes orientações emanadas por entidades como a ONU, OMT e o GSTC. Materializa iniciativas e programas orientados de acordo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, bem como a visão e metas previamente estabelecidas por outros documentos estratégicos a nível regional e nacional, tais como a ET2027, o Plano de Turismo + Sustentável (20-23), a Estratégia Regional de Desenvolvimento Turístico do Alentejo e Ribatejo (2021-2027), entre outros.

5.1.1 Etapas e principais atividades

O Programa Regional para o Ecoturismo e Sustentabilidade do Alentejo e Ribatejo (PREST) é um projeto que se realizou em 3 Etapas.

Na **1ª etapa (Set-up)** foi lançado o projeto, o que ocorreu no dia 24 de julho de 2022, em Évora. Foi prEstado o devido esclarecimento sobre os objetivos da criação do projeto a todas as partes interessadas, sendo estabelecido o plano de trabalhos através de várias reuniões entre a equipa da *Biosphere* Portugal e a Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo.

A **2ª etapa (Diagnóstico de Sustentabilidade da Região do Alentejo e Ribatejo)** correspondeu à construção de um diagnóstico, que consistiu na recolha de informação, através de reuniões e complementada com questionários digitais (Google Forms). Esta foi exaustiva e decorreu até ao final de outubro de 2022, tendo, também, sido alvos de estudo diversos documentos estratégicos das 5 CIM do Alentejo e Ribatejo. Esta etapa teve como objetivo principal avaliar o grau de alinhamento das 5 NUT III do Alentejo e Ribatejo com as melhores práticas de

sustentabilidade no turismo, através do mapeamento de projetos, iniciativas ou atividades que se destacassem como casos de referência em matéria de sustentabilidade. Como suporte à construção do Diagnóstico foi usado o Referencial *Internacional Biosphere Destination*. O referencial serviu, igualmente, de base à estruturação da proposta de Plano de Ação Estratégico para o Ecoturismo e Sustentabilidade no Turismo 23-30.

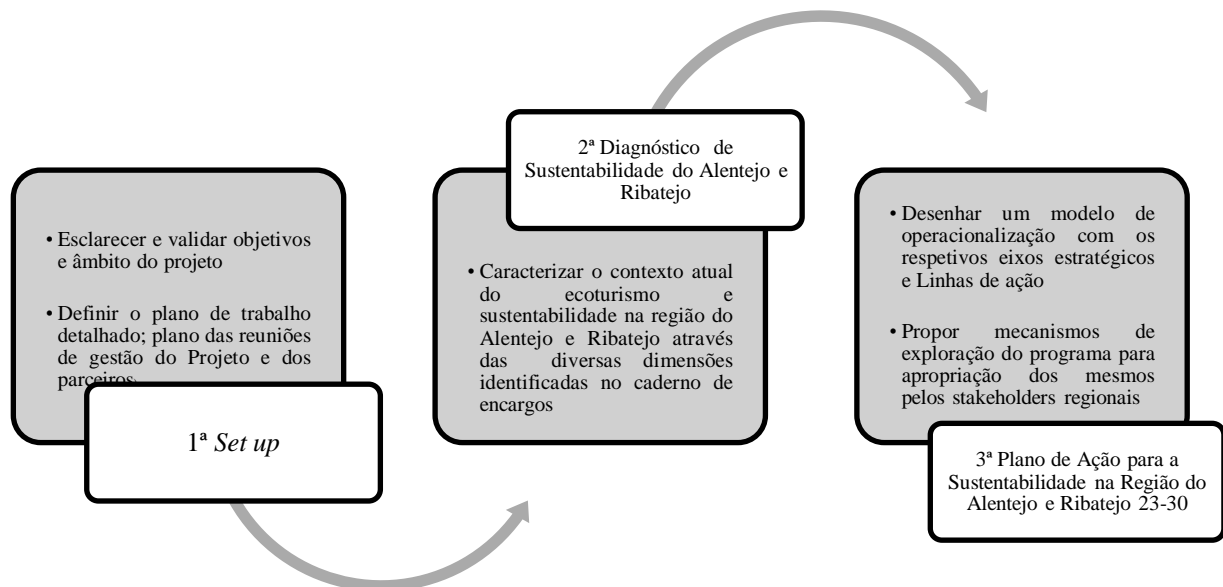


Figura 18: Roadmap para a elaboração do PREST

Fonte: PREST 2023

A **3ª etapa (Plano de Ação para a Sustentabilidade na Região do Alentejo e Ribatejo 23-30)** correspondeu à criação de um modelo de operacionalização com os respetivos *drivers* estratégicos e LAEE's, tendo por base os resultados apreciados no **Diagnóstico de Sustentabilidade**. A equipa da *Biosphere* Portugal contou com a participação ativa da ADENE - Agência para a Energia – que apoiou na identificação de propostas de ação em matéria de eficiência energética, eficiência hídrica, mobilidade sustentável, combate ao desperdício e gestão de resíduos, enquanto especialista nestes domínios.

Na elaboração deste Programa, além da ERT Alentejo e Ribatejo e da *Biosphere* Portugal, estiveram envolvidos vários *stakeholders* por forma a alavancar os objetivos definidos. Algumas das entidades envolvidas foram CCDR-A, a ASTO e as CIM da Região do Alentejo e Ribatejo (Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, Alentejo Litoral e Lezíria do Tejo). A criação do PREST do Alentejo e Ribatejo tem por base 5 critérios, todos alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente:

- A integração de instrumentos e políticas para o turismo responsável;
- A conservação e melhoria do património cultural,
- O desenvolvimento económico e social do destino;
- A satisfação e implicação de visitantes no Sistema de Turismo Responsável;
- A conservação ambiental;

Este programa procura identificar áreas e dimensões que carecem de maior necessidade de investimento e atenção e, ao mesmo tempo, propor iniciativas que permitam satisfazer essas carências, afirmando as marcas Alentejo e Ribatejo pela autenticidade e sustentabilidade que representam, estimulando a integração de agentes públicos e privados na promoção e atratividade do destino, por via do desenvolvimento económico e social das comunidades locais e através da preservação do património material, imaterial e natural, bem com a biodiversidade e natureza envolvente.

5.2 Análise contextual da sustentabilidade na região do Alentejo e Ribatejo

O Diagnóstico de Sustentabilidade da Região do Alentejo e Ribatejo, tendo por base o Referencial Internacional *Biosphere Destination*, permitiu a análise de desempenho de cada uma das 5 NUT III da Região do Alentejo e Ribatejo. A informação utilizada para esta análise foi fornecida pela ERT Alentejo e Ribatejo e pelos membros do grupo de trabalho. Os resultados observados evidenciam vários pontos fortes e pontos a melhorar que importa agora salientar:

Pontos fortes:

- Características naturais/específicas da Região, nomeadamente ao nível da biodiversidade, qualidade e diversidade de atrativos ambientais e patrimoniais que convida ao desenvolvimento de atividades ecoturísticas;
- Crescente estruturação de atividades relacionadas com a observação e interpretação da natureza e do património cultural fora da época alta;
- Existência de iniciativas de cooperação e sinergias institucionais, inter-regionais e transfronteiriças para a criação e o incremento de alianças para a sustentabilidade (nomeadamente com Universidades);
- Existência de número significativo de empresas do setor do turismo com oferta de atividades de ecoturismo;

- Existência de um número significativo de empresas certificadas ou em processo de certificação em matérias de Sustentabilidade;
- Existência de campanhas e iniciativas com fins sociais;
- Inventário de recursos naturais (fauna e flora) com uma avaliação dos seus ativos turísticos e lugares de interesse;
- Existência de Programas de preparação do território para as Alterações Climáticas;
- Consciencialização para a importância da aplicação de práticas de economia circular;

Pontos a melhorar:

- Comunicação do desenvolvimento de estratégia turística sustentável e das metas alcançadas, bem como da divulgação, valorização e promoção do ecoturismo na região, nomeadamente através das suas áreas naturais classificadas e protegidas;
- Programas e dinâmicas que incentivem a uma maior participação dos atores regionais/locais na implementação da estratégia, assim envolvendo das comunidades residentes como forma de reforçar a autenticidade;
- Sensibilização da comunidade e dos turistas relativamente aos valores da sustentabilidade;
- Fomento de uma política de compras sustentáveis, de baixa intensidade carbónica e de base local;
- Orientações para o desenvolvimento de atividades e eventos, com base nos requisitos de sustentabilidade;
- Uso das tecnologias da informação para gerar atividades turísticas responsáveis e modelos de gestão inteligentes de uso dos recursos;
- Implementação de políticas de igualdade e não-disseminação na comunidade local;
- Programas e iniciativas orientadas para a medição, redução e/ou compensação da pegada de carbono no território;
- Mobilidade sustentável no território, incluindo transportes público e sistemas de mobilidade alternativos zero ou de baixas emissões.

5.3 Plano de Ação Estratégico para o Ecoturismo e Sustentabilidade no Turismo 23-30 da Região do Alentejo e Ribatejo

A proposta de Plano de Ação tem como objetivo reforçar a implementação de boas práticas de sustentabilidade na região do Alentejo e Ribatejo, como mencionado anteriormente, reforçando a boa

gestão do destino turístico alinhado com as principais orientações internacionais e nacionais. As medidas apresentadas estão organizadas de acordo com as áreas temáticas, os drivers de ação e linhas de ação estratégicas específicas, que são apresentadas em seguida. Adicionalmente foram criados programas transversais que procuram agrupar vários conjuntos de ações de forma a otimizar o processo de operacionalização e promoção do PREST.



Figura 19: Racional Estratégico PREST do Alentejo e Ribatejo.

Fonte: PREST (2023)

Como se pode observar na Figura 20 o **Plano de Ação Estratégico para o Ecoturismo e Sustentabilidade no Turismo 23-30** está assente num racional estratégico, baseado no *Referencial Internacional Biosphere Destination* e nos seus 61 critérios. A sua estrutura assenta em 3 grandes áreas da sustentabilidade: 1. Área de Governança e Economia; 2. Área de Sociedade e Cultura; e 3. Área do Ambiente e Alterações Climáticas. São propostas, adicionalmente, 2 *drivers* de ação para cada uma das áreas temática, totalizando 6 propostas de *drivers* de ação, que, por sua vez, se encontram estruturados em 14 linhas de ação estratégicas específicas, que sustentam a operacionalização do programa.

5.3.1 Iniciativas implementadas

Com base nos resultados dos Diagnóstico de Sustentabilidade foram apresentadas várias medidas e iniciativas que permitam responder às principais fragilidades observadas no território no âmbito da sustentabilidade e desenvolvimento do ecoturismo.

Neste sentido, como foi referido anteriormente, foram propostas um total de 78 iniciativas, 26 enquadradas na área de governança e economia, 15 na área da sociedade e cultura; 37 na área do ambiente e alterações climáticas.

5.3.1.1 Área de governança e economia

Esta área é composta por um total de **2 drivers** e **6** linhas de ação estratégica específicas. De seguida são apresentadas as iniciativas propostas para esta área de intervenção:

No âmbito do *driver* **Território e Governança** e da LAEE **Planeamento Estratégico e Governança** são apresentadas 5 iniciativas:

1. Ativação de programa de compras responsável, com implementação de cláusulas de aquisição nas compras públicas, orientadas para a redução de impacto ambiental e boas práticas na gestão das pessoas;
2. Dinamização do Selo “Destino Seguro e Sustentável” associado à promoção e valorização dos produtos locais e regionais, às experiências turísticas, incluindo enoturismo, incentivando o seu consumo e aquisição, suportado num manual de requisitos de sustentabilidade para utilização desta marca;
3. Identificação das linhas orientadoras para a promoção responsável dos programas de ecoturismo e sustentabilidade da região;
4. Mapeamento e reavaliação das áreas/recursos com características mais adequadas para o ecoturismo, para proposta de novas estruturas onde exista menor incidência de equipamentos e eco roteiros, avaliação dos impactos ambientais da atividade e medidas de gestão aplicáveis a essas áreas;
5. Implementação de um sistema de definição/gestão da capacidade de carga, integrando um sistema de comunicação e reporte de incidentes, anomalias, alertas e possíveis perigos que atentem contra a saúde e integridade física de residentes e visitante;

No âmbito do *Driver* **Território e Governança** e da LAEE **Parcerias e cooperação com entidades nacionais e internacionais** são apresentadas 2 iniciativas:

1. Criação de rede de fornecimento do canal HoReCa por subterritório, tendo por base as cadeias curtas de comercialização e Km0 – sistema de corredores de fornecimento verde e inclusivo que estimula o consumo local, estreitando a ligação entre produtores e

consumidores, facilitando o processo de venda e o controlo da qualidade associado a produtos do selo "Destino Seguro e Sustentável";

2. Fomento de um centro de recursos de capacitação, por via direta ou de parceria com entidades existentes (escolas, associações locais, entre outras), com programas educacionais e de capacitação regulares sobre turismo e sustentabilidade.

No âmbito do *Driver Território e Governança* e da LAEE **Mobilização para as boas práticas de sustentabilidade** são apresentadas 4 iniciativas:

1. Mapeamento, qualificação e ativação de uma rede de prEstadores de serviços em toda a cadeia de valor turística, que garanta as condições para a visita, deslocações, estada e atividades por parte de pessoas com necessidades específicas;
2. *Promoção de ações de sensibilização no domínio da sustentabilidade ambiental* - ações de sensibilização para as comunidades e empresas do setor para a importância da medição, redução e compensação da pegada de carbono do destino, dirigidas à comunidade local, aos agentes turísticos e aos visitantes;
3. Acomodação de parques de estacionamento, cacifos e estações de carga perto de pontos de interesses turísticos, com especial enfoque no meio urbano;
4. Criação de modelo de valorização e certificação de paisagens alimentares sustentáveis;

No âmbito do *Driver Território e Governança* e da LAEE **Infraestruturas físicas e tecnológicas** são apresentadas 8 iniciativas:

1. Desenvolvimento de passaporte digital, para cálculo da pegada ambiental, social e cultural gerada pelo visitante, dando sugestões de melhoria e/ou sugestões de ações de compensação;
2. Instalação de estações de carregamento para viaturas elétricas nas unidades hoteleiras (lentos/rápidos) e nos centros urbanos (rápidos);
3. *Promoção de ações de sensibilização no domínio da sustentabilidade ambiental* – sensibilização para implementação de sistemas de produção de energia renovável nas unidades hoteleiras do território;
4. Implementação de manual para a definição de critérios e requisitos a considerar na inclusão dos equipamentos, infraestruturas e produtos no selo "Destino Seguro e Sustentável";
5. Instalação de sistemas de monitorização e contagem de utilizadores nas infraestruturas e equipamentos turísticos;

6. Implementação de sistema de sinalética na rede de trilhos e percursos, alertando para a fragilidade dos ecossistemas, com incentivo para a adoção de boas práticas e reporte de situações anómalas detetadas;
7. Programa de aceleração da transição digital do Destino Alentejo dirigido a operadores privados, assim como assegurar a conectividade digital em espaços de especial procura turística;
8. Criação de grupo de trabalho para identificação de mecanismos para financiamento sustentável de projetos na área do desenvolvimento sustentável, em todas as suas dimensões, que possa mapear e mobilizar fundos para sustentar o desenvolvimento do (eco)turismo e abrir novos canais de acesso a fontes de financiamento.

No âmbito do *Driver* **Economia Regional e Local** e da LAEE **Políticas de Emprego e Igualdade** são apresentadas 3 iniciativas:

1. Mapeamento das artes regionais com potencial e desenvolvimento de programas/cursos de capacitação de habilidades relevantes, disponíveis localmente e alinhados com o Programa Saber Fazer;
2. Promoção do programa Embaixadores de Sustentabilidade nas empresas do setor do turismo, organismos públicos com competências na área do turismo e ONG's da Região;
3. Desenvolvimento e implementação de programas de voluntariado à escala nacional e internacional, que apoiem a conservação da biodiversidade, preservação cultural, sistemas sustentáveis de uso da terra e desenvolvimento do ecoturismo.

No âmbito do *Driver* **Economia Regional e Local** e da LAEE **Promoção da economia local e incentivo à contratação de proximidade** são apresentadas 4 iniciativas:

1. Estruturação da oferta turística regional, para criação de experiências autênticas e genuínas, envolvendo a contratação de serviços complementares em proximidade, de acordo com as orientações do manual do selo “Destino Seguro e Sustentável”;
2. Criação de programa de Empreendedorismo para a Sustentabilidade, que promova e facilite entre outras, o desenvolvimento de ofertas de ecoturismo a nível local;
3. Promoção do roteiro regional para a sustentabilidade orientado para os diversos elementos da cadeia de valor do turismo (alojamento, restauração, animação turística e transportes);

4. Implementação de guias e roteiros de sustentabilidade para a realização de feiras, mercados e outros eventos locais;

5.3.1.2 Área de sociedade e cultura

Para a Área Sociedade e Cultura estão previstas 15 medidas/iniciativas. Esta área é composta por um total de **2** drivers e **3** linhas de ação estratégica específicas. De seguida são apresentadas as iniciativas propostas para esta área de intervenção:

No âmbito do *Driver* **Pessoas e Comunidades** e da LAEE **Acessibilidade e Inclusão Social** são apresentadas 7 iniciativas:

1. Melhoria da acessibilidade da informação sobre transportes inter-regionais, com criação de ferramentas de informação (físicas e virtuais) a disponibilizar em sítios de conveniência para o turista, durante a sua estadia ou planeamento da viagem;
2. Criação de uma distinção para as empresas do setor turísticos, que promovam a integração laboral de pessoas em risco de exclusão social;
3. Melhorar a coordenação, participação e sinergias entre os agentes envolvidos na dinamização do ecoturismo na região, prioritariamente no âmbito das áreas protegidas, através da organização do Fórum/Network de Profissionais do Ecoturismo, Natureza e Sustentabilidade do Alentejo e Ribatejo;
4. *Realização de ações de sensibilização no domínio da Sustentabilidade Social* - consciencialização para temáticas relativas a direitos humanos, discriminação e assédio no setor do turismo;
5. Criação de programa piloto de atração de pessoas e talentos;
6. Criação de programa *Sustainable Lifestyle* com envolvimento e participação de diversos *stakeholders* (organismos públicos, setor privado, associações empresariais, ONGs, escolas e academia, agências para o desenvolvimento e promoção, representantes de grupos minoritários como mulheres, jovens e sénior);
7. Criação de um programa de igualdade de género e oportunidades no setor do turismo.

No âmbito do *Driver* **Pessoas e Comunidades** e da LAEE **Saúde e Segurança** são apresentadas 2 iniciativas:

1. *Monitorização do sistema de sustentabilidade do Destino* – monitorização de crimes e riscos à saúde que atendam às necessidades da comunidade local e visitantes;

2. Expansão das boas práticas do projeto Transforma [CIM AC], para o setor do Turismo, estabelecendo uma parceria com o setor da saúde para avaliação da possibilidade da prescrição de atividades turísticas como auxílio no tratamento de algumas patologias.

No âmbito do *Driver Cultura e Património* e da LAEE **Preservação e valorização dos recursos culturais (materiais e imateriais)** são apresentadas 6 iniciativas:

1. *Monitorização do sistema de sustentabilidade do Destino* – avaliação da satisfação, junto da população local e dos visitantes sobre a perceção face à preservação e valorização dos recursos naturais;
2. Realização de programas de empoderamento e capacitação dos produtores locais (ex. produtores agrícolas e artesãos) para participarem de forma ativa na cadeia de valor do turismo;
3. *Monitorização do sistema de sustentabilidade do Destino* – monitorização das necessidades de investimento dos bens e equipamentos turísticos;
4. Criação do Programa “Santuários Gastronómicos do Alentejo”;
5. Dinamização de programa piloto de aldeias criativas e sustentáveis, que promovam a identidade, usos e costumes do espaço rural e as tornem mais atrativas para viver e visitar;
6. Disponibilização de diretrizes regionais para a fruição do ecoturismo, para visitantes, assim como programas de interpretação e educação para o segmento das famílias;

5.3.1.3 Área de ambiente e alterações climáticas

Por fim, na área de Ambiente e Alterações Climáticas estão previstas 37 medidas/iniciativas. Esta área é composta por um total de 2 drivers e 5 linhas de ação estratégica específicas. De seguida são apresentadas as iniciativas propostas para esta área de intervenção.

No âmbito do *Driver Recursos Naturais* e da LAEE **Sensibilização para boas práticas de gestão de água** são apresentadas 11 iniciativas:

1. Implementação de contadores inteligentes em todos os empreendimentos turísticos e alojamentos locais para monitorização detalhada dos consumos de água;
2. Implementação de contadores parciais de consumo para monitorização de consumos para rega e piscinas;
3. Adoção do AQUA+ Hotéis como referencial de eficiência hídrica dos edifícios da região;

4. *Monitorização do sistema de sustentabilidade do Destino* – monitorização dos consumos médios anuais do setor do turismo e acompanhamento anual de um indicador de resultados;
5. Promoção da utilização de água residual tratada para fins não potáveis (como rega dos espaços verdes dos municípios);
6. Adoção, em sede de regulamentos municipais, de licenciamento e/ou noutros instrumentos aplicáveis a cada município, de requisitos que orientem os projetos de nova construção e de reabilitação de edifícios e infraestruturas para a introdução de medidas e soluções promotoras de eficiência hídrica nos imóveis;
7. *Promoção de ações de sensibilização no domínio da sustentabilidade ambiental* - realização de ações de sensibilização para o aproveitamento de águas de origens alternativas (pluviais e/ou cinzentas);
8. Realização de ações de capacitação para os técnicos da região no âmbito da eficiência de recursos no âmbito do Rota da Energia, MOVE+, CLASSE+ e Economia Circular;
9. *Promoção de ações de sensibilização no domínio da sustentabilidade ambiental* - realização de ações de sensibilização para o consumo e desperdício de água, dirigidas à comunidade local, aos agentes turísticos e aos visitantes;
10. Criação de medidas para a proteção dos ecossistemas sensíveis de uso turístico, nomeadamente os que estejam relacionados com a água, os rios e a orla costeira;
11. *Promoção de ações de sensibilização no domínio da sustentabilidade ambiental* - implementação de programas de sensibilização de toda a comunidade e de formação para a comunidade piscatória, sobre práticas de pesca sustentável.

No âmbito do *Driver Recursos Naturais* e da LAEE **Preservação e valorização dos recursos naturais** são apresentadas 6 iniciativas:

1. *Promoção de ações de sensibilização no domínio da sustentabilidade ambiental* - promoção de campanha de sensibilização para a preservação da vegetação ribeirinha;
2. Criação de programa de cooperação network entre associações e entidades locais de dinamização do plano de adaptação do destino aos impactos causados pelas alterações climáticas;
3. Criação do programa de Incentivos por Serviços do Ecossistema (PISE), com ligação direta com o PRE;

4. Dinamização de parcerias com associações de proteção da vida marinha, no mar, em rios e ribeiros, de forma a envolver toda a comunidade em ações de fomento da biodiversidade aquática/marinha - residentes e empresas;
5. Inventariação do património natural que careça de preservação e recuperação, prestando especial atenção a recursos com valor ecoturístico;
6. Estruturação de um projeto piloto para fomentar a contribuição do turismo para a conservação e regeneração do património natural;

No âmbito do *Driver Alterações Climáticas* e da LAEE **Sensibilização para boas práticas de gestão de energia** são apresentadas 8 iniciativas:

1. *Promoção de ações de sensibilização no domínio da sustentabilidade ambiental* - Realização de ações de sensibilização para o consumo e poupança de energia, dirigidas à comunidade local, aos agentes turísticos e aos visitantes;
2. Promoção de campanha de informação sobre janelas eficientes com etiqueta CLASSE+, desempenho A ou A+, envolvente opaca, sistemas de climatização, sistemas de iluminação, gestão da energia, para melhorar o desempenho energético dos edifícios no setor do turismo;
3. Promoção de campanha de informação sobre películas de controlo solar com selo CLASSE+ em janelas de edifícios no setor de turismo em que se verifiquem fenómenos de sobreaquecimento;
4. Criação e publicação de um relatório regional anual de sustentabilidade, que permita aos decisores acesso a indicadores padrão para tomada de decisão;
5. Realização de ações de sensibilização para jovens no âmbito da Rota da Energia;
6. *Promoção de ações de sensibilização no domínio da sustentabilidade ambiental* - realização de ações de sensibilização para colaboradores do setor do turismo para alteração de comportamentos;
7. Realização de ações de capacitação para os técnicos da região no âmbito da eficiência de recursos no âmbito do Rota da Energia, AQUA+, MOVE+, CLASSE+, Economia Circular;
8. Estimular a criação de comunidades rurais de energia renovável que agreguem múltiplas entidades do setor turístico e promover a criação de rede de pontos de carregamento de veículos elétricos em espaços de forte vocação turística não cobertos pelos operadores comerciais;

No âmbito do *Driver Alterações Climáticas* e da LAEE **Combate às alterações climáticas** são apresentadas 5 iniciativas:

1. Desenvolvimento de um plano de adaptação do destino aos impactos causados pelas alterações climáticas, de acordo com uma avaliação de risco climático, que envolva todos os agentes económicos, comunidade local e visitantes;
2. Criação e publicação de um relatório regional anual de sustentabilidade, que permita aos decisores acesso a indicadores padrão para tomada de decisão - criação de corredores verdes e identificação de espaços favoráveis à reflorestação com árvores autóctones;
3. *Promoção de ações de sensibilização no domínio da sustentabilidade ambiental* - desenvolvimento de uma campanha de sensibilização para a redução e mitigação de emissão de gases com efeitos de estufa, para o Turismo em Espaço Rural que integre na atividade a criação animal;
4. Estabelecimento de uma meta percentual anual para redução de emissões por data especificada, com reconhecimento para aqueles que a atingirem (ex. prémio de boas práticas);
5. Promoção de campanha de informação para a adoção de espécies adaptadas à escassez hídrica nos espaços públicos de turismo e em projetos privados de turismo que contemplem espaços verdes.

No âmbito do *Driver Alterações Climáticas* e da LAEE **Combate às alterações climáticas** são apresentadas 7 iniciativas:

1. Adoção de modelos de prevenção do desperdício alimentar e de tratamento local de bio resíduos gerados pelo canal HoReCa;
2. Implementação de um programa de combate ao desperdício alimentar, em articulação com produtores, agentes económicos e todo o ecossistema local;
3. *Monitorização do sistema de sustentabilidade do destino* - criação de um sistema de recolha de informação sobre a produção de resíduos, junto das empresas do setor turístico, que permita a sua monitorização e incentivando as boas práticas de separação, acondicionamento e deposição;
4. Promoção e divulgação do sistema de classificação em economia circular;
5. Promoção e informação sobre a classificação em economia circular em organizações;

6. Dinamização de conduta circular por parte das organizações e respetivo reconhecimento pelo desempenho;
7. *Promoção de ações de sensibilização no domínio da sustentabilidade ambiental* - promoção da realização de ações de capacitação para os técnicos da região no âmbito da eficiência de recursos no âmbito do Rota da Energia e/ou AQUA+ e/ou MOVE+ e/ou CLASSE+ e e/ou Economia Circular.

Capítulo VI: Considerações finais

O presente capítulo procura assegurar a integração dos pontos conclusivos decorrentes de várias etapas, de forma a garantir respostas às questões centrais desta investigação, determinar limitações de pesquisa encontradas e sintetizar os contributos provenientes desta investigação.

Considerando a 1ª pergunta: *Quais as medidas de sustentabilidade de cariz económico, social, ambiental a ser implementadas na Região do Alentejo e Ribatejo por meio do PREST Alentejo e Ribatejo?*

A partir da exposição do caso de estudo no capítulo V, o Plano de Ação do PREST do Alentejo e Ribatejo propõe a implantação de 78 iniciativas na totalidade, 26 direcionadas para o desenvolvimento económico e governança local, 15 para o segmento da cultura e sociedade e 37 para a preservação e conservação dos recursos e ambiente.

Relativamente à 2ª questão da presente investigação: *De que forma a criação do PREST do Alentejo e Ribatejo, pode contribuir para o aumento da competitividade e sustentabilidade do destino turístico?*

Conjugando as considerações que integram a análise SWOT do território Alentejo e Ribatejo do capítulo III e os pontos fortes em termos de sustentabilidade, apreciado a partir da análise contextual da sustentabilidade na região do Alentejo e Ribatejo presente no capítulo V, sobressai a indicação de que a Região do Alentejo e Ribatejo reúne, na atualidade, um conjunto de condições que permitem a continuação do desenvolvimento de turismo sustentável, embora este desafio comporte a necessidade de cumprimento com inúmeros outros pontos que se encontram espelhados nas iniciativas do Plano de Ação para a Sustentabilidade 23-30 do PREST Alentejo e Ribatejo.

As principais limitações do território, face ao desenvolvimento sustentável da atividade turística, culminam em 8 pontos, de acordo com o caso de estudo: PREST do Alentejo e Ribatejo.

1. Ausência de comunicação eficaz sobre a Estratégia de Turismo Sustentável da Região, bem como das metas alcançadas, valorização e promoção do ecoturismo presente no território;
2. Carência de programas e dinâmicas que incentivam uma maior participação dos *stakeholders* regionais e locais na implementação da estratégia, assim como o envolvimento das comunidades residentes como forma de reforçar a autenticidade local;

3. Carência de sensibilização e capacitação eficiente para a comunidade e turistas relativa aos valores da sustentabilidade;
4. Ausência de uma política de compras sustentáveis, de baixa intensidade carbónica e de base local;
5. Falta de orientações para o desenvolvimento de atividades e eventos, com base nos requisitos de sustentabilidade;
6. Carência na adoção das tecnologias da informação para gerar atividades turísticas responsáveis e modelos de gestão inteligentes no uso dos recursos;
7. Carência na implementação de políticas de igualdade e não disseminação ena comunidade local;
8. Carência de programas e iniciativas orientadas para a medição, redução e/ou compensação da pegada de carbono no território.

Face aos aspetos menos competitivos elencados, identificam-se agora algumas iniciativas propostas no Plano de Ação de Sustentabilidade 23-30 do PREST Alentejo e Ribatejo que se dirigem ao combate das fragilidades indicadas. As iniciativas, embora decorrentes de uma análise prévia das características e necessidades específicas do território, podem servir como mecanismo de *benchmark* para as entidades responsáveis pela gestão de outros destinos turísticos a nível nacional e internacional.

A **1ª limitação**, ausência de comunicação eficaz sobre a Estratégia de Turismo Sustentável da região, bem como das metas alcançadas, valorização e promoção do ecoturismo presente no território, pode ser combatida por meio das seguintes iniciativas:

1. Dinamização do selo “Destino Seguro e Sustentável”, associado à promoção e valorização dos produtos locais e regionais, às experiências turísticas, incluindo enoturismo, incentivando o seu consumo e aquisição local, suportado por um manual de requisitos de sustentabilidade para utilização desta marca;
2. Criação e publicação de um Relatório Regional Anual de Sustentabilidade, que permita aos responsáveis pela gestão de destinos, o acesso a indicadores padrão para tomada de decisão;
3. Promoção do programa Embaixadores de Sustentabilidade nas empresas do setor do turismo, organismos públicos com competências na área do turismo e ONG da Região;
4. Disponibilização de diretrizes regionais para a fruição do ecoturismo, para visitantes, assim como programas de interpretação e educação para o segmento familiar.

A **2ª limitação**, carência de programas e dinâmicas que incentivem a uma maior participação dos *stakeholders* regionais/locais na implementação da estratégia, assim como o envolvimento das comunidades residentes como forma de reforçar a autenticidade local, pode ser combatida por meio:

1. Mapeamento das artes regionais com potencial e desenvolvimento de programas/cursos de capacitação de habilidades relevantes, disponíveis localmente, alinhado com o Programa Saber Fazer;
2. Criação de modelo de valorização e certificação de paisagens alimentares sustentáveis;
3. Dinamização de programa piloto de aldeias criativas e sustentáveis, que promovam a identidade, usos e costumes do espaço rural e as tornem mais atrativas para viver e visitar;
4. Criação de um programa de empoderamento e capacitação dos produtores locais (ex. produtores agrícolas e artesãos) para participarem de forma ativa na cadeia de valor do turismo;

A **3ª limitação**, carência de sensibilização e capacitação eficiente para a comunidade e turistas relativa aos valores da sustentabilidade, pode ser combatida por meio:

1. Fomento de um centro de recursos de capacitação, por via direta ou de parceria com entidades existentes (tais como escolas ou associações locais) com programas educacionais e de capacitação regulares sobre turismo e sustentabilidade;
2. Promoção de ações de sensibilização no domínio da sustentabilidade social e ambiental;
3. Realização de ações de sensibilização para jovens no âmbito da Rota da Energia – ADENE;
4. Promoção de campanha de informação para a adoção de espécies adaptadas à escassez hídrica nos espaços públicos de turismo e em projetos privados de turismo que contemplem espaços verdes;

A **4ª limitação**, ausência de uma política de compras sustentáveis, de baixa intensidade carbónica e de base local, pode ser combatida por meio:

1. Ativação de programa de compras responsável, com implementação de cláusulas de aquisição nas compras públicas orientadas para a redução de impacto ambiental e boas práticas na gestão das pessoas;
2. Apoio à criação de estrutura [Laboratório] colaborativo *Sustainable and Smart Tourism*, que promova a sustentabilidade e a investigação de novas práticas e atividades junto da indústria turística e explore o conceito de Economia Circular na mesma;

3. Promoção e divulgação do sistema de classificação em economia circular para empresas do turismo;

A 5ª limitação, falta de orientações para o desenvolvimento de atividades e eventos, com base nos requisitos de sustentabilidade, pode ser combatida por meio de:

1. Implementação de guias e roteiros de sustentabilidade para a realização de feiras, mercados e outros eventos locais;
2. Implementação de um sistema de definição e gestão da capacidade de carga, integrando um sistema de comunicação e reporte de incidentes, anomalias, alertas e de possíveis perigos que atentem contra a saúde e integridade física dos visitantes;
3. Acomodação de parques de estacionamento, cacifos e estações de carga perto de pontos de interesses turístico, com especial enfoque no meio urbano.

A 6ª limitação, carência na adoção das tecnologias da informação para gerar atividades turísticas responsáveis e modelos de gestão inteligentes e sustentáveis no uso dos recursos, pode ser combatida por meio:

1. Desenvolvimento de um passaporte digital, para cálculo da pegada ambiental, social e cultural gerada pelo visitante, dando sugestões de melhoria e/ou sugestões de ações de compensação;
2. Instalação de sistemas de monitorização e contagem de utilizadores nas infraestruturas e equipamentos turísticos;
3. Implementação de sistema de sinalética na rede de trilhos e percursos, alertando para a fragilidade dos ecossistemas, com incentivo para a adoção de boas práticas e reporte de situações anómalas detetadas;
4. Programa de aceleração da transição digital do Destino Alentejo dirigido a operadores privados, assim como assegurar a conectividade digital em espaços de especial procura turística.

A 7ª limitação, carência na implementação de práticas de promoção da igualdade, não-disseminação e cultura de igualdade na comunidade local, pode ser combatida por meio da:

1. Criação de uma distinção para as empresas do setor turístico, que promovam a integração laboral de pessoas em risco de exclusão social;

2. Melhoria da acessibilidade da informação sobre transportes inter-regionais, com criação de ferramentas de informação (físicas e virtuais) a disponibilizar em sítios de conveniência para o turista, durante a sua estadia ou planeamento da viagem;
3. Criação de um programa de igualdade de género e oportunidades no setor do turismo;
4. Criação de programa piloto de atração de pessoas e talentos (específico para trabalhadores e Geração Z);

A 8ª limitação, carência de programas e iniciativas orientadas para a medição, redução e/ou compensação da pegada de carbono no território, pode ser combatida por meio de:

1. Dinamização de parcerias com associações de proteção da vida marinha, no mar, em rios e ribeiros, de forma a envolver toda a comunidade em ações de fomento da biodiversidade aquática/marina - residentes e empresas;
2. Desenvolvimento de um plano de adaptação do destino aos impactos causados pelas alterações climáticas, de acordo com uma avaliação de risco climático, que envolva todos os agentes económicos, comunidade local e visitantes;
3. Estabelecimento de uma meta percentual anual para redução de emissões por data especificada, com reconhecimento para aqueles que a atingirem;
4. Desenvolvimento e implementação de programas de voluntariado à escala nacional e internacional, que apoiem a conservação da biodiversidade, preservação cultural, sistemas sustentáveis de uso da terra e desenvolvimento do ecoturismo.

A presente investigação permite confirmar que o potencial dos recursos, equipamentos e infraestruturas é particularmente forte no território, o que por si, pressupõe várias vantagens competitivas na ótica de desenvolvimento de turismo sustentável (Ecoturismo). No entanto, na sequência da análise das principais medidas propostas no Plano de Ação para a Sustentabilidade 23-30, é evidente que, face às lacunas diagnosticadas, o território ainda necessita de criar condições que possibilitem uma evolução sustentada do turismo no território.

Neste sentido, a região deve optar pelo desenvolvimento de práticas que envolvam o desenvolvimento de *branding* territorial associado à atual estratégia de sustentabilidade, comunicando de forma eficaz os objetivos, traçando metas, contribuindo naturalmente para a promoção integrada dos recursos naturais e patrimoniais do território. A integração e sensibilização dos visitantes e residentes sobre os valores e estratégias de implantação de

sustentabilidade devem ser perspetivados como alicerces fundamentais ao contínuo desenvolvimento do turismo sustentável. O território deve, ainda, investir na ativação de parcerias público-privadas, que ajudem na implementação de estratégias de diversificação da base económica regional e organização adequada da oferta turística. A aposta na adoção e capacitação para as novas tecnologias de informação por parte dos operadores turísticos com objetivo de gerar atividades turísticas com menos impacto, bem como a utilização de modelos de gestão inteligentes dos recursos, também vitais para o aumento da competitividade da região a nível nacional e internacional. Por fim realça-se a necessidade de apostar em programas e iniciativas que permitirão medir, monitorizar de forma detalhada, compensar o impacto carbónico deixado, e implementar práticas e medidas que promovam uma cultura de igualdade entre turistas, visitante e operadores do turismo.

Como é possível constatar no Capítulo II, a Região do Alentejo e Ribatejo possui instrumentos de gestão e desenvolvimento do turismo (subcapítulo 2.4.1) que, além da análise SWOT do território em relação ao desenvolvimento do turismo, permite estabelecer e sistematizar princípios e objetivos fundamentais para a criação de um modelo de turismo sustentável. Esta procura preliminar pela reflexão e desenvolvimento do turismo sustentável é uma das razões pelas quais a ERT do Alentejo e Ribatejo, com o suporte da *Biosphere* Portugal, se uniram na criação no presente caso de estudo, que tem como objetivo posicionar a região do Alentejo e Ribatejo enquanto destino de turismo sustentável e, ao mesmo tempo, integrar os requisitos PRE – Lei n.º 89/2019, de 3 de setembro, na sua execução, para atender a um segmento de mercado que não se alinha apenas com a oferta de recursos do território, mas que tem mostrado sinais notórios de expansão. Neste sentido as principais vantagens na criação do PREST Alentejo e Ribatejo, são as seguintes:

- Valorização e desenvolvimento das potencialidades turísticas da região, com vista a aumentar a atratividade do destino e melhorar o posicionamento da região Alentejo e Ribatejo e dos seus produtos.
- Promoção no mercado interno alargado, compreendido pelo território nacional e transfronteiriço com Espanha;
- Gestão integrada do destino turístico, alinhado com as políticas governamentais do turismo, em articulação com os municípios e com os *players* locais, com vista a garantir uma abordagem holística ao turismo;
- Assegurar a implementação de um largo conjunto de boas práticas em prol do desenvolvimento do Ecoturismo e sustentabilidade no destino.

Efetuada estas notas conclusivas importa agora, salientar algumas limitações encontradas ao longo da execução desta pesquisa:

- Foram sentidos alguns constrangimentos na realização do levantamento dos recursos, equipamentos e infraestruturas aptos para o ecoturismo inerentes à região do Alentejo e Ribatejo, devido à discrepância dos dados das diversas fontes consultadas;
- A extensão do território abrangido pelo caso de estudo, por vezes, dificultou o acesso à informação relevante para os fins em vista;
- A investigação debruça-se mais sobre as iniciativas propostas do que na análise concreta da sustentabilidade do território, tendo sido tomadas as diligências necessárias para manter a proteção de informação sensível dos intervenientes no projeto do caso de estudo;

O presente Relatório de Estágio oferece uma série de contribuições para as ciências sociais, com foco específico no turismo e na sustentabilidade. Essas contribuições incluem:

1. Sistematização e análise da literatura relacionada ao tema selecionado;
2. Integração de modelos teóricos relacionados à sustentabilidade e modelos de gestão estratégica do turismo em nível nacional e regional;
3. Avaliação do potencial de desenvolvimento do turismo sustentável, especificamente o ecoturismo, através do levantamento de recursos, infraestruturas e equipamentos na região do Alentejo e Ribatejo;
4. Análise do desempenho competitivo da região, utilizando a análise SWOT e a análise contextual da sustentabilidade a partir do Diagnóstico de Sustentabilidade apresentado no PREST Alentejo e Ribatejo.
5. Apresentação de iniciativas de desenvolvimento sustentável voltadas para problemas específicos do território, que podem ser ferramentas úteis para os decisores na gestão e planeamento turístico;

Em conclusão considera-se que a pesquisa desenvolvida pode contribuir para dar a conhecer a operacionalização de boas práticas e iniciativas de sustentabilidade, na gestão estratégica de desenvolvimento do ecoturismo e sustentabilidade na região do Alentejo e Ribatejo, por meio do programa estratégico PREST Alentejo e Ribatejo. A elaboração deste documento visa reafirmar as principais mais valias do território, nomeadamente os seus recursos naturais, culturais e patrimoniais de grande valor. Além disso, enfatiza como o desenvolvimento de uma atividade

turística sustentável, desempenha um elemento-chave na afirmação e no aumento da competitividade do território, pressupondo, naturalmente, uma gestão integrada eficaz dos recursos orientada para a preservação e requalificação dos mesmos.

Referências Bibliográficas

- Aberdeen, T. (2009). Yin, R. K. (2009). Case study research: Design and methods (4th Ed.). Thousand Oaks, CA: Sage. The Canadian Journal of Action Research, 14(1), 69–71. <https://doi.org/10.33524/cjar.v14i1.73>
- Almeida, F. & Silva, O. (2020). The Impact of COVID-19 on Tourism Sustainability: Evidence from Portugal. *Advances in Hospitality and Tourism Research (AHTR)*, 8 (2) , 440-446. <https://doi.org/10.30519/ahtr.775340>
- Almeida, M. (2021). *Estudo dos impactos do turismo no concelho de Vouzela, integrado na atribuição da certificação “Biosphere Responsible Tourism”* (pp. p.5-25) [Dissertação de Mestrado]. <http://hdl.handle.net/10400.19/7045>
- Amaral, R. (2020). *A Adoção De Metodologias Ágeis Em Projetos De Uma Empresa De Eletricidade – Caso de Estudo* [Dissertação de Mestrado]. <http://hdl.handle.net/10400.5/20985>
- Benbasat, I., Goldstein, D. K., & Mead, M. (1987). The Case Research Strategy in Studies of Information Systems. *MIS Quarterly*, 11(3), 369–386. <https://doi.org/10.2307/248684>
- Biosphere*. (2023). *Biosphere Responsible Tourism*. *Biosphere Certification for Tourism Destinations* <https://www.Biospheretourism.com/en>
- Bock, I. (2018). *Governança e desenvolvimento do turismo: o caso do Douro* [Tese de Doutorado]. <http://hdl.handle.net/10773/28394>
- Brandão, A. (2007). *Os observatórios do turismo como meios de apoio à gestão e à competitividade: conceptualização de um modelo para a região de Aveiro* [Dissertação de Mestrado]. <http://hdl.handle.net/10773/1540>
- Caldeira, A. (2014). *A experiência de visita dirigida a múltiplas atrações: análise do comportamento espacial do turista e da sua satisfação* [Tese de Doutorado]. <http://hdl.handle.net/10773/12755>
- Carvalho, N. (2012). *Ecoturismo - Caso de Estudo: Zmar-Eco Camping Resort* (pp. 20–36) [Trabalho Final de Licenciatura]. <http://hdl.handle.net/10884/655>
- Carvalho, P., & Marujo, M. (2010). Turismo, planeamento e desenvolvimento sustentável. *Turismo E Sociedade*, v. 3, n. 2, p.147-161. <http://dx.doi.org/10.5380/tes.v3i2.19635>
- Comissão Nacional da UNESCO. (2023). Obtido a 20 de agosto de 2023, <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/>
- Crouch, G. I., & Ritchie, J. R. Brent. (1999). Tourism, Competitiveness, and Societal Prosperity. *Journal of Business Research*, 44(3), p. 137 - 152. [https://doi.org/10.1016/s0148-2963\(97\)00196-3](https://doi.org/10.1016/s0148-2963(97)00196-3)
- Dowling, R., & Page, S. (2002). Ecotourism. *Research Outputs Pre 2011*. <https://ro.ecu.edu.au/ecuworks/3741/>
- Dredge, D. (2018). Resgatando a política na pesquisa sobre redes no turismo, *Form* <http://journals.openedition.org/viatourism/2441>
- Duarte, I. (2017). *Desenvolvimento de destinos turísticos sustentáveis como forma de promover desenvolvimento local. Análise de casos (Bali, Indonésia e São Sebastião, Brasil)* (pp. 9–33) [Dissertação de Mestrado].

- https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/1126295043835218/a_tese_ines_duarte_68033_%20final.pdf
- Dwyer, L., & Kim, C. (2003). Destination Competitiveness: Determinants and Indicators. In *Current Issues in Tourism* (Vol. 6, Issue 5, p. p. 374 - 380). <https://doi.org/10.1080/13683500308667962>
- Eisenhardt, K. M. (1989). Building Theories from Case Study Research. *Academy of Management Review*, 14(4), 532–550. <https://doi.org/10.5465/amr.1989.4308385>
- Entidade Regional do Alentejo e Ribatejo. (2023). Programa Regional para o Ecoturismo e Sustentabilidade no Turismo do Alentejo e Ribatejo. https://www.visitalentejo.pt/fotos/editor2/pdfs/Documentos_Estrategicos/PREST_ERTAR_06_2023.pdf
- Espada, R. (2011). *Alqueva: roteiro para um destino turístico sustentável* [Dissertação de Mestrado]. <http://hdl.handle.net/10400.26/2427>
- EY Parthenon. (2020). *Estratégia Regional de Desenvolvimento Turístico do Alentejo e e Ribatejo 2021-27*. https://www.visitalentejo.pt/fotos/editor2/pdfs/Documentos_Estrategicos/ERT_Alentejo_Relatorio_Final_122020.pdf
- Fennell, David. A. (2007). *Ecotourism* (3rd Edition, p. 304). Routledge. <https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9780203939581/ecotourism-david-fennell>
- Fernandes, S., & Eusébio, M. (2014). Governança para o desenvolvimento sustentável de Destinos Turísticos. *Revista Turismo E Desenvolvimento*, 249–261. <https://proa.ua.pt/index.php/rtd/article/view/12059/7963>
- Ferreira, L. (2009). Impactos do turismo nos Destinos Turísticos. In *Percursos e Ideias - Revista Científica do ISCET* (pp. 106–113). http://percursouseideias.iscet.pt/wp-content/uploads/2022/03/PI_2009_N01_0011.pdf
- GSTC (2019), indicadores de desempenho e ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), GSTC Publishing, Washington, <https://www.gstcouncil.org/wp-content/uploads/GSTC-Destination-Criteria-v2.0-PORTUGAL-Portuguese.pdf>
- Guimarães, M. (2021). *Estratégia De Turismo 2027*. ISPGAYA. <http://hdl.handle.net/10400.26/38856>
- INE - Instituto Nacional de Estatística. (2023). Obtido a 12 de Agosto de 2023. de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados&contexto=bd&seITab=tab2
- Jick, T. D. (1979). Mixing Qualitative and Quantitative Methods: Triangulation in Action. *Administrative Science Quarterly*, 24(4), 602–611. <https://doi.org/10.2307/2392366>
- Johansson, R. (2007). On Case Study Methodology. *Open House International*, Vol. 32 No. 3, pp. 48-54. <https://doi.org/10.1108/OHI-03-2007-B0006>
- Koo, C., Shin, S., Gretzel, U., Hunter, W. C., & Chung, N. (2016). Conceptualization of Smart Tourism Destination Competitiveness. *Asia Pacific Journal of Information Systems*, 26(4), 561–576. <https://doi.org/10.14329/apjis.2016.26.4.561>

- Lue, C.-C., Crompton, J. L., & Fesenmaier, D. R. (1993). Conceptualization of multi-destination pleasure trips. *Annals of Tourism Research*, 20(2), 289–301. [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(93\)90056-9](https://doi.org/10.1016/0160-7383(93)90056-9)
- Maruccia, Y., Solazzo, G., Del Vecchio, P., & Passiante, G. (2020). Evidence from Network Analysis application to Innovation Systems and Quintuple Helix. *Technological Forecasting and Social Change*, 161, 120306. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2020.120306>
- Merriam, S. (1998). *Qualitative Research and Case Study Applications in Education*. Revised and Expanded from “Case Study Research in Education.” In ERIC. <https://eric.ed.gov/?id=ED415771>
- Milheiro, E., Dinis, G., & Correia, E. (2014). O papel do Observatório do Turismo na operacionalização de competências da Entidade Regional de Turismo do Alentejo. <http://hdl.handle.net/10400.26/2053>
- Monteiro, M. (2014). *Competitividade de destinos turísticos: o caso das ilhas de Cabo Verde* [Dissertação de Mestrado]. <http://hdl.handle.net/10198/11824>
- Neves, D. (2009). *Avaliação do impacto económico do turismo em Portugal a nível regional* (pp. 20–41) [Dissertação de Mestrado]. <http://hdl.handle.net/10773/1726>
- Neves, F. (2009). *Turismo sustentável e ecoturismo em zonas costeiras: estudo: Barra e S. Jacinto* (pp. 20–26) [Dissertação De Mestrado]. <http://hdl.handle.net/10773/1675>
- OECD (2008), *The Impact of Culture on Tourism*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264040731-en>.
- OECD (2022), *OECD Tourism Trends and Policies 2022*, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/a8dd3019-en>.
- Pedron, C. (2008). *O método de investigação CASO DE ESTUDO Mestrado em Gestão de Sistemas de informação*. <https://www.iseg.ulisboa.pt/aquila/getFile.do?fileId=16421&method=getFile>
- Quadros, M. (2017). *Perceções Dos Residentes Sobre Os Impactos Do Turismo Na Comunidade Local* (pp. 14–28) [Dissertação de Mestrado]. <http://hdl.handle.net/10400.3/4088>
- Ramos, D. (2016). *O planeamento em turismo e as redes no desenvolvimento local: o caso da região Oeste* [Tese de Doutoramento]. <http://hdl.handle.net/10773/17102>
- RNAAT - Registo Nacional de Agentes de Animação Turística. (2023). Obtido a 15 de agosto de 2023, de https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/Pesquisa_AAT.aspx
- RNET - Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos. (2023). Obtido a 15 de agosto de 2023, de https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/Pesquisa_ET.aspx
- Santos, F. A. S. dos. (2018). *Ecoturismo. Desenvolvimento Turístico e Sustentabilidade Social no Parque Natural Serra da Estrela. (Caso de estudo - o concelho de Seia)* [Tese de Doutoramento]. In *estudogeral.uc.pt* (pp. 20–69). <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/79820?locale=pt>
- Santos, N. (2011). Cidade e Sustentabilidade Territorial. In *Mercator - Revista de Geografia da UFC* (pp. 7–22). <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273621468002>
- Santos, N. (2014). Turismo, gestão e território. *Caderno Virtual de Turismo*, 14(0). <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1025/411~>

- Scholz & Friends Agenda. (2020). *Compendium of Best Practices 2019 & 2020 - European Capital of Smart Tourism competitions'* [Review of *Compendium of Best Practices 2019 & 2020 - European Capital of Smart Tourism competitions'*, by European Union]. <https://smarttourismcapital.eu/best-practices-2020/>
- Serra, A. (2018). *Contributos para a construção de um observatório de turismo sustentável em centros históricos* [Dissertação de Mestrado]. https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/844820067125737/Dissertacao_final_An_aSerra.pdf
- Stankov, U., & Gretzel, U. (2020). Tourism 4.0 technologies and tourist experiences: a human-centered design perspective. *Information Technology & Tourism*, 22(3). <https://doi.org/10.1007/s40558-020-00186-y>
- Tonon, K. (2012). *Ecoturismo em Portugal: práticas sustentáveis no Alentejo* (pp. 22–42) [Dissertação de Mestrado]. <http://hdl.handle.net/10362/8337>
- Turismo de Portugal I.P. (2007). *Plano Estratégico Nacional do Turismo - Para o desenvolvimento do turismo em Portugal*. <https://travelbi.turismodeportugal.pt/politicas-e-estrategia/plano-estrategico-nacional-do-turismo-2007/>
- Turismo de Portugal I.P. (2017). *Estratégia Turismo 2027 - Liderar o Turismo Do Futuro*. <https://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/estrategia/estrategia-turismo-2027.pdf>
- Turismo de Portugal I.P. (2017). Observatório Virtual do Turismo. Obtido a 15 de junho de 2023, https://business.turismodeportugal.pt/pt/Conhecer/Oportunidades_UE/recursos-UE/Paginas/virtual-tourism-observatory.aspx
- Turismo de Portugal I.P. (2021). *Plano Turismo + Sustentável 20-23 - Mais do que o desafio, é o caminho*. <https://business.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/sustentabilidade/plano-turismo-mais-sustentavel-20-23-pt-jun-2021.pdf>
- UNWTO. (2018). Tourism for SDG's. UNWTO International Network of Sustainable Tourism Observatories. Obtido a 20 de junho de 2023. <https://tourism4sdgs.org/initiatives/unwto-international-network-of-sustainable-tourism-observatories/>
- Veal, A. (2018). *Research Methods For Leisure And Tourism* (Fifth edition). Pearson Education Limited.
- Veloso, A. (2009). A influência da gestão de redes no desenvolvimento económico dos destinos [Dissertação de Mestrado]. <http://hdl.handle.net/10773/1709>
- Wei, F. (2014). *Compendium of Best Practices in Sustainable Tourism*. <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/3322Compendium%20of%20Best%20Practices%20in%20Sustainable%20Tourism%20-%20Fen%20Wei%2001032014.pdf>

Anexo A – Questionário - requisitos PRE para elaboração do projeto PREST

Programa Regional para o Ecoturismo e Sustentabilidade no Turismo Alentejo e Ribatejo

O PROGRAMA REGIONAL PARA O ECOTURISMO (PRE) E SUSTENTABILIDADE NO TURISMO NO ALENTEJO E RIBATEJO é um projeto promovido pela ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO DO ALENTEJO E RIBATEJO e executado pela Biosphere Portugal.

O PRE procura fazer um levantamento exaustivo das boas práticas no Ecoturismo e sustentabilidade na gestão do Destino Turístico e propor um plano de ação que apoie na operacionalização da estratégia até 2030.

Para o desenvolvimento deste Programa Regional considera-se, de acordo com a Lei n.º86/2019, de 3 de setembro, que o Ecoturismo visa garantir objetivos de sustentabilidade, tais como:

- Preservação das paisagens características;
- Conservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais básicos
- Integração e promoção de relações de proximidade com as populações locais e com a sua cultura própria;
- Articulação com outros setores económicos locais e atividades sustentáveis;
- Eficiência no uso da água, da energia e contenção na produção de resíduos.

Agradecemos desde já a sua disponibilidade, contamos consigo na transformação do Alentejo e Ribatejo, numa região ainda + sustentável e + competitiva!

Equipa Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo e Biosphere Portugal.

1. Nome da Entidade *

2. Identificação do Interlocutor *

3. Número de telemóvel de contacto

4. Email de contacto *

A) Identifique os passadiços, centros de interpretação e/ou acolhimento, equipamentos para visitação, equipamentos para atividades náuticas e locais contemplativos de fauna e flora existentes no território e passíveis de serem fruídos em termos turísticos (com garantia de manutenção, limpeza e condições de seguranç ).

B) Identifique os percursos pedestres homologados (Grandes Rotas e Pequenas Rotas) que passem no território.

C) Identifique os principais elementos de património natural, cultural e histórico para efeitos de

visitação e fruição existentes no território, relevantes no âmbito da oferta enquadrável no ecoturismo.

D.1) Identifique as Áreas Protegidas existentes no território, nomeadamente as classificadas como Parque Nacional, Reserva Natural, Parque Natural, Paisagem Protegida e Monumento Natural.

D.2) Identifique os sítios panorâmicos e locais de interesse paisagístico e cénico, tais como miradouros, baloiços e outros que considere relevantes.

E) Identifique os trilhos e as ecopistas existentes no território, passíveis de serem fruídos em termos turísticos (com garantia de manutenção, limpeza e condições de segurança).

F) Identifique os Produtos Tradicionais existentes no território com Denominação de Origem Protegida, Indicação Geográfica Protegida e Especialidade Tradicional Garantida.

G) Identifique os elementos patrimoniais, com potencial para visitação, com necessidades de investimento para a sua conservação (se possível, quantifique estas necessidades e tipos de intervenção).

H) Identifique os locais ou pontos de interesse onde se verifique a necessidade de melhoria da informação para visitação e/ou de sinalética adequada, nomeadamente a necessidade de reforço da quantidade de sinalização e/ou a substituição de sinalização danificada.

I) Quais as iniciativas desenvolvidas e/ou previstas para a divulgação e promoção do ecoturismo no seu território, nomeadamente módulos de formação para a sustentabilidade criados nas escolas, ações de sensibilização, ações de marketing ou outros que sejam relevantes?

J) Quais as ações de sensibilização, realizadas no último ano ou previstas para 2023, para a população local e para as escolas sobre a importância da sustentabilidade, património natural/cultural local, turismo e/ou ecoturismo/turismo de natureza (identifique a quantidade de participantes e duração das sessões)?

K.1) Quais os programas (desenvolvidos, em desenvolvimento ou previstos) relacionados com a recolha de resíduos no território?

K.2) Quais os programas (desenvolvidos, em desenvolvimento ou previstos) relacionados com o uso eficiente de água no território?

K.3) Quais os programas (desenvolvidos, em desenvolvimento ou previstos) relacionados com o uso eficiente de energia no território?

K.4) Quais os programas (desenvolvidos, em desenvolvimento ou previstos) relacionados com a economia circular no território?
